

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Veronica Dalla Costa Flores

**CRIANDO ABERTURAS EM REGIME FECHADO:
percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação**

Porto Alegre - RS

2020



Veronica Dalla Costa Flores

**CRIANDO ABERTURAS EM REGIME FECHADO:
percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional junto ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional, sob orientação da Prof^a Dr^a. Fernanda Spanier Amador

Porto Alegre - RS

2020

Veronica Dalla Costa Flores

**CRIANDO ABERTURAS EM REGIME FECHADO:
percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação em psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador

Aprovada em 26 de agosto de 2020.

Profa. Dra. Fernanda Spanier Amador (Orientadora)

Profa. Dra. Rosemarie Gärtner Tschiedel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Eliana Perez Gonçalves de Moura (Universidade Feevale)

Prof. Dr. Fábio Hebert da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo)

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, sou grata por ter feito parte dessa história, por encontrar neste âmbito um espaço de aprendizado, crítica, desconstrução de si e do mundo. Agradeço por existir um programa que segue resistindo e afirmando o compromisso ético-político, no sentido de acolher e reconhecer os diversos modos de vida.

Ao CNPq pela possibilidade de adentrar o mestrado com uma bolsa de pesquisa e, assim, contribuir para a minha permanência neste espaço de estudo-trabalho.

À minha orientadora Fernanda Spanier Amador, pela paciência, pela composição, pela aposta e por todo o aprendizado partilhado que, sem dúvida, contribuíram demasiadamente para meu processo de crescimento no âmbito da pesquisa.

Aos meus colegas do N-PISTAS, pelo acolhimento, pelo fortalecimento, pelas inúmeras trocas e composições coletivas que auxiliaram muito na construção de nosso ofício enquanto pesquisadores. Faço um agradecimento especial àqueles que estiveram bem próximos nesta jornada: obrigada Jéssica, Luís e Renata.

À banca, aos queridos e inspiradores professores Dr^a Eliana Perez Gonçalves de Moura, Dr^a Rosemarie Gärtner Tschiedel e Dr. Fábio Hebert da Silva. Sou imensamente grata pelas contribuições valiosíssimas ao meu percurso, sempre regadas a afeto e cuidado.

Aos meus familiares: meus pais Vera e Renato; meus irmãos Francine, Lutero e Renata; meus cunhados e cunhada; aos meus sobrinhos; e aos demais agregados. Sem o amor, cuidado, apoio, incentivo e aposta que sempre direcionaram a mim, nada seria possível. Muito obrigada por existirem e serem parte do que sou. Amo e tenho muito orgulho de quem posso chamar de família!

Ao Cris, por todo amor, reciprocidade, leveza e companheirismo. Sou imensamente grata pelos rumos que a vida tomou, no sentido de levar nossos caminhos a se cruzarem. Obrigada por escolher ficar, todos os dias!

Aos meus amigos e colegas psi que sempre se esforçaram para manterem-se presentes, mesmo com a distância. Sou muito agradecida pelos momentos leves, alegres, sinceros e acolhedores. Tê-los perto ao longo de minha trajetória na pós-graduação foi um verdadeiro respiro.

Às queridas Débora e Patrícia, por todo o cuidado, afeto, carinho e por terem participado exaustivamente de meu processo de fortalecimento ao longo das turbulências da pós-graduação. Vocês são verdadeiras inspirações. Obrigada!

Às queridas colegas Regina e Fernanda Almeida, pela parceria, pelo afeto e por serem peças fundamentais no sentido de auxiliar na criação das aberturas em regime fechado.

A todos os trabalhadores que operam a política pública da Socioeducação, especialmente, aos que contribuíram para que esta pesquisa fosse possível. Agradeço por compartilharem as suas histórias, o seu cotidiano, as suas dores e alegrias. Sou grata pela composição, pela aposta e por embarcarem neste percurso de modo tão significativo. Que as aberturas produzidas pelo nosso encontro possam seguir fortalecendo os coletivos, possam perdurar e, assim, contribuir para a expansão do nosso poder de agir, mesmo frente às adversidades!

*“O poder requer corpos tristes.
O poder necessita de tristeza
porque consegue dominá-la.
A alegria, portanto, é resistência
porque ela não se rende.
A alegria como potência de vida,
nos leva a lugares onde
a tristeza nunca levaria”.*

Gilles Deleuze

RESUMO

A presente dissertação tem o intuito de produzir questões clínicas do trabalho *com* Agentes Socioeducadores, problematizando aspectos relativos à expansão do poder de agir em meio às tensões educar/punir/vigiar que caracterizam o exercício no campo socioeducativo. As ações envolvendo o adolescente em conflito com a lei sempre esteve fortemente ligada a práticas de cunho disciplinar e, por vezes, individualizantes, questões que se produziram a partir da herança de um período onde as políticas voltadas à infância e juventude não se organizavam de maneira a privilegiar a participação social frente aos modos de pensar e tratar o jovem. Com a emergência dos movimentos sociais que consolidaram o Estatuto da Criança e do Adolescente, efeitos outros produziram-se, no sentido de que a política pública deve se fazer pública, iniciando um processo de fortalecimento de práticas que acolham a produção do comum, o que implica pensar que é na própria experiência cotidiana do labor que os trabalhadores operam a política pública (além das diretrizes), devendo construir coletivamente estratégias instituintes, mediante um processo coanalítico operado com abordagens que tomam o trabalho pela via da atividade (Clínica da Atividade e Ergologia). Tais perspectivas colocam que, pensar o trabalho, implica em gerir a distância entre o prescrito e o real, buscando analisar como os trabalhadores efetuam cotidianamente as microgestões dos processos laborais mediante imprevisibilidades e os modos como dão sentido e experimentam o trabalho, produzindo transformações através de relações entre si e com o mundo. A atividade afirma um modo de vida não se limitando a execução de normas, pois, viver é poder criar novas normas, processo que só é possível mediante uma gestão coletiva fabricada na experiência do próprio trabalho, visando a expansão do poder de agir (questão crucial para a saúde). Os procedimentos metodológicos se deram através de um processo de pesquisa-intervenção cartográfica, onde pesquisadora e pesquisados colocaram-se como coanalistas das situações laborais. Os dispositivos empregados enquanto método de pesquisa foram o diário de campo, onde se encontra muito da voz da pesquisadora e dos movimentos do pesquisar, observações, análise de documentos, acompanhamento das situações concretas de trabalho, organização de espaços coletivos de discussão e análise da atividade no âmbito socioeducativo e Instrução ao Sósia. As análises produzidas permitiram explorar, por entre a gestão cotidiana dos processos de trabalho, peculiaridades da dinâmica expansão-constrangimento do poder de agir no e pelo trabalho Socioeducativo, discutindo que cuidar da saúde dos agentes socioeducadores pelo cuidado do ofício, abre perspectivas para a instauração de relação éticas por entre a expansão do poder de agir no trabalho da Socioeducação.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Atividade; Socioeducação; Poder de Agir.

Flores, V. D. C. (2020). Criando aberturas em regime fechado: percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS, Porto Alegre.

ABSTRACT

The present dissertation aims to produce clinical questions of the work with Socioeducational Agents acting in closed socio-educational measures, problematizing aspects related to the expansion of the power to act amid the tensions educating / punishing / that characterize the exercise in the socio-educational field. Actions involving adolescents in conflict with the law have always been strongly linked to disciplinary and, sometimes, individualizing practices, issues that have arisen from the legacy of a period when policies aimed at children and youth were not organized in a way to privilege social participation in the face of ways of thinking and treating young people. With the emergence of the social movements that consolidated the Child and Adolescent Statute, other effects took place, in the sense that public policy must be made public, initiating a process of strengthening practices that welcome the production of the common, which implies thinking that it is in own daily experience of work that workers operate public policy (in addition to the guidelines), and they must collectively build instituting strategies, through a coanalytical process that operates with approaches that take the work through the activity (Clinic of Activity and Ergology). Such perspectives suggest that thinking about work implies managing the distance between what is prescribed and what is real, seeking to analyze how workers perform micro-management of work processes on a daily basis through unpredictability and the ways in which they give meaning and experience work, producing transformations through relationships with each other and with the world. The activity affirms a way of life not limited to the execution of norms, because to live is to be able to create new norms, a process that is only possible through a collective management fabricated from the experience of the work itself, aiming at the expansion of the power to act (crucial question to health). The methodological procedures were carried out through a process of cartographic research-intervention, where the researcher and those being researched placed themselves as co-analysts of work situations. The devices used as a research method were the field diary, where much of the researcher's voice and research movements are found, observations, document analysis, monitoring of concrete work situations and organization of collective spaces for discussion and analysis of activity in the socio-educational context, in which the Instruction to the Double was also practiced. The analyzes produced made it possible to explore, among the day-to-day management of work processes, peculiarities of the dynamic expansion-constraint of the power to act in and through Socio-educational work, arguing that taking care of the health of socio-educational agents through the care of the work, opens perspectives for the establishment of ethical relations between the expansion of the power to act in the work of Socioeducation.

KEYWORDS: Work; Activity; Socio-education; Power to Act.

Flores, V. D. C. (2020). Criando aberturas em regime fechado: percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS, Porto Alegre.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CFP – Coordenadoria de Formação Profissional

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CIPCS – Centro de Internação Provisória Carlos Santos

DPM – Distúrbios Psíquicos Menores

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE/RS – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul

FEBEM – Fundação de Bem Estar do Menor

N-PISTAS – Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s)

PAC – Programa de Atendimento Coletivo

PEMSEIS – Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade

PIA – Programa Individual de Atendimento

RS – Rio Grande do Sul

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. TESSITURAS DE UMA PROBLEMÁTICA.....	11
2. A EMERGÊNCIA DO CAMPO DA SOCIOEDUCAÇÃO.....	16
2.1 PROBLEMATIZAÇÕES DE UM TRABALHO QUE SE OPERA POR ENTRE AS TENSÕES EDUCAR/PUNIR/VIGIAR.....	29
2.2 A SOCIOEDUCAÇÃO NO ESCOPO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	32
3. O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO SOB A PERSPECTIVA DA ATIVIDADE.....	40
4. SAÚDE E PODER DE AGIR: POR ENTRE RISCOS E NORMAS.....	49
4.1 COMPONDO COM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO QUE TANGE À DÍADE SAÚDE-TRABALHO NA SOCIOEDUCAÇÃO.....	61
5. CARTOGRAFANDO A EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO DE PESQUISA.....	66
5.1 PISTAS PARA TRAÇAR OS CAMINHOS: SOBRE ANDANÇAS E ABERTURAS EM REGIME FECHADO.....	67
5.2 CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ATIVIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO.....	78
5.2.1 Peculiaridades da Internação Provisória.....	85
5.2.2 A construção do vínculo em meio às tensões educar/punir/vigiar.....	88
5.2.3 Por entre tentativas e arranjos coletivos para o enfrentamento do real.....	97
5.2.4 Experimentações a partir do método de Instrução ao Sósia.....	104
6. SOBRE CRIAR E PERDURAR ABERTURAS EM REGIME FECHADO.....	111
7. REFERÊNCIAS.....	114

1) TESSITURAS DE UMA PROBLEMÁTICA

A presente dissertação de mestrado presenciou o brotar de seu primeiro gérmen a partir de inquietações no que tange às novas configurações e modos de tomar o trabalho contemporaneamente. Tais desassossegos eram os principais impulsionadores no sentido de produzir estratégias de intervenção e pesquisa, em especial, no contexto socioeducativo, campo em questão neste estudo. Esta pesquisa foi possibilitando a criação de um plano problemático que resultou de potentes encontros e vozes, um problema que também acolheu muito da voz da pesquisadora, no sentido de narrar/analisar as experimentações e minúcias relativas aos movimentos do pesquisar.

O principal propósito foi a produção de questões clínicas do trabalho *com* Agentes Socioeducadores atuantes em medidas socioeducativas de internação, visando a expansão do poder de agir¹ em meio às tensões educar/punir/vigiar que caracterizam o exercício no campo socioeducativo.

Das abordagens clínicas do trabalho, operamos com a Clínica da Atividade, proposta por Yves Clot e a Ergologia, de Yves Schwartz. Tais abordagens nos permitem tomar o trabalho pela ótica da experiência, o que implica em gerir a distância entre o prescrito e o real, onde se busca compreender e analisar como os trabalhadores efetuam cotidianamente as microgestões dos processos laborais mediante imprevisibilidades e, além disso, os modos como dão sentido e experimentam o trabalho em ato, produzindo transformações através de relações entre si e com o mundo.

O conceito de Atividade refere-se a um plano que acolhe uma dimensão além do que é observado e realizado na experiência cotidiana do trabalhar. É também aquilo que implica o real do trabalho, incluindo não só o que se faz, efetivamente, mas o que não se consegue fazer, os fracassos, o que se pensa em fazer, o que se faz para não fazer, enfim, dimensões que não são, necessariamente, da ordem do observável.

¹ Nas páginas seguintes, este conceito será apresentado brevemente e retrabalhado nos próximos capítulos.

A atividade afirma, sobretudo, um modo de vida, não se limitando a execução de normas, pois, viver é poder criar novas normas, processo que só é possível mediante uma gestão coletiva fabricada na experiência do próprio trabalho, que tem no horizonte a expansão do poder de agir. Expandir a potência da ação², de acordo com CLOT (2010b), é um processo que possui estreita conexão com a concepção de saúde no que tange ao trabalho e está intimamente ligado a um poder de ação que se afirma em uma dimensão ética da existência, uma vez que quanto mais o poder de agir de um trabalhador e/ou trabalhadora amplia, mais o poder de ação do outro também se expande.

No campo da Socioeducação em medida de internação, os trabalhadores exercem seu trabalho em um contexto que, ao mesmo tempo em que se propõe a práticas educativas, também encarcera, aprisiona. Assim, o processo de execução das medidas socioeducativas no cotidiano desses trabalhadores, especificamente, em regime de internação (fechado), se desenvolve em uma zona onde a noção de periculosidade é produzida, operando em uma fronteira que se mostra simultaneamente educativa-punitiva-vigilante, implicando, muitas vezes, em práticas protocolares, moralizantes e associadas a produção do indivíduo perigoso³.

Tais aspectos podem ser pensados do ponto de vista da racionalidade neoliberal, no sentido de produzir elementos que precarizam o trabalho e enfraquecem os coletivos, atualizando-se na política pública da Socioeducação de modo a constranger o cotidiano pelo excesso de práticas individualizantes, de controle e segurança, compondo a história deste ofício de modo singular, endurecido.

Esta herança também é oriunda de um período onde as políticas voltadas ao “menor” não se organizavam de modo a privilegiar a participação social frente aos modos de pensar e tratar a juventude, especialmente, aqueles que se encontram em conflito com a lei. Com a emergência dos movimentos sociais (em meio às durezas do período ditatorial) que auxiliaram na consolidação do

² Aqui, referimo-nos ao Poder de Agir, conceito proposto no escopo da Clínica da Atividade, que será apresentado mais adiante.

³ Ao longo desta dissertação, especificamente no capítulo 4, vamos abordar a fronteira entre a noção de periculosidade e as práticas socioeducativas, bem como a experiência do perigo no exercício deste trabalho, elementos que serão discutidos pela contribuição de Castel (1987) e Clot (2010a; 2013).

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/90), efeitos outros se produziram, no sentido de afirmar o caráter público da política, acolhendo que esta deve se fazer “pública”. A partir daí, emergiu um processo de fortalecimento de práticas que acolham a produção do comum⁴, afirmando, sobretudo, que é também na própria experiência laboral cotidiana que os trabalhadores operam a política pública (BARROS; PIMENTEL, 2012), para além das diretrizes e documentos oficiais, onde devem construir, mediante um processo coletivo e cogestivo, estratégias instituintes que visem a rachadura das durezas que se imiscuem nos mais ínfimos espaços e cenários.

Frente a tais aspectos, passamos a nos indagar: como se dá o exercício de uma ética que acontece pela expansão do poder de agir em um trabalho que envolve, simultaneamente, medidas de segurança, vigilância, cumprimento de pena e práticas educativas?

De modo a explorar os elementos relacionados aos processos de saúde, sofrimento e adoecimento vivenciados no exercício do trabalho como atividade, os quais são relativos ao impedimento e à expansão do poder de agir no e pelo trabalho, exploramos procedimentos analíticos e metodológicos onde pesquisadora e pesquisados colocaram-se como coanalistas das situações laborais.

Nos afirma Clot (2010b) que a contribuição de uma clínica da atividade é, em primeiro lugar, metodológica, nos sugerindo que se coloque em prática um dispositivo destinado a tornar-se instrumento para a ação dos próprios coletivos de trabalho, admitindo “como duradouras somente as transformações que resultam da ação dos próprios trabalhadores” (p. 14). É por tal circunstância que propõe uma análise que se volte ao amparo dos coletivos, visando a ampliação do seu poder de agir e a criação de um meio.

Criar planos de análise coletiva da atividade é uma dimensão que leva em conta o acompanhamento dos movimentos, as microgestões efetuadas no cotidiano, bem como a processualidade do trabalho em sua concretude, em ato,

⁴ Um comum que se expressa não pela via da identidade e homogeneidade, mas na construção de um plano que valorize a composição das singularidades que venham para compor um coletivo (REVEL, 2012a; REVEL, 2012b).

aquele que se dá por entre normas antecedentes e renormatizações possíveis junto às peculiaridades da esfera institucional.

É importante ressaltar que os grupos de discussão e análise da atividade emergiram por dentro do projeto guarda-chuva, oriundo da pesquisa-intervenção que ocorreu a partir da parceria entre o grupo N-PISTAS (Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise-s), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e coordenado pela Prof^a Dr^a Fernanda Spanier Amador, junto à FASE-RS (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul). O grupo acolheu demandas advindas da Fundação no que se refere a intervenções voltadas à temática saúde e trabalho.

A partir da entrada da pesquisadora-mestranda no campo de pesquisa, delineou-se uma frente de investigação *com* trabalhadoras e trabalhadores que atuam como Agentes Socioeducadores em uma das unidades que compõem a FASE-RS, cuja denominação é Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), situada na cidade de Porto Alegre/RS. Os principais dispositivos metodológicos utilizados foram o diário de campo, onde se encontra muito da voz da pesquisadora e os movimentos do pesquisar, observações, análise de documentos, acompanhamento das situações concretas de trabalho, organização de espaços coletivos de discussão e Instrução ao Sósia, para análise da atividade no âmbito socioeducativo.

A partir de então, os próprios Agentes Socioeducadores da unidade CIPCS manifestaram o desejo em organizar momentos coletivos para discussão de temas relativos à diáde saúde-trabalho. Sendo assim, foi realizado um total de dez encontros, duas vezes por semana, com duração de uma hora (na última hora do turno de trabalho⁵). Eram dois grupos distintos, havendo cinco encontros com cada grupo, tendo em média, seis participantes a cada ocasião. Tais espaços, ao longo dos movimentos da pesquisa, estabeleceram potentes discussões e elaborações coletivas da experiência laboral *com* os trabalhadores, bem como ferramentas para gerir as imprevisibilidades que são peculiares do

⁵ Os detalhes das combinações e de como o curso da pesquisa nos levou ao estabelecimento dos grupos são discutidos no capítulo 5.

âmbito socioeducativo⁶. Nos afirma Schwartz (2011) que os trabalhadores carregam em si mesmos e no coletivo todas as potencialidades da atividade, podendo, assim, exercer o poder criativo mesmo diante dos impedimentos que se colocam no real do trabalho.

A análise da produção dos modos de trabalhar na Socioeducação, por parte dos próprios trabalhadores, possibilitou evidenciar as tramas que os produzem, abrindo possibilidades de recriação dos meios para trabalhar, questões que configuram estratégias de promoção de saúde. Tal questão implica que, não basta que cuidemos apenas individualmente de cada trabalhador para que se “garanta” a saúde, é importante que se criem estratégias para que se cuide do trabalho, do ofício⁷, do *métier*, do patrimônio que se constrói coletivamente na experiência laboral. Como nos traz Clot (2013), é essencial que, acima de tudo, cuidemos do trabalho para então, cuidarmos da saúde.

De modo a não limitar-se pela busca de respostas e “verdades absolutas”, mas sim, visando a tessitura de problematizações das questões que se colocaram nestas andanças, anunciamos, a seguir, as linhas indagativas que foram enfrentadas nesta trajetória, bem como os aspectos analíticos e metodológicos para construir o percurso de pesquisa.

No capítulo a seguir, são trazidos elementos para problematizar o campo e o trabalho atrelado à política socioeducativa, levando em conta as complexidades de um fazer que se opera entre a tensão educar/punir/vigiar, pensando tais pontos indissociadamente. Além disso, comenta-se a “virada” das políticas envolvendo a população infanto-juvenil no cenário brasileiro, atrelando à discussão dos conceitos de Política de Estado, Política de Governo e Políticas Públicas, enfatizando o caráter público da política e sua operação no exercício cotidiano do trabalho como atividade, visando a construção de um comum.

O terceiro capítulo traz as diversas dimensões que abarcam o trabalho na Socioeducação, visando a conexão com elementos da atividade. Se busca trabalhar alguns conceitos como: clínicas do trabalho, subjetividade, atividade,

⁶ Elementos a serem especificados no decorrer desta escrita.

⁷ Mais à frente encontra-se um capítulo onde trataremos especificamente do Ofício como conceito e sua operação com a concepção de saúde.

questão clínica do trabalho enquanto um conjunto de afecções, como experiência dos afetos, dramáticas dos usos de si, dimensão impreparável do trabalho, gênero, estilo e poder de agir.

O quarto capítulo trata mais especificamente da dimensão do poder de agir, saúde, riscos, normas e cuidado do ofício no âmbito do trabalho como atividade na esfera socioeducativa, promovendo a conexão destes conceitos com a concepção de saúde.

O quinto capítulo discute as pistas metodológicas e os procedimentos que colocam em movimento o pesquisar. Trata-se de uma pesquisa-intervenção que se construiu junto a trabalhadores que atuam como Agentes Socioeducadores em uma unidade de internação. A cartografia se oferece como método em composição com a análise da atividade no campo da Socioeducação, onde pesquisadora e pesquisados colocaram-se como coautores e coanalísadores das situações de trabalho. Os dispositivos empregados enquanto método de pesquisa foram o diário de campo, observações das situações laborais, análise de documentos, organização de espaços coletivos de discussão e análise da atividade no âmbito socioeducativo e aplicação do método de Instrução ao Sósia visando o acesso à processualidade do trabalho dos Agentes Socioeducadores em ato.

O sexto e último capítulo, traz elementos da experiência em relação às andanças da pesquisadora-mestranda, bem como os efeitos que este processo de pesquisa-intervenção produziu junto aos pesquisados no âmbito da Socioeducação, buscando enfatizar a importância de criar e manter aberturas em regime fechado.

1) A EMERGÊNCIA DO CAMPO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Este capítulo tem enquanto objetivo fazer a apresentação do campo da Socioeducação frente aos diversos pontos que o abarcam: históricos, políticos, institucionais, sociais. A importância de tecer problematizações acerca do âmbito socioeducativo é fundamental para obtermos aprofundamentos sobre os aspectos que atravessam o exercício dos profissionais Agentes Socioeducadores, sendo estes, o centro desta dissertação e um dos principais operadores desta política.

Diante disso, uma questão fundamental a ressaltar, é que o exercício ao qual estamos nos propondo (problematização do campo socioeducativo) é uma tentativa de não reducionismo dos fatos apenas pelos aspectos cronológicos, mas, também, pela produção de um deslocamento na compreensão e análise dos efeitos produzidos a partir da dimensão histórica, e os modos como se atualizam na atualidade. Este movimento é fundamental pelo seguinte fato: durante muito tempo, conforme nos pontua Ribeiro (2003), os aspectos históricos foram demasiadamente ligados a um certo modelo que os colocam como os únicos capazes de revelar o passado, que guarda consigo um tesouro de verdades e os revela através de uma linha de continuidade temporal. Esse passado, ainda de acordo com o mesmo autor, estaria à espera de ser resgatado para revelar tais verdades, e poderia ser conhecido em sua essência desde que se utilizasse os métodos científicos corretos para este acesso. Para isso, o historiador se posicionaria como um observador “neutro”, exterior à sociedade. Essa linha de pensamento tinha a ver com a “utilidade” da história e o que se pretendia com o seu estudo.

Entretanto, um dos teóricos a questionar este discurso foi Michel Foucault, colocando em xeque o domínio do saber histórico. As críticas formuladas por ele vão de encontro com os pressupostos da história, sendo possível encontrar em sua obra uma vasta análise de documentos, discursos, práticas, objetos, sujeitos e instituições que construíram um pensamento imensamente comprometido com a renovação da prática historiográfica a partir de uma crítica radical da própria razão da história. A partir disso, Foucault demonstrou que nenhum objeto

intelectual pode ser considerado “natural”, sendo estes, historicamente construídos pelos objetos discursivos, além de estarem sujeitos às transformações, não podendo oferecer uma base universal para o método histórico (RIBEIRO, 2003).

No texto “Nietzsche, a Genealogia e a História” em *Microfísica do Poder* (1979), Foucault denuncia algumas ilusões que permeiam o universo dos historiadores e traz a concepção genealógica, um novo método que busca a escrita problematizadora que recusa a perfeição das origens. Para ele:

[...] fazer genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos [...] deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. (FOUCAULT, 1979, p. 19).

Em suma, a Genealogia preocupa-se em fazer a análise dos problemas a partir de questões do presente, o que se conecta a nossa tentativa nesta escrita, que vem alinhada juntamente aos preceitos da Análise Institucional. As instituições não são tomadas somente como objetos, mas pela compreensão de Lourau, que as coloca como sendo as formadoras da trama social que une e atravessa os indivíduos, que funde todos os níveis de uma determinada formação social (ALTOÉ, 2004) e que, sobretudo, também se expressa pelas paredes dos estabelecimentos.

Aqui, a tentativa também implica em olhar para o campo socioeducativo não apenas por dentro das paredes dos estabelecimentos, mas por entre a dimensão institucional. A Socioeducação comporta diversas instituições que a produzem, tais como, juventude, educação, trabalho, governo, segurança e pobreza. Tal funcionamento é exercido por quem trabalha e pelos demais atores e instâncias que a compõem, fazendo com que a Socioeducação que se percebe hoje, seja a própria história, no sentido de ser um universo que abriga todas

essas dimensões em suas práticas e nos modos de construir a política pública socioeducativa cotidianamente⁸.

O saber histórico construído e valorizado nos moldes da “verdade absoluta”, conforme mencionado anteriormente, permitia, segundo Rago e Gimenes (2000), apontar para um futuro seguro e para a garantia de continuidade do nosso progresso, nos revelando o quanto evoluímos. Partindo disto, ao olharmos diretamente para o campo da Socioeducação, não se pode negar que algumas transformações foram possíveis nas políticas envolvendo a população infanto-juvenil ao longo dos anos, questão que ainda vamos nos demorar ao longo do capítulo. Todavia, o que também não se pode negar é o fato de que, mesmo diante de algumas “viradas” e quebras paradigmáticas, alguns pontos controversos permaneceram se atualizando de outras formas na política pública socioeducativa e em suas ações cotidianas.

Nos últimos anos (e também na atual conjuntura) temos presenciado em solo brasileiro o desmonte de políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento social⁹, um desmoronamento que vem refletindo consideravelmente no aumento dos níveis de desigualdade. A ameaça das políticas sociais, somadas ao aumento do desemprego e aos discursos de ódio que vem sendo proferidos às minorias, às populações tidas como “marginais”, tem provocado consideravelmente o aumento da violência.

Tal conjuntura, expressa um forte processo de exclusão, segregação e até mesmo criminalização de quem não se enquadra em um modelo de “boa conduta”, esta, centralizada na figura do “cidadão de bem”, ou seja, aquele que

⁸ No subcapítulo a seguir, nos demoramos na discussão em relação à política, fazendo algumas distinções importantes sobre as Políticas de Estado, Políticas de Governo e a Política que efetivamente se faz pública. Com isso, não se tem a intenção de desresponsabilizar o Estado, mas sim, de pensar na produção de efeitos outros diante das práticas cotidianas, pois, é a partir daí que se começa um processo de fortalecimento na direção de uma Política Pública, de uma prática que acolha a produção do comum, o que interfere nos processos de construção de um meio.

⁹ Alguns artigos que tratam especificamente dos desmontes: BRAVO, Maria Ines Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. *Argumentum*, v. 10, n. 1, p. 6-23, 2018; KREIN, José Darin. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo social*, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018; MICHETTI, Miqueli; BURGOS, Fernando. Fazedores de cultura ou empreendedores culturais? Precariedade e desigualdade nas ações públicas de estímulo à cultura. *Políticas Culturais em Revista*, v. 9, n. 2, p. 582-604, 2016; SANTOS, Ana Cristina de Lima et al. Os impactos das reformas no “Governo Temer” para as políticas sociais. 2017.

corresponde aos padrões sociais hegemônicos. Concomitantemente, também se constata o quanto têm sido expressivas as manifestações em defesa de penalidades disciplinares de alto rigor aos considerados “desviantes”, sendo, inclusive, sacramentadas por governantes e, também, por diversos setores da opinião pública que apoiam e identificam-se com tais discursos. É como se revivêssemos o despertar dos períodos sombrios que já atormentaram demasiadamente a história democrática do país, trazendo à tona os defensores da tortura, do período ditatorial e da afirmação da sociedade de segurança de ordem punitiva e excludente. É a expressão de um período de “cegueira”, aquela que Lourau nos anuncia como sendo necessária para que o sistema social se mantenha em favor da estabilização das relações dominantes, que, inclusive, é produzida e reproduzida pelo aparato institucional (ALTOÉ, 2004).

Conjuntamente, há a produção massiva da lógica da sociedade de segurança, que prega a exclusão e o encarceramento dos que não se enquadram no modelo de “boa conduta”. O que produz o criminoso é única e exclusivamente o seu “caráter”, tendo sua condição social completamente desconsiderada. Observando por essa ótica, não há a necessidade de compromisso nem responsabilização social pela produção dos indivíduos, como se fossem apenas resultado de suas questões intrínsecas. Por isso, se “não prestam e não têm conserto”, devem ser, em alguma medida, encarcerados, eliminados. E não basta aprisionar, quanto mais desconfortáveis, disciplinados, rígidos, controlados e punitivos forem as medidas de segurança e os locais de detenção/internação, se entende que menos os indivíduos reincidirão no crime e, portanto, mais coagidos estarão. Se instaura a produção de uma lógica totalmente contrária ao que Nietzsche nos pontuou em *Genealogia da Moral* (1987) onde diz: “o que em geral se consegue com o castigo (...) é o acréscimo do medo, a intensificação da prudência, o controle dos desejos: assim o castigo doma o homem, mas não o torna ‘melhor’” (p. 66).

Problematizar tais aspectos tentando conectá-los às situações dos jovens em conflito com a lei, indivíduos diretamente ligados ao trabalho de Agentes Socioeducadores, produz tramas ainda mais delicadas. Ainda mais nos tempos atuais, onde cada vez mais se proferem discursos defendendo o fim do Estatuto

da Criança e do Adolescente¹⁰ e a redução da maioridade penal, visando punições consideradas mais severas para este público.

A partir destes movimentos, que ganharam maior visibilidade nos últimos tempos¹¹, posicionamentos sobre a temática passaram a ser recorrentes nos veículos midiáticos, alastrando-se em diversas redes sociais e demais contextos. Tais questões explicitam uma atribuição moralizante e de responsabilização individual do adolescente entre infringir ou não as leis, desconsiderando totalmente o fato de este, por vezes, encontrar-se em condições peculiares (atribuídas à marginalização), não sendo tomado enquanto alvo de investimentos para desenvolver-se como um cidadão empenhado na produção de uma sociedade mais justa (SCISLESKI, 2016).

A dificuldade de acesso ao mercado econômico concomitante à dificuldade de acesso a uma série de benefícios e relações sociais se entrelaçam com uma integração cultural que mobiliza os jovens a aspirações de consumo e desejos de reconhecimento social (FAUSTO NETO; QUIROCA, 2000). A redução, precariedade e/ou ausência de recursos públicos, além de retirarem bens coletivos, colocam populações inteiras, incluindo os jovens, na direção de uma lógica neoliberal, levando-os a se vincularem a um incontável número de estratégias precárias para a obtenção de renda, questão que, para Zaluar (1994), dilui-se facilmente nos limites entre a legalidade e a ilegalidade.

No cenário brasileiro, a trama que produz os indivíduos considerados perigosos para o convívio social vem sendo tecida há séculos. Mais precisamente, em meados do século XIX, período onde, efetivamente,

¹⁰ Parlamentares, inclusive, manifestaram-se verbalizando que o “ECA merece ser rasgado e jogado na latrina”, por ser um documento que estimula a “vagabundagem e a malandragem infantil”. (Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina-23006248>).

¹¹ No que tange, especificamente, a redução da maioridade penal, as discussões ganharam forte visibilidade em meados de 2015 (OLIVEIRA, 2017). Becker (2014) ressalta que “os debates acerca da maioridade penal são evidenciados em situações de infrações graves de autoria de adolescentes, nas quais se cria regime de visibilidade para fatos específicos visando a generalização e a mudança de uma atitude política para todos os adolescentes. Usa-se a dor dos envolvidos, como vítimas do ato infracional, para disseminar discursos a favor da diminuição da maioridade penal, limitando o debate acerca da diminuição da violência a um aumento progressivo da repressão. Nesse sentido, há uma análise parcial que direciona a opinião pública para o adolescente em conflito com a lei, em específico o adolescente de determinada classe social que evidencia a fragilidade da garantia de direitos para a infância e adolescência brasileiras” (p. 165).

emergiram as primeiras ações voltadas para o “cuidado” da população infanto-juvenil. Neste período, houve a criação das denominadas Casas da Roda ou Roda dos Expostos. Nestas circunstâncias, era frequente a prática de abandono de bebês que passavam a ficar sob os cuidados de instituições religiosas, que mantinham tal responsabilidade perante o Estado (ARANTES, 2004).

Em período posterior, adentrando o século XX, ocorre o deslocamento das ações relacionadas as esferas religiosas para também serem assumidas pelos higienistas. Estes últimos associavam à proteção social, à caridade, à filantropia e assistência aos menores, expressando um caráter de governo dos pobres. Doravante, eram dados os primeiros passos para a instauração do Código de Menores no ano de 1927.

Neste período, a infância pobre era considerada um campo fértil para desajustes de comportamento, sendo, diretamente, implicadas com a criminalidade, uma lógica que levou a inserção de aparatos diagnósticos e técnicas que visavam a identificação das causas da criminalidade do público infanto-juvenil. O indivíduo criminoso, a partir disso, poderia encontrar em seu passado as explicações de suas ações “fora dos padrões”. Acreditava-se, inclusive, em fatores hereditários para a explicação da criminalidade, o que levava a ações preventivas: afastamento do núcleo familiar considerado disfuncional e promíscuo (HADLER, 2017).

Em um período em que a autoridade estatal se colocava acima da família, a condição de miséria já se fazia suficiente para a internação¹². Sob diferentes perspectivas, os especialistas passaram a produzir estudos acerca dos impactos da situação de institucionalização no desenvolvimento integral da criança, construindo uma norma sobre o melhor lugar para o desenvolvimento do menor: a família nuclear burguesa (GUIRADO, 1986).

Com a vigência do Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979) instituíram-se as FEBEMs (Fundações de Bem Estar do Menor), onde se criou a naturalização de uma lógica de institucionalização de menores “carentes”, infratores, abandonados e/ou pobres, sendo, inclusive, preferível que

¹² Apesar de mencionarmos um período histórico, se percebe que tais movimentos segregadores ainda se fazem presentes na atualidade.

a criança ou adolescente fosse abrigado ao invés de permanecer no seio da família pobre. Ademais, essa naturalização passou a ser adotada pelas próprias famílias, que não se sentiam encaixadas em determinados padrões de “criação adequada” aos filhos, crendo que o processo de internação seria melhor para eles ajustarem-se à sociedade.

A partir disso, se percebe que o Código de Menores instaurou um forte movimento de proteção e cuidado que, ao mesmo tempo, remetiam ao controle, governo das vidas e das condutas, recebendo apoio, inclusive, das instâncias jurídicas. A partir disso, se instaura a justificação da proteção, o exercício de formas específicas de poder apoiadas em instituições, protocolos, equipamentos, tendo como alvo uma população que deve ser segregada, vigiada, institucionalizada, por meio de relações de controle e “segurança”, onde governar, também é “proteger” (FOUCAULT, 2007).

O giro punitivo realizado no final do século XX anuncia a instauração de um novo governo daquilo que Lôic Wacquant (2010) denominou de insegurança social, onde foram adotadas técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta de homens e mulheres capturados pelas turbulências da instabilidade econômica e empregos precários, dispositivo na qual o encarceramento assumia o principal papel para grupos que habitam as regiões inferiores do espaço social. A ativação de medidas disciplinares às populações “menos favorecidas”, se configurava como um dispositivo de gestão da pobreza, visando a recuperação autoritária da conduta das populações contrárias à ordem econômica que se colocava, e pretendendo, na falta de outras medidas, assegurar o distanciamento dos considerados “inúteis ou incorrigíveis” para a sociedade, incluindo a população infanto-juvenil relacionada a tal contexto.

Ao longo do tempo, as políticas envolvendo a população infanto-juvenil tomou outros contornos. Com a emergência dos movimentos de quebra paradigmáticas frente a consolidação da Constituição Federal de 1988 e com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos anos 1990, a categoria do “menor” estava a ponto de ser extinta. Essa nova doutrina tem seu alicerce jurídico e social na Convenção Nacional sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Tais mudanças nasceram no bojo da Reforma Sanitária surgindo em um período de fortalecimento dos movimentos sociais, que até então tentavam ser silenciados pela ditadura militar brasileira¹³. O novo marco político instaurado passou a se expressar por uma outra via: a da garantia de direitos e proteção integral no que tange ao trato com os adolescentes em conflito com e lei, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e em peculiar situação de desenvolvimento, repensando o caráter individualizante do ato infracional. A partir disso, em situação irregular passam a estar a família, a sociedade ou o Estado quando não oferecem condições plenas para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Com a nova legislação se percebe o surgimento de novas direções no que tange à política voltada à população infanto-juvenil, que se consolidou e passou a se organizar junto às demais políticas de saúde, educação, assistência social, justiça, entre outras.

Por conseguinte, com a instituição do ECA, emergiram as políticas públicas de caráter socioeducativo. A Socioeducação¹⁴ passou a ser regida por marcos legais que indicam determinados direcionamentos de suas ações, expressando-se por via da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado. As medidas socioeducativas passíveis de aplicação, conforme Artigo 112 do ECA são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; e internação.

Um dos principais documentos a se destacar é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2013; BRASIL, 2006) que visa o desenvolvimento de práticas pautadas na garantia dos direitos da criança e do

¹³ O Golpe Militar, que teve início no Brasil no ano de 1964, marcou uma época de regime autoritário, onde se estabeleceu a censura, restrição de direitos políticos, perseguição aos opositores do regime, incluindo práticas de cunho violento. A ditadura tentava silenciar os oponentes por meio de práticas de tortura e até mesmo a morte, situações que feriam gravemente os direitos humanos. Este período também foi marcado por lutas e conquistas importantes que se deram pela organização coletiva e força dos movimentos sociais.

¹⁴ Atualmente, no Estado do Rio Grande do Sul, a política pública da Socioeducação e a aplicação de medidas socioeducativas se materializa na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS). Está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, instância que direciona as ações de toda a rede que se conecta, de algum modo, ao âmbito socioeducativo (Centros de Referência da Assistência Social, Centros de Referência Especializados da Assistência Social, Centros de Apoio Psicossocial, Conselho Tutelar, Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, Ministério Público, entre outros).

adolescente e o respeito aos direitos humanos, por meio de alinhamentos entre elementos conceituais, estratégicos e operacionais estruturados em bases éticas e pedagógicas.

A partir dos documentos, as práticas daqueles que trabalham com a política devem se basear em atribuições como: auxílio, acompanhamento e participação em atividades da vida diárias dos adolescentes; organização e participação em atividades educativas, culturais e de lazer com os jovens, visando a promoção de seu desenvolvimento, favorecendo o convívio comunitário; zelar pela integridade física, psicológica e *moral* dos socioeducandos, por meio da manutenção de um *vínculo afetivo e ético*; efetuação de contenção mecânica em casos de crise de agitação psicomotora; acompanhar e desenvolver atividades em regime de *coeducação*; custodiar adolescentes em consultas médicas, exames e internações hospitalares, audiências e visitas domiciliares; orientar e acompanhar cuidados com limpeza de higiene pessoal, vestuário, alimentação e apoio escolar dos adolescentes; participar de reuniões, seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o *intercâmbio* ao aperfeiçoamento profissional; e zelar pela *disciplina e segurança* institucional.

Os regimentos (ECA, 1990; SINASE, 2006; SINASE, 2013; PEMSEIS, 2002) apresentam a Socioeducação enquanto uma política pública imprescindível no que tange ao resgate da imensa dívida histórica da sociedade brasileira com a juventude, que sempre foi uma das principais vítimas dos altos índices de violência no país, devendo ser pautada por estratégias que visam a construção de uma sociedade mais justa, que zela pelos jovens. O mote se concentra no pleno desenvolvimento do indivíduo que comete atos infracionais, não pautando as ações apenas no ato individual atribuído ao adolescente, mas levando em conta as peculiaridades de seu desenvolvimento como pessoa e o contexto social em que estão inseridos.

Isto posto, é importante ressaltar a seguinte questão: o Estatuto da Criança e do Adolescente simbolizou uma forte quebra nos modelos até então impostos para a categoria voltada ao “menor”, entretanto, o ECA também funcionou como um considerável dispositivo operacionalizador da cisão nas políticas envolvendo a população infanto-juvenil através da dissociação entre

Medidas Protetivas e Medidas Socioeducativas. Houve uma transformação nas políticas que, anteriormente, colocavam em um mesmo espaço infratores, crianças abandonadas, carentes e órfãos (SCISLESKI, 2015). A partir daí, posicionou de um lado os considerados pelas instâncias jurídicas como “vítimas” (carentes, abandonados, expostos a situações de violência), e de outro, jovens autores de atos infracionais (estes sendo entendidos como agressores, passíveis de correção e punição).

Esta cisão, conforme nos pontua Scisleski (2015), produziu uma considerável fragmentação no que tange ao cuidado com o público infanto-juvenil, pois, socialmente, a preocupação efetiva passou a ser direcionada a quem se encontra em medida protetiva (onde são vistos como merecedores de proteção), por outro lado, o jovem em cumprimento de medida socioeducativa é culpabilizado por sua própria índole (há um processo de responsabilização individual pelo ato infracional). Tal questão foi construída e é considerada um dos grandes paradoxos do ECA, pois, se por uma via, o Estatuto resolveu a confusão socioeducativa de internação que se fazia entre abandonados, pobres e infratores, o que anteriormente era postulado pelo Código de Menores, por outra, ao separá-los, criou outra dicotomia, que na prática opera de modo distinto entre os direitos daqueles que vão ser tomados como vítimas e dos considerados “perigosos”.

A doutrina da proteção integral e sua legislação decorrente, sem dúvida, são construções e conquistas importantes de movimentos coletivos que, por anos, lutaram para vê-las implementadas e se constituem como estratégicos instrumentos de afirmação de cuidado, dignidade e liberdade. Porém, não podemos esquecer que, em nosso país, cerca de trezentos anos de escravatura e outros sessenta e três anos de Código de Menores, aliados a teorias higienistas, racistas e excludentes, influenciaram significativamente a intervenção de profissionais para com crianças e adolescentes pobres, bem como a maneira da sociedade percebê-los (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; SOUZA, 2014).

Aliado a isso, a própria questão dos direitos humanos também expressa um paradoxo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que delineia os direitos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas no ano de

1948, pós Segunda Guerra Mundial. A Declaração coloca os direitos humanos como direitos inerentes a todos os seres humanos, independente da nacionalidade, sexo, raça, religião ou qualquer outra condição. Todos merecem tais direitos, sem discriminação. O documento inclui o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho, à educação, entre outros. Entretanto, Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) lançam questionamentos que nos levam a repensar esta definição. Afinal, esses direitos foram construídos para que humanos? Tal indagação é fundamental no momento que presenciamos atualmente, pois, pelo que se tem observado, os direitos fundamentais são, comumente, dirigidos a uma parcela muito pequena da população que já tem fácil acesso a eles.

Os direitos humanos são, na realidade, reservados e garantidos para as elites. Os considerados marginalizados são excluídos desses direitos. O direito à vida e à dignidade, em suma, não são garantidos para os “desviantes”, que incluem, sobretudo, jovens pobres e negros. Para Santos e Szuchman (2014), a juventude em conflito com a lei ocupa uma posição paradigmática em nossa sociedade: os adolescentes e jovens são fixados a espaços de exclusão e controle na mesma medida em que as políticas sociais a eles dirigidas são reduzidas.

Esses jovens¹⁵ têm as suas vidas geridas de modo diferenciado frente as demais parcelas da população. Nestes casos, é visada a restrição de liberdade e a regulação dessa população por aparatos disciplinares e punitivos. A prioridade é a proteção da vida do considerado “cidadão de bem”, onde se mantém esses jovens, se não menos perigosos, mais controlados e vigiados (FOUCAULT, 2008). A infração o coloca no patamar de indivíduo perigoso que rompe com os códigos sociais. Quem deve “cuidar” deste jovem, especialmente o que se encontra em medida de internação fechada, é a segurança sob uma lógica de punição e repressão (HADLER, 2017).

¹⁵ Dando ênfase para o perfil que ainda é maioria na população carcerária brasileira: jovens, negros, pobres e com baixa escolaridade (Dados recolhidos no último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf).

Percebe-se aí também, o advento de um poder que vai dar conta do perigo existente no indivíduo antes mesmo que seja necessário saber se ele é ou não culpado. O surgimento de uma zona comum, cuja constituição se deve em parte ao funcionamento da medicina como higiene pública e em parte ao funcionamento da punição legal como técnica de transformação individual (SCISLESKI, 2015). Seria o que Foucault (2010) denominou enquanto um funcionamento “parapatológico e infralegal”, que vai mostrar que toda a história da vida do indivíduo, seu entorno familiar e suas condutas são prejudiciais para o bom andamento da sociedade. Essa questão amplia o espectro de atuação de um saber psiquiátrico, que vai procurar gerir o corpo social, vai dizer quem o “sujeito realmente é” para antecipar o perigo de certas populações, integrando essa virtualidade em categorias psiquiátricas, ligando-a a uma determinação psicológica incontornável.

Mesmo frente as novas medidas de proteção integral e garantia de direitos atreladas ao ECA, ainda se percebe o enquadramento de determinadas camadas da população infanto-juvenil e de suas famílias pobres em modelos hegemônicos, em normas de conduta, onde estes ainda são punidos pelas instâncias jurídicas e sociais. No que se refere às suas famílias, estas ganham um novo “status” que não as reduz mais apenas ao patamar da pobreza, agora elas também são enquadradas como “negligentes” (NASCIMENTO, 2012). Esse processo de negligência também se transforma em um dispositivo de afirmação da sociedade de segurança (FOUCAULT, 2008), se vinculando a uma racionalidade biopolítica de governo das vidas, compatível com a lógica neoliberal.

Falar em ‘biopolítica’ requer problematizar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana, ou seja, os novos objetos de saber, que são criados “a serviço” do novo poder, são destinados a controlar a própria espécie, e é a população o novo conceito a ser construído para dar conta de uma dimensão coletiva. A biopolítica vai se ocupar, portanto, com os processos biológicos relacionados ao homem estabelecendo sobre ele uma espécie de regulamentação, se preocupando com o estímulo e “aumento da vida”. Entretanto, o desenvolvimento da biopolítica, conforme nos pontua

Foucault (1988; 1999), também pode vir a resultar em um exercício de poder que requer um aprofundado conhecimento da população, levando em conta a necessidade de certo esquadramento, uma questão permeada por uma racionalidade biopolítica que “faz viver e deixa morrer” em todos os aspectos, concretos e simbólicos.

2.2 A SOCIOEDUCAÇÃO NO ESCOPO DA POLÍTICA PÚBLICA

O caráter público de um projeto se expressa por meio de um interesse coletivo, pela construção de um comum, de forças que se opõem ao funcionamento individualizante e totalizador do Estado. Nesse sentido, Barros e Pimentel (2012) fazem uma distinção importante em relação ao que se entende como Políticas de Estado, Políticas de Governo e Políticas Públicas. As políticas de ordem estatal constituem-se por meio de ações nas quais os governos que se alternam no poder devem garantir a efetivação das políticas, já as de governo, se referem a articulações em função de conjunturas, dependendo do arranjo de forças e de escolhas políticas que determinam algumas ações, porém, sem garantias de continuidade. Entretanto, as mesmas autoras reforçam que para que se possa ir além do período de gestão de um governo, se faz necessária a efetiva participação social, e é visando essa finalidade que se destacam as Políticas Públicas.

Se olharmos pela perspectiva da política envolvendo a população infanto-juvenil, se constata que o modo de organização no período das FEBEMs não passava por uma perspectiva de controle social, não estava inscrita em uma concepção que privilegiasse a participação efetiva da população no que tange aos modos de pensar e tratar a juventude. Porém, com o advento dos movimentos sociais que emergiram em meio às durezas do período ditatorial, promovendo a quebra paradigmática das políticas atreladas a população infanto-juvenil com o advento do ECA, apesar de ainda ter barreiras para enfrentar, outra dimensão foi colocada, no sentido de que a política pública deve se fazer pública, se expressando por meio de um interesse coletivo, pela construção do comum.

Não se trata de se tirar a responsabilização estatal, mas sim, de produzir efeitos outros diante das práticas, pois, a partir daí, que se começa um processo de fortalecimento na direção de uma Política Pública, de uma prática que acolha a produção do comum¹⁶.

Trabalhar em políticas públicas é acessar um plano comum que interfere nos processos que constituem o meio. Acessar o plano comum não se refere a apelações que conferem uma identidade, no intuito de reforçar semelhanças como um todo, seja por igualdade, cultura, história (BARROS; PIMENTEL, 2012), mas se relaciona com um fazer público que trabalha para além de si e suas fronteiras, que acolhe e cuida da vida-outra (GOTARDO, 2011), que está aberto a composição de singularidades, a forjar novas conexões, a compartilhar, proliferar redes, produzindo aberturas a uma multiplicidade de encontros que não se reduz a um conjunto, ao que junta, a um aglomerado de pessoas, mas ao que privilegia o processo de estar junto, partilhando práticas. Um comum que não se faz por homogeneidade, mas, por produção de diferença. Revel (2012a), nos pontua que:

[...] parece-nos que o problema do comum passa pelo reconhecimento da maneira como as diferenças podem compor hoje suas diferenças não a partir do reconhecimento do que as torna idênticas ou complementares e sim a partir do que, momentaneamente, pontualmente, as articula juntas numa relação de forças que as determina e da qual elas procuram se desprender (p. 104).

Seguindo o lastro do pensamento de Revel (2012b), o “comum” exige ser pensado como uma construção radicalmente democrática das singularidades que seria uma garantia da universalidade, e onde colocar em comum as singularidades em seu devir. Exige ser pensado enquanto a persistência das diferenças singulares enquanto diferenças, num agenciamento diferencial destas diferenças. Precisa ser experimentado como partilha das diferenças, como a construção de um espaço (político, subjetivo e de vida) onde cada um reforça por sua própria diferença a potência deste modo de viver junto com o outro.

Trazendo a discussão para o âmbito socioeducativo, retomamos os estudos de Adami e Bauer (2013). Estas desenvolveram uma pesquisa que teve

¹⁶ A questão do Comum será trabalhada ao longo desta escrita, inclusive em sua conexão com a atividade.

o intuito de compreender em que medida as práticas de Agentes Socioeducadores que atuam em meio fechado aproximam-se ou afastam-se das diretrizes políticas socioeducativas.

Ao longo do texto, se constata que a política pública é considerada como o Estado em ação, ou seja, seria a tradução das diretrizes definidas para solucionar problemas em ações praticadas dentro do aparato da administração pública, utilizando Couto (2005, p. 96) como referência, no sentido de relacionar a política pública como “tudo aquilo que o Estado gera como um resultado do seu funcionamento”. Na discussão que se refere as Políticas Públicas trazida por Barros e Pimentel (2012), percebe-se que há uma linha tênue que separa a captura política pela máquina estatal e a política efetivamente tornada pública, que se emprega junto as populações. Não se escapa das relações de poder, não se elimina a dimensão estatal na Política Pública, não se deve tirar a responsabilização da esfera estatal, entretanto, a política socioeducativa cria estratégias para escapar das práticas totalizadoras que ele impõe, o que requer um fazer cotidiano.

Seguindo o raciocínio nesta direção, se averiguou que as mesmas autoras (ADAMI; BAUER, 2013) trazem um ponto fundamental: procuram esclarecer que o trabalhador abrangido em seu estudo, no caso, o Agente Socioeducador, também deve ser considerado um agente implementador da política. Essa questão é crucial, pois, nos lança luz sobre o fato de que operar a política pública não é, necessariamente, apenas papel do Estado, pois, ela também pode ser (e é) exercida na feitura do próprio trabalho, em ato.

O trabalhador, cotidianamente, na experiência do seu labor produz a política pública, para além das diretrizes, e deve construir coletivamente as estratégias de transformação de uma realidade que é constituída de modo singular, incluindo diferentes protagonismos, distanciando-se da ideia centralizadora de gestão, para assim, estendê-la para uma ideia de cogestão, apostando em modos de fazer que privilegiem o estar junto, partilhando práticas, de modo a romper as forças capitalistas e totalitárias (BARROS; PIMENTEL, 2012).

Diante do caráter público que envolve o trabalho socioeducativo, há o interesse em problematizar os modos de produção coletiva que envolvem essa política pública pela via do exercício do trabalho, por elementos que compõem o campo: os trabalhadores, os socioeducandos, os espaços físicos, a rede, os aspectos institucionais, as políticas, enfim, tudo que possa estar, de algum modo, conectado com a política socioeducativa.

Em um período onde a lógica neoliberal vem tomando contornos absurdamente perversos, onde se busca a fragmentação dos coletivos privilegiando a cultura do individualismo, onde se presencia setores da opinião pública bradando aos quatro ventos manifestações pelo fim do Estatuto da Criança e do Adolescente, que representou um marco imprescindível para a consolidação da política pública socioeducativa e as práticas que se constroem coletivamente, mais do que nunca, é necessária a mobilização para a produção de um comum, privilegiando os modos de se estar junto.

2.1 PROBLEMATIZAÇÕES DE UM TRABALHO QUE OPERA POR ENTRE A TENSÃO EDUCAR-PUNIR-VIGIAR

As considerações até aqui tecidas demonstram o cenário que se imiscui no trabalho socioeducativo e que se expressa diretamente no exercício dos trabalhadores que estão na centralidade desta dissertação: os Agentes Socioeducadores. É fundamental pensar que, as práticas cotidianas envolvendo a política socioeducativa e a aplicação das medidas, de certa maneira, também funcionam como dispositivos de ajuste das condutas dos jovens em conflito com a lei. Alguns estudos (SCISLESKI, et al., 2015; SCISLESKI, et al., 2016; DE RESENDE e DA SILVA, 2017) ao enfrentarem a discussão nesta esfera, trazem uma das faces que mais fortemente se expressa no contexto de aplicação das medidas socioeducativas: os aspectos disciplinares e rígidos.

Os estudos trabalham elementos conceituais e metodológicos de modo a sustentar o “intuito” das ações neste campo que, por vezes, caracteriza-se por vias de repressão, reforma, docilização e normalização dos corpos, bem como

pela individualização dos “atos desviantes” atrelados à jovens praticantes de atos infracionais.

Foucault em *Vigiar e Punir* (1977), problematiza os atravessamentos que compõem as instituições disciplinares, trazendo que todas carregam uma penalidade que compara, hierarquiza, homogeneiza, que visa a normalização. As técnicas corretivas fazem parte diretamente da armadura institucional dos estabelecimentos de detenção penal.

A instituição atrelada ao encarceramento foi criada com o intuito de exercer um trabalho preciso sobre os corpos, de modo a tornar os indivíduos dóceis, úteis, devendo ser tomada enquanto um aparelho disciplinar exaustivo, como um “reformatório integral” (p. 228). Os sistemas punitivos, em nossas sociedades, devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo, ou seja, ainda que não se recorra a castigos fortemente violentos, mesmo ao se utilizar métodos mais “suaves”, é sempre do corpo que se trata, de suas forças, sua utilidade, docilidade, submissão. Um corpo dócil é aquele que pode ser submetido, utilizado, transformado, aperfeiçoado, disciplinado, questão que remete a pensar sobre a finalidade de alguns métodos da medida socioeducativa.

Ao nos determos ao SINASE (2006), é perceptível que este documento se expressa de modo a nortear as práticas dos Agentes Socioeducadores, colocando a questão da disciplina como um elemento fundamental para o sucesso pedagógico, que deve se dar por meio de um conjunto de regras e normas bem estabelecidas que viabilizem o alcance dos objetivos da medida junto aos adolescentes restritos de liberdade. Porém, a disciplina foucaultiana a que estamos nos referindo (FOUCAULT, 1977), toma contornos no sentido de colocá-la como um conjunto de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que não visa unicamente o aumento de suas habilidades, mas lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade, de controle dos gestos, dos comportamentos. Há uma lógica do adestramento do corpo envolvido no poder disciplinar, onde não amarra as suas forças necessariamente para reduzi-las, mas para utilizá-las num todo, para decompor as singularidades, para “fabricar” indivíduos.

O sucesso do poder da disciplina se deve, não apenas ao uso de instrumentos violentos, sangrentos, mas, muitas vezes, ao uso de instrumentos simples: a combinação entre um olhar hierárquico e a sanção normalizadora. Governar, assim, é gerir regras sobre o que se faz, o que se pensa, como circulam, policiando os detalhes de cada ato, de cada situação (FOUCAULT, 2008; LEMOS, 2014).

Mesmo que tais elementos não estejam descritos desta forma nos documentos oficiais da Socioeducação, se constata que a definição foucaultiana se expressa de modo bastante perceptível nas práticas cotidianas deste campo, especialmente, na atuação do meio fechado, onde cotidianamente se pune como prevenção, como incitação à ordem que quer se manter e à docilidade. Além disso, Foucault (1996) ressalta que a disciplina amplia a lógica do tribunal, não se restringindo ao interior dos estabelecimentos, mas por toda a sociedade, em pequenos julgamentos da norma, corretivos e educativos, preventivos e punitivos que tem o intuito de controlar o futuro.

A penalidade hierarquizante exerce sobre os socioeducandos uma constante pressão no sentido de os submeterem a um mesmo padrão, a um mesmo modelo socialmente aceitável, para que todos se pareçam, não abrindo brechas para o que se considera “anormal”.

Acessar o trabalho na Socioeducação é trazer em jogo os aspectos institucionais que o atravessam, bem como os diversos atores que compõem o meio: o socioeducador, o socioeducando, as políticas regentes, a arquitetura, as grades, as equipes técnicas, as famílias, a rede, assim como os afastamentos de trabalhadores, todas as queixas, os casos “irresolutos”, as relações que, por vezes, são complexas entre pares e gestores, a violência física e institucional, as tentativas, o imprevisível, o que escapa, os gestos, as ações em meio às inúmeras prescrições, o trabalho indelimitável e de experimentação, sobretudo em um exercício que permeia elementos da restrição de liberdade e de constante vigilância (do socioeducando e de quem trabalha).

Na feitura cotidiana deste trabalho se percebe que as atribuições se colocam, muitas vezes, além das forças físicas e materiais disponíveis, onde os trabalhadores necessitam vivenciar frequentemente o uso do corpo e de

normativas disciplinares, frente às composições com as limitações e exigência dos regimentos, além das tensões diárias experienciadas no ofício, feitas, sobretudo, na relação com os pares e com os socioeducandos. Os trabalhadores vivenciam dramáticas que são produzidas diante de um exercício que se opera em meio a tensões simultaneamente educativas, punitivas e de vigilância, encontrando dificuldades de se desprenderem de rotinas operacionais e normativas de segurança.

Frente a este cenário, encontram-se os trabalhadores, efetivos operadores da política pública, que vivem, sentem e perpetuam cotidianamente na experiência laboral os atravessamentos institucionais de caráter repressivo, disciplinar e corretivo que seguem se inscrevendo na Socioeducação.

A atuação em unidades de internação, ou seja, em meio fechado, produz tramas bastante complexas no cotidiano dos profissionais que trabalham “nas pontas” da política socioeducativa, pois, existem peculiaridades diante de um processo educativo e de ressocialização em um ambiente onde adolescentes que cometeram atos infracionais estão privados de liberdade.

A medida de internação, de acordo com Ponzi e Gonçalves (2014) é a mais gravosa do sistema socioeducativo. O regime fechado abre brechas para que se exerça um papel disciplinar, de controle e alta vigilância, sendo essa uma das faces da medida restritiva de liberdade. Há, portanto, a experimentação de tensões diante de um exercício que se opera por entre a fronteira educar/punir/vigiar.

Alguns estudos produzidos sobre Agentes Socioeducadores em unidades de meio fechado (Adami e Bauer, 2013; Barcellos et al, 2001; Herculano e Gonçalves, 2011; Menicucci e Carneiro, 2011) constataram a dificuldade que alguns trabalhadores apresentam para conciliar os diversos papéis ao mesmo tempo, especialmente no que tange aos aspectos educativos e punitivos. Tais dificuldades estariam relacionadas a necessidade de criar vínculos e, ao mesmo tempo, precisar conter, manter uma postura firme, rígida perante o adolescente. Os autores mencionam que conciliar esses objetivos tem sido um campo em disputa, em que as práticas de ordem punitiva e operacionais ainda têm se sobressaído.

No que tange ao caráter educativo da Socioeducação, este tem a ver com o respeito a um processo envolvendo pessoas em condições peculiares de desenvolvimento e também com a aposta que se faz no outro. Para Craidy (2014), a figura do educador é relevante pelo fato de este ser um mediador do educando com o mundo, com os saberes e com os outros seres humanos. Entretanto, no campo da Socioeducação, o processo educativo toma ares complexos em função de, ao mesmo tempo, se entrelaçar com o cumprimento de uma pena.

No entanto, acreditamos ser fundamental nos demorarmos um pouco mais sobre esta produção dicotômica acerca da fronteira educar-punir que se inscreve na Socioeducação. As medidas socioeducativas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente buscam problematizar a punição, aliando ao caráter de sanção a perspectiva educativa, porém, nos indagamos: seria equivocado colocar a educação e a punição em planos polarizados?

Recorremos a Foucault (1977) quando este afirma que a Educação, assim como a pedagogia, a escola e o currículo, são considerados também artefatos disciplinares que foram tomados como objetos relativos à governamentalidade, ou seja, como um instrumento importante do aparato disciplinar e biopolítico relacionado ao governo dos corpos de crianças e adolescentes. Assim, entendemos que qualquer projeto educacional contemporâneo é atravessado, em certa medida, por modos de governo. Porém, por outro lado, apesar dos processos perversos produtores da exclusão social, o ato educativo segue, de certo modo, contribuindo também na acumulação de forças que se manifestam contrariamente às formas de dominação que tentam sufocar o pensamento crítico.

As questões que se tecem a partir das reflexões colocadas se estruturam da seguinte forma: como “desamarrar” a Socioeducação dos “fantasmas do Código de Menores” que ainda se inscrevem no cotidiano da aplicação das medidas socioeducativas? Quais são as estratégias que os trabalhadores encontram para alcançar os objetivos do processo socioeducativo, que envolvem a “ressocialização” dos adolescentes em conflito com a lei? Tais questionamentos nos levam a refletir sobre o que, efetivamente, está em questão no fazer cotidiano desta política: os esforços diários dos trabalhadores para

“consertar” um jovem que foi produzido por uma determinada estrutura social, que sobreviveu a ela, mas que deve ser “devolvido” à mesma sociedade que o marginalizou como um cidadão ajustado à esta conjuntura.

A Socioeducação implica, sobretudo, em “educar para uma sociedade”, para uma espécie de pacto societário, diferente do processo de escolarização. Há uma complexidade envolvida, pois, a dimensão educativa envolvida nesta esfera se mistura com a prática conflituosa e delituosa, uma educação que se faz atrelada ao cumprimento de uma pena instaurada em um regime de encarceramento. Ali, se fazem presentes atos que tem enquanto intuito a “reforma” do indivíduo que se inscreve na figura do dito “perigoso”. O resultado do processo educativo tem sido avaliado unicamente pelo comportamento do adolescente, tomando como referência os modos como ele se contém, se adapta às regras, sendo que o principal aspecto a se trabalhar é a relação entre os indivíduos envolvidos no processo, e não concentrar individualmente no jovem. Desse modo, não podemos afirmar que a Socioeducação está completamente “desamarrada” de uma lógica repressiva e individualizante.

Levantamos isso, pois, sim, a Socioeducação e seus trabalhadores terão que se reaver permanentemente com o limiar educar-punir-vigiar, tomando esse paradoxo como algo que “estrutura” a política. Em suma, o seu objetivo é este (educar, disciplinar, punir, vigiar), não há como não se deparar com esta fronteira na feitura cotidiana deste trabalho. Entretanto, é necessário fazer uma torção no processo educativo, não reduzindo-o à esfera disciplinar: a efetiva aposta na educação, nesse contexto, deve seguir a lógica combativa à dimensão punitiva e vigilante que se inscrevem no campo socioeducativo.

A partir disso, seguimos nos perguntando: mesmo diante das complexidades cotidianas que se colocam neste campo, que outras perspectivas do socioeducar podem ser afirmadas e produzidas pelo exercício deste trabalho no sentido de serem pautadas por uma ética de expansão da potência dos afetos? A ação educativa tem sempre uma dimensão política, que, para Craidy (2014), poderá ser autoritária ou democrática, jamais neutra, mesmo diante de complexidades e atravessamentos de contradições. A educação será autoritária se tomar o educando como ser a ser regulado, reduzindo o processo educativo a mera dominação, adestramento e à submissão de regras feitas por

outros a serem interiorizadas e repetidas. Por outro lado, a educação será democrática se investir na aposta das possibilidades do educando enquanto ser capaz de refletir e participar como sujeito da própria constituição e também do mundo.

No mesmo sentido de afirmar outras perspectivas do educar, trazemos o exemplo do psiquiatra François Tosquelles (SALEK RUIZ, et al., 2013) que registra na sua trajetória experiências no campo da saúde mental junto a pacientes no âmbito do hospital psiquiátrico. A partir desta experiência, Tosquelles procurou colocar em xeque a dimensão moralizante, segregadora e de incapacidade a que os pacientes psiquiátricos estavam submetidos. Procurou construir junto a eles o engajamento em diferentes atividades de trabalho, tendo enquanto objetivo a desocupação de uma posição passiva de pacientes, para se assumirem como “usuários ativos”. O intuito seria o de promover ações de cuidado ao próprio hospital (como um estabelecimento de cuidados), num mesmo processo em que cuida de si mesmo e dos demais. Esse trabalho de “cuidar da instituição” ocorreria conjuntamente com os profissionais de cuidado, onde seriam todos coprodutores do serviço.

Este processo expressa novas direções no sentido do que Clot (2006) trata como uma atividade¹⁷ que se desdobra, uma atividade sobre a atividade, onde o interlocutor é afetado por sua atividade repetida e retomada por outro. É pensar a afirmação de uma outra perspectiva que se conecta a um processo de afetação de corpos, afetos que surgem para a expansão do poder de agir no próprio ato do trabalho, *com* o outro¹⁸.

¹⁷ Este conceito será trabalhado em sua minúcia no capítulo seguinte. Porém, cabe aqui uma breve explicação de um conceito que é tão importante para esta pesquisa. O conceito de Atividade é oriundo da Clínica da Atividade, de Yves Clot. A Atividade é considerada uma dimensão que está além do que é realizado na experiência cotidiana do trabalho. É também aquilo que implica o real do trabalho, incluindo o que não se consegue fazer, os fracassos, o que se pensa em fazer, o que se faz para não fazer, enfim, dimensões que não são, necessariamente, da ordem do observável. Tais aspectos serão trabalhados ao longo desta dissertação.

¹⁸ O Poder de Agir é um processo que está intimamente ligado a um poder de ação que se afirma em uma dimensão ética da existência, uma vez que tanto o poder de agir de um trabalhador e/ou uma trabalhadora amplia, quanto mais o poder de ação do outro também amplia (CLOT, 2010b). A expansão do poder de agir possui estreita conexão com a concepção de saúde no que tange ao trabalho. Este conceito será trabalhado mais detalhadamente no decorrer desta escrita.

A política pública passa por um processo de renormatização que é feita por entre o trabalho como atividade (CLOT, 2006; 2010b) através de processos de criação e recriação, dando possibilidade de abertura entre a prescrição e as peculiaridades que se fazem presentes no real do trabalho.

É no próprio ato que o trabalhador produz a política pública. A criação de um plano de análise do trabalho como atividade junto aos trabalhadores, um dos dispositivos metodológicos desta dissertação, é o que possibilita a ampliação da expansão do poder de agir enquanto intervenção-clínica do trabalho, que pôde, inclusive, ser operada pela própria pesquisa, o que remete a afirmação da dimensão pública, implicando no próprio fazer da política pública.

2) O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO SOB A PERSPECTIVA DA ATIVIDADE

A finalidade do presente capítulo gira em torno da importância de trabalhar elementos conceituais das abordagens Clínicas do Trabalho que operam pela via da atividade. Para isso, é imprescindível resgatar a discussão que objetiva a ampliação do tema “trabalho” como disparador inicial.

Desse modo, tomar o trabalho e compreendê-lo apenas como um conjunto de regras e atribuições, é um modo de esgotá-lo e não dar visibilidade para todos os aspectos que o abarcam. Na tentativa de compor com as questões a que estamos nos propondo nesta pesquisa (a análise do trabalho como atividade na Socioeducação), trazemos aqui alguns dos referenciais que procuram expandir a compreensão do trabalho. Tais abordagens tomam o trabalho pela via da atividade: a Clínica da Atividade de Yves Clot e a Ergologia de Yves Schwartz.

Estas perspectivas se posicionam na análise do processo de renormatização do trabalho no que tange à gestão da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, como experiência para gerir os inéditos que se fazem presentes no cotidiano. Tal distância revela aquilo que para nós é muito caro, que é o conceito de Atividade, sendo este, um mundo que permaneceu durante muito tempo escondido nas sombras do que se reconhece como tarefa.

A descoberta da atividade, conforme Neves e Fonseca (2016) foi o primeiro grande marco que inaugurou o que se pode chamar de um campo pós-taylorista de análise do trabalho. Em Taylor, tudo o que no trabalho, desvia do prescrito não é visto ou, quando visto, é tomado como problema a ser suprimido e ser superado, havendo forte centralidade na tarefa e uma política de gestão voltada ao controle.

O novo marco produziu quebras paradigmáticas no sentido de compreender que a dimensão vivida no trabalho implica sempre uma (re)criação, algo que não pode ser facilmente apreendido pelas palavras ou descrito previamente, mesmo levando em consideração o depoimento dos que trabalham (OSÓRIO-DA-SILVA, 2016). A atividade está além do que é realizado, do que é

diretamente observável, considerando também aquilo que Clot (2006, p. 116) denomina como o “Real do Trabalho”, que se configura como:

[...] aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha em poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso – o que é um paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer, aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer. Sem contar aquilo que se tem de refazer (p. 116).

Olhar o trabalho pela via da atividade é compreendê-lo como uma atividade entre outras. O trabalho exerce na vida pessoal uma função psicológica específica, e isto precisamente em razão de ser ele uma atividade triplamente dirigida (CLOT, 2006), dirigida ao objeto, a si mesmo e ao outro, uma história sempre inesperada, incompleta.

O objeto a ser considerado é a maneira como a experiência do trabalhar se dá no ato, na feitura do próprio trabalho e os seus impedimentos. Nesse sentido, trabalhar também implica em viver o que Schwartz (2000) denomina como “dramáticas dos usos de si” (p.44), onde, ao longo da experiência laboral, quem trabalha, se depara com situações inéditas que forçam o trabalhador a pensar. As situações levam o trabalhador a assumir determinados riscos¹⁹ no momento de gerir as imprevisibilidades.

O trabalho é lugar de debate, um espaço de possíveis sempre aberto a negociação, não existindo, necessariamente, execução, mas sim o que Schwartz (2000) pontua como uso de si. Há o uso de si pelos outros, já que o trabalho é, em certa medida heterodeterminado por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente. Porém, também há o uso de si por si, já que os trabalhadores renormatizam as prescrições oficiais e, a partir disso, criam singularmente estratégias para enfrentar os desafios do seu meio.

¹⁹ Aqui, ao nos referirmos aos riscos, não os colocamos de modo “nocivo”, como algo que precisa ser evitado e/ou eliminado dos contextos de trabalho, questão que ainda se faz muito presente nas práticas dos especialistas em saúde do trabalhador. A concepção trazida nesta esfera se relaciona com a atividade impedida, que é onde jazem recursos capazes de reformar a organização do trabalho por quem exerce o labor cotidianamente. “É no encontro com essas possibilidades, na confrontação a assumir com a perseverança dos coletivos, quando eles existem, no risco a correr no compromisso com os coletivos, que a organização do trabalho pode encontrar novas margens de manobra” (CLOT, 2013, p. 4).

Assim sendo, ao olhar para as peculiaridades que permeiam o âmbito da Socioeducação, se constata que os trabalhadores vivenciam diversas situações imprevisíveis, próprias do seu cotidiano laboral. Se tratando especificamente do regime de internação, onde os socioeducadores atuam com adolescentes em privação de liberdade, há uma série de complexidades que se tecem em meio a uma fronteira que é simultaneamente educativa, punitiva, disciplinar e de vigilância. Este trabalho é, comumente, operado em meio a um regime de encarceramento.

Alguns dos espaços expressam ruídos, umidade, odor fétido, exposição a doenças, elevadas cargas de estresse, além da possibilidade de estabelecimento de motins, episódios de agressão, atenção constante às normativas de segurança, afazeres operacionais rotineiros, misturando-se, simultaneamente, com processos de cunho educativo, com a tentativa de construção de vínculos, relações que envolvem a convivência diária com socioeducandos, pares, chefias, familiares dos internos, demais membros da equipe do âmbito técnico, encontros que, por vezes, produzem tensões.

Os diversos ineditismos cotidianos que se expressam no trabalho do Agente Socioeducador (*“aqui é um lugar onde tudo pode mudar em fração de segundos”*), os remetem a forçar o pensamento, a debaterem valores, normas, a tomarem decisões sobre o que fazer e como agir²⁰. Há um confronto com o outro, consigo mesmo, com os seus pensamentos, com os arranjos a se fazer, com o que não se consegue, com o que não se vê, enfim, com o seu próprio processo de estar em atividade que carrega todas essas dimensões.

É no exercício do Agente Socioeducador que se evidencia, diretamente, a “linha de frente” do trabalho socioeducativo. Este trabalhador é uma das referências educativas concretas aos socioeducandos, vinte e quatro horas por dia. Há um expressivo trabalho de relação que demarca trocas constantes, orientações, diálogos e muita observação.

²⁰ O fazer e o agir são aqui colocados de modo distinto, pois, dentro das abordagens trabalhadas não são considerados com o mesmo entendimento. Por vezes, o agir, pode implicar inclusive um “não fazer”. O trabalho que se realiza é somente uma das opções diante de tantos possíveis da atividade. Ao prestarmos atenção somente no trabalho realizado, deixamos escapar o domínio do real da atividade.

É de responsabilidade deste trabalhador o cumprimento exato de uma rotina diária com todas as atividades operacionais previstas para o funcionamento da unidade, com o intuito de “*manter a ordem e a segurança*” do espaço e de todos que o habitam. É reforçada constantemente a necessidade da manutenção da rotina, independente do que aconteça, o planejamento deve seguir “*para que os adolescentes não se agitem*” e não se produzam situações que fujam do controle. Deve se atentar aos horários previstos para despertar os jovens, dar o café da manhã, o horário de banheiro, banho, escola, almoço, oficinas, pátio, esporte, atendimentos com a equipe técnica, saídas externas, visitas dos familiares, limpeza, janta, sono, ao mesmo tempo em que é preciso se manter atento e vigilante a todas as movimentações.

É obrigatório, em meio a presente rotina, que se conduza a revista dos dormitórios e vestimentas dos internos, e também a cada saída e entrada dos mesmos para as alas de internação. A rotina deve abranger, tanto a dimensão do Plano de Atendimento Coletivo (PAC), quanto do Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada adolescente, levando em conta as singularidades de cada jovem em cumprimento de medida. No Plano Individual constam as especificidades colocadas pela equipe técnica que atende o socioeducando, identificando o delito, questões jurídicas, problemas de saúde, uso de entorpecentes, processos de abstinência, uso de medicação psiquiátrica, questões psíquicas e comportamentais, enfim, toda e qualquer informação que possa influenciar no manejo do Agente Socioeducador para com o jovem, visando manter a sua integridade física e mental. Dependendo da unidade e do tipo de medida socioeducativa, também há um intenso fluxo de atividades externas, por meio de custódias e audiências, sendo necessário circular com os adolescentes algemados por outros espaços fora da unidade (fórum, hospitais, clínicas).

Além disso, há um forte movimento de comunicação que os trabalhadores necessitam estabelecer com os pares, registrando todo e qualquer acontecimento diário em livros oficiais que circulam pelos turnos. O objetivo de veicular tais informações é para que se reforce a vigilância a qualquer ocorrência que possa se fazer presente, para assim, agilizar providências que forem necessárias em uma situação tensa.

Alguns dos principais marcos legais da política pública socioeducativa (SINASE, 2006; PEMSEIS, 2014) falam da necessidade de se investir em recursos humanos preparados para o exercício das funções que os convocam física e emocionalmente. Entretanto, mesmo que os regimentos, cursos, treinamentos, seminários e formações tentem dar direções para a atuação dos socioeducadores com o intuito de prepará-los para o trabalho, é fundamental compreender que quando se trata do ato concreto do labor, existe uma dimensão que está além do preparável, mas que é, efetivamente, da ordem do impreparável (SCHWARTZ, 2002), ou seja, o trabalhador se depara com ineditismos no cotidiano laboral que indicam não haver preparação total para as suas funções. É no tecer cotidiano, é na feitura do próprio trabalho em ato que se constitui um processo do aprender e a gestão das variabilidades que se apresentam. As situações inéditas levam os trabalhadores a um processo de recriação, de renormatização das prescrições oficiais, não pela necessidade de eliminá-las, mas para recriar novas possibilidades, de modo a reinventá-las, o que gera um movimento permanente no âmbito dos saberes produzidos.

O trabalho ao conectar-se com a concepção de atividade, segundo Lhuillier (2011), se refere ao encontro singular de um indivíduo com as situações concretas do trabalho, onde se confronta consigo mesmo, com o outro e com uma atividade que, muitas vezes, é ocultada, invisível, inibida, mas não necessariamente, ausente. Quando os trabalhadores realizam uma tarefa, eles a transformam diante dos desvios que vão se efetivando na experiência laboral, e essa redefinição, essa transformação é simultaneamente individual e coletiva.

Os grupos de trabalho vivem segundo regras que não estão necessariamente escritas, porém, sempre por entre um debate de valores e normas, através de negociações que se dão entre os pares. É nesse sentido que se pode dizer que o que embasa a experiência do trabalho é um processo de cogestão (BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014). O indivíduo até pode apresentar as suas “pré-ocupações”, mas o trabalho não se realiza fora de um plano coletivo, é sempre “sobreocupado” pela atividade de outrem, ou seja, é necessário um coletivo para que a tarefa seja realizada.

O campo socioeducativo, apesar de ser permeado por diversos regimentos oficiais que determinam, detalhadamente, o passo a passo das

rotinas a seguir dentro das unidades de internação, é inevitavelmente tomado pelas surpresas cotidianas do real do trabalho, o que coloca a necessidade de reinvenção por parte dos Agentes Socioeducadores que atuam na linha de frente.

Os trabalhadores produzem a Socioeducação por entre o trabalho como atividade, através das microgestões cotidianas que se colocam entre as prescrições formalizadas e o que se faz, sendo necessário, eventualmente, a abertura de espaços para negociação entre os pares.

Os documentos oficiais e a rigidez das rotinas, podem, por vezes, engessar os arranjos que se instauram quando o Agente Socioeducador se encontra em atividade e, para que possa buscar outros possíveis, necessita criar novos meios de vida no e pelo trabalho. Recorrentemente, se coloca a importância de *“não se apegar sempre aos manuais de instrução, pois, estes não irão detalhar o que fazer em determinadas situações”*.

Por vezes, é importante compreender outras nuances que se expressam no cotidiano laboral e que escapam aos marcos legais, nuances que se aprende a identificar no decorrer das rotinas, que se constroem coletivamente na experiência do trabalhar: os olhares, o caminhar do outro, os silêncios, as intenções, o que foge do habitual, o que se entende por *“maldade”*, enfim, questões que se produzem além de uma dimensão descrita e observável a olho nu. Compreender este simbolismo é de suma importância para os que atuam no mesmo espaço, onde todos devem ter acesso e compreender tais *“leituras”*, elementos que serão fundamentais mediante as ações concretas.

As transformações que são suscitadas em atividade de trabalho conforme nos pontua Amador (2016), mobilizam uma linguagem que se partilha, um sistema de produção e de trocas materiais e simbólicas em um plano comum, um plano do qual os trabalhadores extraem as forças para o enfrentamento das provocações do real, um plano comum que instiga uma composição de singularidades que sustentam a coletividade.

O trabalho, pelas palavras de Osório-da-Silva (2016), é historicamente construído e passa por um processo de negociação que é de ordem coletiva. A atividade, mesmo quando realizada por um trabalhador apenas, tem uma história

e uma inserção coletiva que a autoriza. Não queremos dizer que o desenvolvimento das diversas competências será construído por um coletivo entendido como um aglomerado de pessoas, mas por um coletivo que atravessa cada trabalhador para que toque a atividade individualmente. Esse desenvolvimento, coletivo e singular, é o que sustenta, segundo Clot (2010b), os sentidos do trabalho, é o que insere trabalhadoras e trabalhadores no mundo, é o que possibilita o seu encontro consigo mesmo e com o outro.

Quando se menciona o coletivo, se fala de algo compartilhado, que é relacionado a algo de ordem transversal, que porta um patrimônio cultural (SCHWARTZ, 2003), de modo a viabilizar as habilidades demandadas na execução das tarefas. É o que Clot (2006) nomeia de gênero da atividade profissional como sendo aquilo que “sempre vincula entre si os que participam de uma situação, como coautores que conhecem, compreendem e avaliam essa situação da mesma maneira” (p. 41), é uma espécie de senha que todos acessam, pertencendo ao mesmo horizonte social e profissional, é o que está subentendido no meio pelos trabalhadores, o que conhecem, temem, apreciam, o que lhes é comum (CLOT, 2010b). É através do acesso a esse instrumento genérico que o trabalhador encontra possibilidades de agir frente aos imprevisíveis do real, não permanecendo solitário diante das provações que este impõe.

Os gêneros, definitivamente, não são estados fixos, estão sempre em movimento. Para que não necrosem e se mantenham vivos, precisam passar por um processo de estilização, sendo o que possibilita a renovação do gênero. Clot (2010b) pontua que “o estilo retira ou liberta o profissional do gênero não negando este último, não contra ele, mas graças a ele, usando seus recursos, suas variantes [...] por meio de seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se” (p. 41).

O estilo não cessa de metamorfosear os gêneros profissionais, que só se mantém vivos graças às recriações estilísticas, configurando o retrabalho do gênero em situação. Ao se apropriar de um gênero profissional, cada trabalhador toma o trabalho para si e o executa de acordo com o seu jeito, ou de acordo com seu ‘estilo’ (ROSA, 2016), contudo, ele é mais do que um executor de tarefas, ele constitui a atividade e é constituído por ela.

A atividade afirma um modo de vida e não se limita a execução de normas, pois, viver é poder criar novas normas e novas formas de viver. Esse processo de recriação, de renormatização, só é possível mediante uma gestão coletiva que é fabricada na experiência do próprio trabalho. Clot (2010b) pontua que todo o trabalho coletivo nem sempre implica um coletivo de trabalho²¹, ou seja, tem de haver uma história comum de reorganização do trabalho coletivo por um coletivo de trabalho, de uma capacidade de agir conjuntamente através de uma estilização genérica no trabalho, o que implica um interlocutor profissional, um instrumento que atravessa a atividade de cada trabalhador. Em um contexto de trabalho onde o coletivo se manifesta, não se transmite aos pares somente os procedimentos oficiais, mas sim, um instrumento genérico.

Entretanto, não se recebe em partilha uma experiência pronta para ser usada, ela resiste e perdura sob um modo evolutivo que não se interrompe, ela prossegue, mas se extingue cada vez que é compartilhada. A função do coletivo se altera no instante em que cada um dos trabalhadores toca a atividade, sendo assim, o coletivo deve tornar-se meio para a ação de cada um, fazendo, assim, viver o coletivo no interior dos indivíduos que se desenvolve em função das trocas exteriores. É um coletivo de forças que se dá por meio de um processo de afetação, numa perspectiva de que há algo que se compartilha que é de ordem transversal, que escreve a história social de um ofício e que deve trabalhar para a expansão do poder de agir no e pelo trabalho, questão crucial tratando-se da díade saúde-trabalho.

Trabalhar, portanto, implica na produção de saberes que envolvem a história concreta do trabalho (SCHWARTZ, 2000), os encontros entre trabalhadoras e trabalhadores e as especificidades dos contextos de trabalho em

²¹ Clot (2008) procura distinguir os termos, afirmando que o Coletivo de Trabalho diz respeito ao gênero profissional, enquanto o Trabalho Coletivo se refere aos movimentos de cooperação estabelecidos no curso da atividade, os movimentos estilísticos que renovam o gênero;

Essa discussão também nos leva a fecundar com o conceito oriundo da Análise Institucional, onde se faz a leitura do coletivo por meio da inscrição em um plano de forças. De modo a compor com a questão do coletivo, Guattari (1992) coloca que este pode ser entendido “no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (p. 20). Assim, segundo Escóssia e Kastrup (2005), “desaparece a equivalência entre coletivo e conjunto ou somatório de pessoas. O coletivo é impessoal, é plano de coengendramento dos indivíduos e da sociedade” (p. 303).

que estão inseridos, os quais implicam sempre uma singularidade, já que trabalhar implica em gerir as imprevisibilidades e variabilidades desse meio. Independente do contorno que é dado, os trabalhadores carregam em si e no âmbito coletivo as potencialidades da própria atividade, por meio da qual se pode exercer o poder criativo do trabalhador, mesmo frente as suas ações impedidas.

No âmbito da pesquisa, a análise do trabalho como atividade é um dos dispositivos metodológicos que permitem aos trabalhadores o acesso a experiência concreta do trabalhar, levando em conta a processualidade e as minúcias cotidianas que estão além das prescrições. Acessar o plano da atividade implica em detectar *com* as trabalhadoras e trabalhadores a concretude do ato, em como são efetuadas as microgestões em meio ao exercício laboral, os possíveis na e pela atividade frente às imprevisibilidades do real do trabalho, as estratégias construídas coletivamente, visando, assim, a expansão do poder de agir, questão crucial para a promoção da saúde no e pelo trabalho.

4. SAÚDE E PODER DE AGIR: POR ENTRE RISCOS E NORMAS

O modo como posicionamos a questão do trabalho nesta pesquisa, coloca-o para além da mera execução de tarefas. O que se busca, sobretudo, é por meio da análise clínica do trabalho como atividade produzir análises no plano da processualidade, buscando esquivar-se das dicotomias, daquilo que é da ordem representacional, tendo em vista que promover a análise do trabalho é acompanhá-lo no seu movimento instituinte-criador (CLOT, 2006; OSÓRIO DA SILVA; BARROS DE BARROS, 2013), é problematizar o modo como os indivíduos vivenciam e dão sentido às suas experiências laborais, problematizar um exercício que se tece na relação com o outro.

Ao nos referirmos às Clínicas do Trabalho, falamos da denominação que se dá ao campo que reúne abordagens relacionadas às relações de trabalho, saúde e subjetividade²², entendendo subjetividade como os modos de pensar, agir e sentir que são tanto pessoais como coletivos, que são historicamente produzidos e nos atravessam num entrecruzamento sempre singular (OSÓRIO-DA-SILVA, 2016). O termo “clínica” não parte necessariamente de um saber médico, orgânico, e individualizante que se preocupa, especificamente, com os aspectos psicopatológicos, este é voltado aos processos de enfrentamento ao que no trabalho pode levar ao adoecimento. Bendassoli (2011) coloca que esta perspectiva traz um deslocamento do sujeito passível do sofrimento para o sujeito da ação, de um trabalho como fonte de adoecimento para um trabalho como atividade criadora.

Visando sustentar esta problemática, apoiamo-nos, especialmente, em três perspectivas que se compõem no sentido de problematizar a díade saúde-trabalho, o que seria a principal finalidade do presente capítulo: a questão do poder de agir citada por Yves Clot; a dimensão do risco colocada por Yves Clot e Robert Castel; e a norma e normatividade para Georges Canguilhem. Resumidamente, pode-se afirmar que a saúde possui estreita relação com o

²² Nesta dissertação, nos ocupamos mais diretamente de duas abordagens clínicas do trabalho: a Clínica da Atividade de Yves Clot e a Ergologia de Yves Schwartz, cujos elementos já foram apresentados nesta escrita e seguirão sendo mencionados ao longo da escrita.

poder de agir, que implica o processo normativo, que implica correr riscos, aspectos que seguirão sendo tecidos de forma minuciosa ao longo desta escrita.

Iniciando pelo poder de agir (CLOT, 2010b), atentamos que este está intimamente vinculado a uma experiência coletiva de uma certa natureza (a da atividade) que possui estreita conexão com o poder de ser afetado, aos encontros, a um método que inventa/experimenta dispositivos de campos de transversalidade, onde as singularidades podem ser compostas, confrontadas, com o intuito de produzir novos modos de trabalhar, novos modos de ser no e pelo trabalho (AMADOR; BARROS; FONSECA, 2016).

A questão do poder de agir está atrelada ao pensamento espinosista que se entrelaça a uma dimensão ética. Uma ética que visa afirmar atos no mundo que se dão pelo encontro de corpos, e que, a partir disso, instauram possibilidades de criação e de uma experiência coletiva, com o intuito de produzir novos modos de trabalhar, novos modos de ser. Nesse sentido, o coletivo profissional não deve ser apenas considerado como um sistema simbólico e normativo, mas, também, afetivo.

No que tange a dimensão ética dos afetos, pode-se dizer que estes são tomados como um conjunto de afecções e não há a possibilidade de considerá-las fora da relação com o outro, fora dos encontros e, se a ação implica a imersão na esfera coletiva, é pelo fato de toda a atividade ser indissociável do poder de afetar e ser afetado (BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014). Aqui, o 'poder' não é entendido como algo verticalizado que impõe relações de dominação, se trata de um grau de potência, no caso, da potência dos afetos. No trabalho, "quando um corpo 'encontra' outro corpo, uma ideia, outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente" (DELEUZE, 2002, p. 25).

O poder de ser afetado é o que se apresenta enquanto potência para agir, na medida em que se é preenchido por afecções que são ativas e, a partir do momento em que encontramos um corpo cujas relações se compõe com a nossa, a sua potência também se adiciona à nossa. Esses encontros podem ser cruciais para a expansão do poder de agir, para a recriação de novas normas, para a criação de um meio para viver no e pelo trabalho. Diante disso, o poder

de agir está diretamente ligado a promoção da saúde e não somente a preservação de uma normalidade.

Tal dimensão é o que traz as pistas para não somente cuidar de quem trabalha de forma individualizada. Antes de mais nada, é preciso cuidar do ofício para que, posteriormente, se cuide dos trabalhadores. É fundamental se interessar pelo ofício no indivíduo e não apenas pelo indivíduo no ofício difundido. Clot (2013) não compreende o ofício apenas como uma prática ou uma profissão, mas como:

[...] uma discordância criativa – ou destrutiva – entre as quatro instâncias em conflito de uma arquitetura fundamentalmente social que pode adquirir uma função psíquica interna. Uma ligação-desligamento a sustentar e sempre refazer entre os espaços-tempos irredutivelmente pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal (p. 6).

O desenvolvimento do poder de agir para Clot (2010b) passa pela mobilização das diversas agências do ofício, de modo a preservar possibilidades presentes e futuras da atividade. Quando trata da dimensão *impessoal*, está se referindo às prescrições oficiais, que não são menos importantes no processo, pelo contrário, é por entre as normativas que os trabalhadores criam possibilidades de reinvenção. A dimensão *pessoal* fala da atividade que se dá individualmente, fazendo emergir a singularidade. A *interpessoal* se refere as ações como sendo dirigidas ao outro, há um destinatário. E, por fim, há a dimensão *transpessoal*, que é atravessada pelo instrumento genérico, pela história coletiva que se constrói na experiência do trabalhar.

As instâncias mencionadas são as vidas simultâneas do ofício. Este comporta uma memória que contém os equívocos do trabalho coletivo, os fracassos, as perguntas sem resposta, as proezas realizadas, as pequenezas, uma história que deve ser endossada. É o trânsito entre as quatro dimensões que permite o desenvolvimento do ofício e que possibilita que este mantenha-se vivo. Ele se torna, de acordo com Clot (2010b), anêmico se os profissionais, em contato com o real, não possuírem os meios ou deixarem de ter prazer de cuidá-lo.

Para que os trabalhadores se sintam responsáveis pelo devir do seu ofício, devem ser capazes de encontrar interlocutores que privilegiem o real, “porque no real da atividade comum é que reside o nó da questão. E, talvez, a sua solução” (CLOT, 2010b, p.302). Mais do que encontrar estratégias para solucionar os problemas, é fazer problema, é pensar, fazer meio visando o desenvolvimento do poder de agir, desnaturalizando as questões do trabalho. Criar o meio, muitas vezes, é recusar a fazer as coisas do mesmo modo que se fazia. Sendo assim, o melhor meio de defender o ofício, é talvez, atacando-o.

Manter o ofício vivo, estar inscrito em uma esfera coletiva que possibilita os processos de recriação de normas no exercício do trabalho, são elementos fundamentais para a expansão do poder de agir. Quando o trabalhador encontra-se solitário, lutando apenas com os próprios recursos psíquicos para sustentar as imprevisibilidades diante do real do trabalho, é possível que se depare com vivências de sofrimento, podendo levar ao adoecimento.

Seguindo o lastro do pensamento de Osório-da-Silva (2016), esta coloca que entre a prescrição e o que é realizado há sempre um deslocamento, há um movimento de negociações entre trabalhadores, entre hierarquias, entre trabalhador e hierarquia, entre o trabalhador e si mesmo e entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho, são dimensões afetivas que envolvem todos os atores. A capacidade de agir está, então, diretamente relacionada com a capacidade de ser afetado pelas variações na situação de trabalho (CLOT, 2010b).

E porque tratar da saúde como expansão do poder de agir é importante na Socioeducação? Trabalhar na esfera socioeducativa implica em experimentar um trabalho de relação que envolve uma série de atores: socioeducando em cumprimento de medida, pares do trabalho que aplicam a medida, gestores, equipe técnica, dimensão social e institucional que produz a política, rede pública, familiares, comunidade, etc.

As ações atreladas a esse trabalho podem operar por movimentos de expansão do poder de agir e, por vezes, por vias de impedimento e/ou constrangimento da ação. Na Socioeducação e no mundo do trabalho, a dimensão ética não está somente atrelada a ética que se encontra nos códigos,

é uma ética da ordem dos afetos, uma ética que se produz pelo trabalho que se realiza, que se produz nos encontros com todos os atores e instâncias do meio, nas ações de trabalho, nas relações envolvendo trabalhador com trabalhador, socioeducadores com socioeducandos, trabalhadores com as paredes, com as famílias, com as grades, com as questões institucionais, com as políticas. Encontros que podem trabalhar para expandir o agir, ou até mesmo para constrangê-lo.

A saúde dos trabalhadores da Socioeducação incide diretamente nas condições de execução e eficácia das medidas socioeducativas, levando em conta que a grande parte dos socioeducandos percebem o agente como uma importante referência para auxiliar no processo de transformação de suas trajetórias de vida, assim como, esse trabalhador, pelo exercício do seu trabalho e pela expansão do poder de agir, que implica uma ética dos afetos pelo encontro de corpos em potência, pode produzir transformações demasiadamente significativas no que tange ao combate às violências institucionais que podem se reproduzir neste contexto.

Trabalhar dentro de uma ala de internação aplicando medidas socioeducativas, implica experienciar constantes complexidades, ações que se dão por entre tensões de ordem educativa, punitiva e de vigilância, simultaneamente. Ao mesmo tempo em que esse trabalho expressa uma dimensão disciplinar do socioeducador para com o adolescente em conflito com a lei, uma disciplina que coloca um olhar hierarquizante, normalizador, um exercício de enquadramento em um conjunto de regras que tem o intuito de reformar e docilizar os corpos para o convívio social, também há uma dimensão disciplinar que rege institucionalmente o próprio trabalhador.

O trabalho do Agente Socioeducador também é regido por um conjunto de normas disciplinares ao se constatar qualquer prática irregular vinda do servidor²³. Os regimentos dão abertura para um caráter de denúncia caso se constate irregularidades no exercício do trabalho dentro das unidades com os adolescentes. Caso se concretizem, efetivamente, as infrações, os servidores

²³ O Termo Disciplinar da FASE-RS pode ser acessado pelo link: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/RNPD-2010.pdf>

podem passar por termos de “ajustamento da conduta”²⁴ em setores de corregedoria.

Sendo assim, percebe-se que há uma dupla dimensão envolvida no que tange ao constrangimento do agir: relação entre pares e relação entre agentes e o adolescente que cumpre medida. Assim sendo, como pensar a questão do poder agir em um trabalho que se faz também por vias de constrangimento? Que carrega em sua natureza elementos que constroem (de cunho disciplinar, de controle e vigilância)? Como essa questão se dá em um contexto permeado pelo cárcere, onde estão inseridos os socioeducandos e também os trabalhadores? Como construir relações de confiança em meio a relações marcadas pela desconfiança?

O trabalho do Agente Socioeducador é permeado pelo exercício constante de encontro com o inesperado, com uma noção de periculosidade que necessitam enfrentar, precisando, muitas vezes, “aventurarem-se” para lidar com as situações e criar outros possíveis na e pela atividade. Diante disso, o que está implicado na trama da gestão dos riscos desse trabalho? Frente as perspectivas que trabalhamos, o que se expressa como “risco”?

Ao tratar sobre a dimensão da periculosidade, Castel (1987) coloca a necessidade que emergiu a partir da medicina mental de produzir estratégias de gestão das populações que implica uma lógica de prevenção. A medida preventiva estaria relacionada a uma lógica rastreadora de riscos. O risco não resultaria de uma construção discursiva a respeito da periculosidade, mas se materializaria em termos de fatores que tornam mais ou menos prováveis o aparecimento de comportamentos indesejáveis. A presença de alguns fatores específicos (filho de mãe solteira, empregada doméstica, menor de dezessete anos, etc), já seria o bastante para produzir um modelo suscetível a “risco”. Sendo assim, é necessário antecipar a emergência de tais fatores pela prevenção, onde, prevenir, é primeiro vigiar.

²⁴ Elementos descritos no Termo Disciplinar da FASE-RS, que se refere aos processos de corregedoria dos trabalhadores, caso infringjam regras do trabalho. As informações são encontradas no link: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/RNPD-2010.pdf>

Há certa diferença do processo de vigilância colocado por Foucault (1977) pelo Panóptico, um dispositivo que supõe o olhar direto, o contato e/ou co-presença de controladores, onde um agente pode intervir diretamente. A nova política preventiva economizaria a relação de imediatismo através da análise de fatores e correlações estatísticas. Afronta-se menos a situação do perigo para se manter em uma posição de julgamento, a uma distância avaliável em relação aos padrões pré-estabelecidos, a um resultado de um cálculo de probabilidade. A periculosidade, nesta perspectiva, reside no âmago do indivíduo: daí uma das nuances da produção do indivíduo perigoso. A psiquiatria nos deixou de herança uma forma paradoxal de prudência que seria o intervencionismo como forma de prevenir o perigo. Nesse sentido, é sempre permitido pensar que o indivíduo poderia ter passado à ação caso não tivesse sido impedido, daí a necessidade da intervenção, antes que se concretize o “possível” ato. Caso não haja a determinada prudência, alguém deverá ser responsabilizado (CASTEL, 1987). Tal questão expressa uma forte semelhança ao regime de encarceramento: prender para prevenir o perigo.

A questão da segurança é colocada nos marcos oficiais da política socioeducativa e se expressa no cotidiano de trabalho como crucial para a execução do programa de medidas socioeducativas. A segurança é o fator que prevalece em detrimento dos demais dentro de uma ala de internação, sendo colocada como indispensável para o bem-estar de todos os atores envolvidos e para que seja possível a realização das rotinas. Está presente em absolutamente todos os processos, desde o acolhimento do adolescente, passando pela transmissão das informações, nos diferentes atendimentos técnicos, na visita da família, na participação em atividades de escolarização, artesanato, oficina, esporte, religiosidade, entre outros.

Os trabalhadores da Socioeducação organizam coletivamente um Plano de Contingência²⁵ (ou se denomina plano de emergência, desastres ou riscos), um documento onde consta a descrição das ações necessárias caso surjam eventos de pequena, média ou grande lesividade. Os incidentes que são mais

²⁵ Consta no Manual de Gerenciamento das Ações de Segurança da FASE-RS (2009). Acesso pelo link https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/manual_acoes_seguranca.pdf.

corriqueiros dentro das unidades são os motins, rebeliões, falta de energia elétrica, erros humanos, sabotagem, dentre outros.

De acordo com as informações do Manual de Gerenciamento das Ações de Segurança da FASE-RS²⁶, se espera do Agente Socioeducador em termos de manejo em uma situação de perigo que envolva ameaça, dano físico a terceiros ou ao patrimônio, é que, primeiramente, utilize o recurso do manejo verbal. As equipes de saúde da unidade também são aliadas quando há necessidade de manejo farmacológico. O manejo mecânico deve ser a última opção, devendo ser operado por no mínimo cinco indivíduos, sendo que o objetivo é, após a contenção, retornar a abordagem verbal.

A realidade do cumprimento da medida socioeducativa torna-se tensa aos trabalhadores em função desta ser compulsória ao adolescente e, diante disso, a perspectiva de manifestação de violências e tentativa de fuga são elementos constantes. Nesse sentido, há uma forte expressão de relações de poder, disputa pelos espaços, formação de grupos, agressividade, abstinência às drogas, demais questões de saúde, questões psiquiátricas, etc. Frente a este cenário, os trabalhadores do campo socioeducativo também se organizam de modo a prevenir, planejar e antecipar situações que possam fugir de uma zona de controle da situação dificultando as contenções.

Agora, trazendo um contraponto à concepção da periculosidade e risco, quando afirmamos que os trabalhadores se “aventuram” e assumem riscos diante da periculosidade a enfrentar em sua esfera laboral, não significa que farão qualquer coisa, significa que, a partir do acesso a um patrimônio que se constrói coletivamente na experiência do próprio trabalho (as maneiras de comportar-se, de dirigir a palavra, de encetar uma atividade e levá-la a termo, de conduzi-la eficazmente ao seu objeto – CLOT, 2010b) é que vão encontrar elementos para a gestão das surpresas do real, vão encontrar elementos que visem a expansão do seu agir, que visam uma potência de criação e recriação de normas antecedentes. O importante é que não se deparem “sozinhos” diante

²⁶ É possível o acesso pelo link:

https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/manual_acoes_seguranca.pdf

das situações, para que não caiam na transgressão individual, esgotando, assim, os seus próprios recursos psíquicos.

Nos contextos laborais, é corriqueiro deparar-se com a ideia individualizada acerca dos “problemas do trabalho”. Existe a ideia de que os especialistas devem trabalhar em estratégias para cuidar de quem trabalha. Porém, diante das concepções teóricas aqui assumidas (o trabalho tomado pela via da atividade) há a convicção de que o que é preciso, de fato, é cuidar do trabalho para cuidar do trabalhador. O que está implicado nesta questão, é o cuidado do coletivo, desse patrimônio social que implica a história de um ofício.

A concepção de saúde atrelada ao trabalho que circula pelo campo socioeducativo, é fortemente associada a uma lógica médico centrada, totalmente concentrada no especialista que detecta, previne e elimina as doenças (e, de preferência, um especialista externo, por ser considerado confiável).

Os documentos oficiais, demonstram, inclusive, que há uma forte carência de suporte em saúde mental para todos os operadores institucionais (SINASE, 2013). Além de tudo, impera um discurso de passividade dos trabalhadores diante dos problemas do trabalho, onde estão a mercê de atribuições arriscadas, perigosas, que os leva ao sofrimento. Sendo assim, há o entendimento de que é preciso “eliminar os riscos desse trabalho que adoce”, visando a idealização de um contexto laboral.

O Agente Socioeducador, é uma das categorias profissionais que se coloca em uma linha de fragilização, nesse sentido, pois, estão expostos a uma série de perigos em detrimento de seu trabalho junto a jovens em conflito com a lei, tornando-se uma população alvo a almejar a prevenção de riscos.

Pois bem, há muito o que se pensar diante destas considerações. Se partirmos do entendimento do conceito de risco em linhas gerais, conforme Clot (2010c) nos pontua, perceberá que este define-se como a probabilidade que uma exposição a determinados perigos provoque um dano, e as estratégias preventivas devem, portanto, fazer com que a exposição seja abaixo do nível em que vão aparecer tais danos.

Entretanto, Clot (2013) segue nos trazendo que o fato de muitos estabelecimentos proporem ações que vão à caça dos resíduos psíquicos das desordens do trabalho e da eliminação de riscos não é um mero acaso. Há nessa administração do sofrimento algo que requalifica as fragilidades das situações de trabalho em fragilidades pessoais, e é aí que o “mercado de eliminação de riscos” em plena explosão encontra os seus recursos.

É nessa fatia que os “experts” em saúde do trabalhador trabalham de modo a individualizar as questões institucionais, dando a determinados trabalhadores o estatuto de indivíduos frágeis que devem ser acompanhados em seu sofrimento, devendo passar por um processo de adaptação e reforma de seu comportamento, aspectos que caracterizam certo higienismo (CLOT, 2010a). Há um processo de culpabilidade individual que pode tornar-se fortemente funcional em algumas organizações.

De acordo com Clot (2013), essa “superproteção” ao trabalhador que sofre e deve se ajustar “estraga” não apenas os próprios trabalhadores, mas a vida social como um todo. E é exatamente nesse ponto que precisávamos chegar para tensionar a concepção de saúde imposta pelos especialismos, pois, ao invés de desenvolver apenas práticas individualizantes e normalizadoras, é fundamental apostar na potência das ações que envolvem as microgestões dos “problemas do trabalho” e os processos que são elaborados coletivamente neste enfrentamento. Isso quer dizer que a partir das perspectivas que tomam o trabalho como atividade, a fonte da saúde do trabalho não está reduzida na busca de um padrão ideal de bem-estar que se encontra nas profundezas de cada indivíduo.

Para cuidar da saúde, não se deve apenas cuidar individualmente de cada trabalhador, mas sim, cuidar do trabalho, deste instrumento que se compartilha coletivamente. Deve-se cuidar do ofício para então cuidar dos trabalhadores, criando estratégias que sirvam para expandir o agir de quem trabalha, construindo elementos de enfrentamento aos obstáculos colocados nas situações laborais. Clot (2010a), afirma que:

[...] aqueles que trabalham, de fato, gastam seu tempo lidando com os riscos que precisam correr para superar os perigos que lhe são impostos. Muitas vezes engajados em dilemas que traem

especialmente a vulnerabilidade da organização do trabalho, os operadores conseguem, às vezes ao custo de sua saúde, manter um nível de qualidade em que possam se reconhecer. Na atividade impedida, portanto, são visados os recursos muitas vezes desperdiçados através dos quais a organização poderia reformar, tornando-se "beneficiária" do "retorno" do engajamento de muitos funcionários. Esta é sem dúvida ao encontro das possibilidades, no confronto para assumir com perseverança os coletivos quando existem, no risco de tomar o compromisso de gastar com eles que a organização do trabalho pode encontrar nova margem de manobra. Provavelmente, é necessário que esses coletivos tenham se aliado à qualidade do trabalho para tornar isso possível (p.).

Os trabalhadores efetuam microgestões cotidianas onde enfrentam os riscos da gestão do trabalho, um risco que se corre junto aos coletivos. Por vezes, estes são convocados a serem gestores dos riscos psicossociais colocados em seu contexto laboral e, para isso, enfrentam os riscos da gestão do seu trabalho. No campo socioeducativo, a necessidade de produção do indivíduo perigoso pode passar por essas instâncias, porém, pela experiência cotidiana do trabalho como atividade, sentidos outros podem ser construídos no que tange a produção do dito "perigoso".

Nesse sentido, há a necessidade de elaborar novas estratégias que mexem com as estruturas do que é se trabalhar com o indivíduo perigoso, se mexe nos "poderes", se abala a construção feita sobre os modos que se deve trabalhar e tratar o jovem em conflito com a lei. Os trabalhadores da Socioeducação assumem um risco que se corre junto aos diversos atores ao apostar em um novo modo de fazer.

Nascimento (2012) é categórica ao sustentar que "o risco faz parte da vida ativa. Já que ele é inerente à vida, aboli-lo é apostar na padronização, no controle contínuo e na redução da potência do viver" (p. 40). Canguihem (2012, p. 183), vai nos dizer que "viver não é somente vegetar e se conservar, é enfrentar riscos e triunfar sobre eles". Ele enfatiza que a saúde é um jogo de normas da vida (o homem só é são quando é capaz de muitas normas, quando é mais que normal) e o que a caracteriza é a capacidade de tolerar as variações dessas normas e não a busca por certa estabilidade. Saúde é "uma certa capacidade de superar crises orgânicas para instaurar uma nova ordem fisiológica diferente da antiga (...) toda doença é, ao contrário, a redução do poder de superar outras" (p. 183),

é a expressão de uma forma de vida que não tolera desvio algum das condições em que ela é possível (NEVES, PORCARO e CURVO, 2017).

A norma para Canguilhem (2012), é uma espécie de reivindicação e uso de liberdade como poder de revisão e instituição de novas normas, uma reivindicação que implica, sobretudo, o risco de loucura. Ele pergunta: “quem gostaria de sustentar, em matéria de psiquismo humano, que o anormal não obedece às normas? Talvez ele seja anormal apenas por obedecer demais a elas” (p. 184).

O mesmo serve para o risco, por um lado, pode implicar fracasso, erro, por outro, ser saudável é a possibilidade de se colocar em risco, de se aventurar diante das infidelidades do meio, apostando na capacidade de superação, de criação, de normatizar e renormatizar. A proposição de Yves Clot no que tange ao acompanhamento da processualidade da atividade de trabalho visando a expansão do poder de agir dos trabalhadores contribui, então, para que analisemos uma experiência de transbordamento da normalidade.

Tais discussões nos levam a vislumbrar o brotar de um gérmen, de um novo entendimento para a saúde que pode ser construído no e pelo trabalho: tomando o trabalho como expressão, como de ato de criação, enquanto uma produção de modos de vida expansivo e não de aniquilamento.

Trabalhar também é experienciar a capacidade de operar pela errância. Ser sadio no e pelo trabalho, portanto, não significa apenas ser normal em uma determinada situação, mas ser normativo, ou seja, conforme nos pontua Canguilhem (2009), o que produz saúde é a possibilidade de tolerar as infrações frente às normas habituais e de instituir normas novas em situações novas.

Para Canguilhem (2009), o patológico ou o anormal não são, necessariamente, consequências da ausência de norma, pois, a doença ainda é considerada uma variação da dimensão da saúde, uma norma de vida, porém, uma norma inferior que não tolera nenhum desvio de condições bem definidas. O considerado “doente” é aquele incapaz de ser normativo. O que caracteriza a saúde é a margem de tolerância às infidelidades do meio, ou seja, o ser vivo é qualificado para viver em um meio infiel, em um mundo de “acidentes possíveis” (p. 139), o que exige que o organismo enfrente riscos e aceite reações

catastróficas eventuais. “O homem sadio [...] mede sua saúde pela capacidade de superar as crises orgânicas para instaurar uma nova ordem” (p. 14).

As concepções trazidas até aqui se fizeram presentes por entre os movimentos da pesquisa. Junto aos Agentes Socioeducadores, importantes torções no que tange à concepção de saúde nos levaram a novos modos de tomar tais questões. A ideia de promoção da saúde que circulava no campo da pesquisa, se relacionava a uma ideia individualizante, compreendendo que o trabalhador adoecido deveria buscar suporte para as suas fragilidades externamente, em consultórios médicos e psicológicos. As andanças e aberturas de espaços de discussão coletiva junto aos trabalhadores possibilitaram trocas sobre o que se entende por saúde e trabalho, visando a desconstrução da dimensão moralizante atrelada a esta temática, sendo, muitas vezes, reduzida ao que se denomina como “equilíbrio” e/ou estado perfeito das coisas. Junto com os trabalhadores, foi possível problematizar e ampliar o conceito de saúde, afirmando que esta se relaciona também à ampliação do poder de agir na experiência cotidiana do trabalhar e ao cuidado do ofício, mesmo frente às dores e surpresas que acometem o real.

4.1 COMPONDO COM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO QUE TANGE À DÍADE SAÚDE-TRABALHO NA SOCIOEDUCAÇÃO

Na tentativa de apropriarmo-nos das pesquisas acadêmicas que se ocupam da díade saúde-trabalho na Socioeducação, é notória a prioridade direcionada aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em detrimento dos profissionais que atuam neste âmbito, especialmente os agentes socioeducadores.

Além do mais, é comum notar que em grande parte das pesquisas que se atém à esta temática, as perspectivas teóricas/analíticas mencionadas não seguem a linha das clínicas do trabalho voltadas para a atividade. É constante a defesa das linhas que colocam a dimensão do bem-estar, do equilíbrio, da qualidade de vida e da ausência de doenças como condição fundamental para a saúde das trabalhadoras e trabalhadores.

Na Socioeducação, campo que está em questão nesta dissertação, a concepção de saúde que circula, de modo geral, não se distancia muito da busca por tais elementos há pouco mencionados. Ao analisarmos algumas produções científicas neste campo, percebemos que muitas delas se aproximam, em certa medida, desta lógica, abordando a eliminação do sofrimento e estratégias de prevenção como fatores fundamentais para se “conquistar a saúde”.

Iniciando as exemplificações, Greco (2011) pesquisou os efeitos que os Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) produzem na saúde dos trabalhadores de um CASE. Foi identificado que esse trabalho é regido por uma alta concentração, por um ritmo bastante acelerado, por imprevisibilidades, riscos de agressão, situações de contenção física, tomadas rápidas de decisão e demasiadas responsabilidades, sendo estas questões que levam a fortes cargas de estresse, desgaste, tensão, fadiga, insônia, somatizações e ansiedade. Seguindo no mesmo lastro, Feijó (2015) fez um estudo epidemiológico com a utilização de instrumentos visando descrever os fatores de estresse, depressão, ansiedade e qualidade de vida de Agentes Socioeducadores, trabalhadores de uma unidade socioeducativa de internação. O estudo concluiu que os agentes têm a sua saúde prejudicada em função de vivenciarem recorrentemente condições degradantes nos ambientes de trabalho, que é permeado por más condições de higiene, níveis elevados de estresse laboral, situações de violência, conflitos entre colegas, gestão e com os adolescentes em cumprimento de medida. Tais condições levariam a problemas como depressão, ansiedade e péssimos escores de qualidade de vida. O autor acredita que seria importante um trabalho preventivo ao grupo de trabalhadores deste campo, e que um importante suporte no sentido de promover a saúde neste contexto seria por meio de atendimentos psicológicos e psiquiátricos.

Os estudos mencionados acima, trazem elementos importantes no sentido de identificar fatores que possam levar ao adoecimento laboral. Um dos principais aspectos metodológicos que aparecem para promover tais identificações, seria por meio da epidemiologia. Se tratando deste instrumento, Clot (2010a), nos sinaliza sobre o quanto a epidemiologia pode não expressar todas as nuances no que tange à questão dos “riscos” e o modo como os operadores fazem a gestão dos mesmos. A “crítica” ao instrumento, giraria em

torno da possibilidade de colocar o trabalhador em uma condição de passividade que sofre danos em decorrência do “enfrentamento dos riscos”, e não como indivíduos ativos que, inclusive, necessitam do risco em função deste se manifestar como um operador de saúde²⁷. Clot (2013; 2010a) fazendo ressonância com o pensamento canguilhemiano, vai nos colocar que é preciso, sobretudo, correr riscos que se colocam no real do trabalho para que nos experimentemos ser capazes de fazer aquilo que nem desconfiávamos.

Diante disso, se constata que os questionários epidemiológicos podem questionar pouco ou até não indagar sobre tal experiência vivida, o que seria uma prova tangível de saúde. Os pesquisadores mantêm foco, primordialmente, nos danos sofridos, na preocupação em cuidar individualmente das pessoas, quando, em suma, são os fios invisíveis do trabalho coletivo da organização que estão rompidos (CLOT, 2010a) e devem ser cuidados. O autor afirma que o instrumento epidemiológico possui algumas restrições no que se refere a tocar essa malha sensível, onde habita a atividade.

Seguindo nas demais produções científicas, também compomos com Adami e Bauer (2013). Estas trazem que a maioria dos Agentes Socioeducadores que participaram de sua pesquisa não creem na efetividade das medidas socioeducativas, que não dão conta de ressocializar o adolescente. Isso se dá em função de não possuírem elementos o suficiente para transformar a dimensão social onde os jovens estão inseridos (vulnerabilidade social e econômica, fome, violência, e até mesmo o óbito que aguarda muitos deles na saída das unidades) fazendo com que o trabalho produza sofrimento, desmotivação e frustração. Ademais, expressam que a legislação não lhes garante direitos enquanto trabalhadores, sentem-se desamparados e desacreditados, que os direitos abrangem somente os adolescentes.

Kersting (2016) desenvolveu um estudo embasado nos referenciais da Psicodinâmica do Trabalho e identificou que servidores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) são identificados como um grupo que trabalha em condições de grande vulnerabilidade psicossocial, estando severamente sujeitos a ocorrências de sofrimento mental

²⁷ Conforme pontuamos anteriormente na primeira parte do capítulo.

no contexto de trabalho. A autora também fala sobre possibilidades que os trabalhadores encontram para elaborar estratégias de defesa (por meio de correntes de solidariedade com colegas, que se ajudam, que juntos, constroem a sua identidade).

Grando (2006), pesquisou trabalhadores que atuam como Agentes Socioeducadores e teve como intuito o desenvolvimento de grupos para que fossem discutidas coletivamente soluções para os problemas enfrentados no trabalho. O estudo concluiu que tais trabalhadores se encontram em tamanho grau de sofrimento, a ponto de não conseguirem sugerir alternativas de mudança para as suas condições de trabalho. Além disso, também falam sobre o fato de não se sentirem corresponsáveis na construção efetiva de políticas de ressocialização de adolescentes infratores, nem parte integrante de suas unidades, apenas uma peça da engrenagem. A autora os coloca enquanto trabalhadores que esperam passivamente que as mudanças venham das instâncias superiores, não encontrando forças para agir.

A partir das questões trazidas pelas pesquisas mencionadas, percebe-se que as concepções envolvendo saúde e trabalho giram em torno de aspectos físicos e psicológicos que remetem a um grande sofrimento diante da rigidez e complexidades deste exercício. Os estudos evidenciam diversos resultados que trazem fatores estressantes e levam a problemas de saúde de todas as ordens, produzindo doenças de ordem orgânica, fatores psíquicos que levam ao estresse, ansiedade, depressão. Por outro lado, também geram a impressão de colocar os trabalhadores como vítimas passivas diante dos problemas laborais e institucionais, onde deparam-se com forças que produzem vivências de sofrimento e incapacitam o agir.

Entretanto, tais aspectos nos levam a compor de modo a compreender que o ato de trabalhar não precisa, necessariamente, se configurar como algo que “funcione”, pois, trabalhar é algo que também é da ordem do impreparável. Certamente, elementos dramáticos se colocam na experiência e é evidente que muitas dessas infidelidades do meio podem produzir paralisações, dificuldades, sofrimento, adoecimento. Sem dúvida, não há como negar tal fato. Porém, as abordagens clínicas do trabalho que o tomam pela via da atividade convidam a pensar que, muitas vezes, as imprevisibilidades e os espaços “não ideais” podem

carregar consigo uma potente fonte de criação e estratégias de resistência frente ao real do trabalho. É importante que se cuide do coletivo de trabalho, do patrimônio que os trabalhadores elaboram cotidianamente na experiência concreta para que, frente ao ineditismo e às durezas institucionais se possam criar novas normas, funcionamentos que invertam a lógica, que perturbem a engrenagem, que quebrem a “funcionalidade”, que desmantelem aquilo que está cristalizado. E, além do mais, agir, está além das coisas que se faz, do que se observa a olho nu. Agir, como indica Giroto (2015), é (r)existir nas tramas do poder. Tais ações que permitem a expansão da criação e do poder de agir podem se converter em uma importante fonte de saúde no e pelo trabalho.

5. CARTOGRAFANDO A EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO DE PESQUISA

Os momentos iniciais de uma pesquisa, por vezes, são marcados por incertezas que acompanham o ato de pesquisar, sobretudo, quando se aposta em experimentar, junto a quem compõe o campo, um percurso que não visa apenas a perseguição de resultados pré-definidos, que não demonstram de antemão os caminhos que a pesquisa vai tomar. Aqui, a aposta metodológica está aliada a perspectiva cartográfica derivada do pensamento de Deleuze e Guattari (1995) a qual nos permite analisar o trabalho como atividade, conforme propõem Vasconcelos e Barros (2009), uma dimensão que leva em conta o acompanhamento dos movimentos, as microgestões efetuadas cotidianamente, a processualidade do trabalho em ato. O trabalho que acontece por entre normas antecedentes e renormatizações, colocando os modos de trabalhar em análise, juntamente à esfera institucional.

Frente tais perspectivas, o que se buscou no presente estudo foi a construção de ferramentas para produzir discussões e análises dos processos de trabalho na Socioeducação, coletivamente, visando a elaboração da experiência laboral *com* os trabalhadores.

Assim sendo, propusemos uma pesquisa-intervenção junto a trabalhadores que atuam como Agentes Socioeducadores em uma das unidades que compõem a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS), cuja denominação é Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), situada na cidade de Porto Alegre/RS.

Na pesquisa que busca analisar o trabalho como atividade, não são as representações funcionais desse trabalho e/ou desses trabalhadores que ficam em evidência, mas sim, a análise das microgestões dos processos de trabalho (CLOT, 2006). O que vai estar no plano analítico é a atividade na Socioeducação, para então, produzir uma pesquisa que vai colocar em cena essa processualidade do trabalho. O que se visa, portanto, é a análise das microgestões que se colocam na dimensão real do trabalho, frente às infidelidades do meio.

Tomar o trabalho como atividade implica uma aposta metodológica em que a pesquisa e a intervenção são tomadas enquanto pontos indissociáveis. Há a instauração de um processo que não visa conhecer para transformar, mas, transformar para conhecer (CLOT, 2008; AMADOR; LAZZAROTTO; SANTOS, 2015). O movimento de pesquisar e intervir afirma-se como certo modo de conceber e problematizar o social (AMADOR; LAZZAROTTO; SANTOS, 2015), sendo este, “construído e produzido a partir de diferentes práticas humanas e que não cessa de se transformar ao longo do tempo” (SILVA, 2004, p.13). Pesquisar e intervir implica em transformar para conhecer, em desacomodar o instituído e acompanhar os movimentos instituintes:

Intervir é criar dispositivos de análise coletiva com a problematização permanente dos lugares ocupados por pesquisadores e demais participantes destes coletivos em análise. A ênfase está na desnaturalização das práticas e das instituições, ou seja, o questionamento e desconstrução dos modos como esta experiência é tomada como natural. A análise é produzida através de analisadores que podem ser: um tema, uma cena, uma pessoa, um acontecimento, qualquer coisa que produza a análise. (AMADOR; LAZZAROTTO; SANTOS, 2015).

Pesquisar a atividade leva a acessar a experiência laboral, assim como esse próprio processo de investigação não se separa da experiência estudada, pois, o ato do pesquisar coloca em movimento a atividade do pesquisador. Diante disso, esse plano comum que une as experiências entre pesquisador e pesquisado é um ponto importante a ser considerado nas metodologias de investigação dos processos de trabalho.

5.1 PISTAS PARA TRAÇAR OS CAMINHOS: SOBRE ANDANÇAS E ABERTURAS EM REGIME FECHADO

Apostando na cartografia como dispositivo metodológico, a inseparabilidade entre pesquisa e intervenção desestabiliza pressupostos tradicionais do conhecimento científico, colocando toda pesquisa enquanto interventiva. A atividade do pesquisador que se propõe a cartografar, a acompanhar processos e fluxos, pode, por vezes, operar em um vazio de normas (SCHWARTZ, 2007) que o convoca a elaborar estratégias inventivas. Porém,

isso não significa que o pesquisador é lançado ao vento, é preciso ter algumas direções, algumas pistas que o auxiliem na construção do percurso.

Seguindo o lastro do método cartográfico, de modo a compor com a análise clínica do trabalho como atividade, algumas pistas se ofereceram para desenhar o processo, ficando evidentes a partir de algumas indagações: como *habitar o território existencial* do trabalho no campo em que estamos nos lançando? Como construir o vínculo com os diversos atores destes espaços a partir do *ethos* da confiança? De que forma se abrirão os campos de possibilidade para o *pesquisador cartógrafo* no acompanhamento da processualidade do trabalho nesta esfera? Como afirmar uma *política da narratividade* enquanto dispositivo disparador dos desdobramentos que se tramam na pesquisa?

Vale ressaltar que os registros aqui efetuados trazem a restituição dos movimentos do pesquisar e ampliam a análise das implicações que se cruzam na experiência de pesquisa. Registrar o trabalho de investigação coloca-se como um dispositivo que, não necessariamente, tem o intuito de concluir o trabalho e/ou apresentar um resultado final, mas como um disparador dos desdobramentos que se tramam no percurso. Pesquisar e intervir requer, portanto, uma política da narratividade, onde o modo de dizer, de registrar a experiência se expressam em um tipo de textualidade que comumente é designado como diário de campo (PASSOS; BARROS, 2009). O diário de campo como sendo o lugar onde a análise vai se tecendo *com* os trabalhadores da Socioeducação. Desde os primeiros passos, ao brotar o primeiro gérmen, a política da narratividade já estava em ação.

Na continuidade do percurso, se constatou que, cartografar, sempre implica em habitar um território existencial (ALVAREZ; PASSOS, 2009), o que exige um processo de aprendizagem do próprio pesquisador cartógrafo que não é organizado de modo fragmentado, com uma série de etapas de desenvolvimento, mas como um trabalho de refinamento, de cultivo. E quando mencionamos o aprendizado, isso requer um duplo sentido: de processualidade e de transformação qualitativa nesse processo. Habitar o território não tem a ver, necessariamente, com os espaços físicos, mas também ao compartilhamento do território existencial, onde indivíduo e objetos de pesquisa agem um sobre o

outro constantemente, se relacionam, se afetam. Requer um movimento em transformação, um aprendizado que não pode ser enquadrado em uma técnica ou em um conjunto de procedimentos a seguir. O caminho é trilhado no próprio curso do pesquisar.

As primeiras movimentações que marcaram o traçado deste percurso pela pesquisadora-mestranda se deram junto a duas psicólogas trabalhadoras da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. Ambas, ocupam a mesma função, porém, com perspectivas de atuação distintas: uma vinculada aos setores que se dirigem à saúde dos trabalhadores e a outra vinculada a unidade da internação provisória, atuando diretamente com os adolescentes internados²⁸. As primeiras articulações sobre a pesquisa se deram em espaços de reunião dentro das instâncias da FASE-RS, onde foram apresentadas minuciosamente as demandas advindas do campo no que tange à díade trabalho-saúde. Através dessas ações, se buscava, em termos de pesquisa, um processo de habitação-experimentação, uma abertura aos devires do campo, acolhendo as demandas colocadas ao mesmo tempo em que se construiria o caminho junto às trabalhadoras e trabalhadores.

Durante o encontro inicial com as psicólogas, uma delas, a que atua dentro de uma unidade de internação, decidiu fazer um convite para que se conhecesse o seu espaço de trabalho, o que foi aceito prontamente. Pode-se dizer que esta convocação instaurou um dos primeiros movimentos que anunciava a abertura e a peculiaridade do método a que estávamos nos lançando. Um método que se propõe a traçar caminhos e está sujeito às surpresas do real.

A atividade do pesquisador-cartógrafo é conectada a constituição de um gênero que sempre se encontra em vias de estilização, em meio a processos de aprendizagem e intervenções recíprocas. De Barros e Da Silva (2013) colocam

²⁸ Ambas estavam em processo de aproximação ao nosso grupo de pesquisas N-PISTA(S) – Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s) – a convite de minha orientadora Fernanda Spanier Amador (esta recebeu demandas por parte da FASE-RS para o desenvolvimento da pesquisa com a temática “saúde e trabalho na Socioeducação”, a partir da sua participação em uma das SIPATs, onde palestrou sobre o tema). As duas psicólogas adentraram o grupo, para compor o processo de pesquisa conosco como pesquisadoras técnicas. A partir disso, juntas, nos tornamos a equipe executora e passamos a analisar as demandas e a dar os primeiros passos no processo da pesquisa- intervenção.

que esse gênero sempre toma como objeto a atividade e tem como aposta metodológica a problematização da atividade do pesquisador, do curso da ação do pesquisar, convocando para o diálogo pesquisadores engajados num modo de fazer pesquisa que considera a experiência situada diante de todos os imprevistos e irregularidades que se façam presentes no percurso.

Visitar uma unidade de internação pela primeira vez marcou fortemente o início do trajeto, promovendo, sobretudo, uma mistura de grandes expectativas somadas aos sentimentos de inquietação e curiosidade. Não se tinha muita ideia do que viria pela frente.

O primeiro movimento feito pela pesquisadora ao se deparar com os portões principais da Fundação foi o de cumprimentar os guardas que faziam a segurança da entrada. Naquele instante, percebeu-se que não havia preocupação em indagar os objetivos de se estar ali, apenas foi liberada a passagem, com acenos convidativos de longe. Seguindo adiante, se deparou com uma pequena estrada que contorna a parte de trás do prédio da Sede Administrativa, sendo essa uma construção que se diferencia bastante das demais em termos estruturais, por estar com a sua arquitetura externa revitalizada, reformada e pintada com paredes coloridas.

A estrada que dá acesso às unidades é curta, porém, esburacada, sinuosa e íngreme. Se passa primeiro por uma unidade, sendo necessário contorná-la, para então, chegar ao fundo do grande terreno, onde situa-se o CIPCS. As unidades ficam escondidas em meio à vegetação, a ponto de praticamente não conseguir enxergá-las da rua. Além de serem escondidas, distinguem-se consideravelmente da arquitetura da Sede. O acesso é difícil, não há calçadas, apenas terra e britas. A pintura é monocromática, os prédios possuem muitas grades, muitos cadeados e fortes sistemas de segurança. Há considerável semelhança com o sistema prisional para adultos. Mesmo que se saiba que ali um dos intuitos é a internação de jovens em conflito com a lei, há certo desconforto por pensar que uma unidade socioeducativa configura-se de modo muito semelhante ao cárcere “convencional”.

Quem acompanha a pesquisadora nesta primeira entrada é a psicóloga da unidade. Ambas adentram a primeira grade e se deparam com a pessoa

responsável pela recepção. Ela carrega consigo um rádio comunicador, para que possa transmitir e receber informações de outros trabalhadores da unidade que acompanham as movimentações internas.

A recepcionista e também Agente Socioeducadora as recebe e solicita a identificação. É solicitado que antes de passar para o interior da unidade, onde se situam as alas de internação dos adolescentes, se vista um grande jaleco sob as roupas. Tal medida provoca um questionamento interno por parte da pesquisadora sobre a finalidade do acessório: “*por questão de segurança as mulheres devem usar, sabe como são esses guris aí dentro, né, melhor evitar*”, comenta a agente/recepcionista. Aí se conota um importante demarcador de gênero que interfere diretamente no cotidiano de trabalho. Especificamente as mulheres têm o dever de esconder o corpo, onde o cumprimento da dita regra está fortemente atrelado a segurança necessária para que se possibilite o trânsito pelo espaço e o mantimento de certa ordem, tomada pelos Agentes Socioeducadores como imprescindível para a execução do trabalho na relação com o adolescente. Após a indagação, a pesquisadora decide vestir o jaleco.

Ambas se direcionam a um espaço muito intrigante, a sala onde fazem a revista dos adolescentes e dos familiares. Uma sala escura, repleta de armários para guardar pertences e aparelhos. Atualmente, a unidade adotou a prática de “revista humanizada”, ou seja, as pessoas não precisam mais se despir na frente dos agentes para serem revistadas. Quem faz a revista humanizada são as máquinas. Foram adquiridos detectores de metais e uma espécie de *scanner* onde a pessoa deve sentar-se, um aparato que sinaliza se a pessoa revistada introduziu algo em seus orifícios anais ou vaginais.

Em seguida, direcionam-se ao ambulatório, que comporta consultórios médicos, odontológicos, enfermaria, leitos gradeados, e outros espaços para armazenar equipamentos. É perceptível que alguns desses leitos são ocupados por meninos enfermos. O CIPCS é uma unidade que recebe, especificamente, adolescentes do sexo masculino, e tem como característica principal o fato de ser um local de medida de internação provisória, até a definição da situação penal. Este espaço expressa um dos primeiros contatos que o adolescente estabelece com o universo socioeducativo. O ambulatório, muitas vezes, acaba se constituindo como um dos principais locais no que se refere a esta inserção,

pois, muitos adolescentes chegam à unidade machucados, vindo diretamente de hospitais e demais serviços de saúde. Muitos chegam com as marcas que simbolizam a(s) violência(s) a que estão submetidos cotidianamente.

O próximo espaço a conhecer convoca as maiores expectativas: as alas de internação. A entrada das alas possui uma grade principal, que é aparentemente, muito resistente. Ali é um ponto permeado pela vigilância constante de algum Agente Socioeducador, que se responsabiliza em abrir e fechar os cadeados, controlando as passagens. Ao cruzar a grade, se deparam com uma quadra esportiva e várias salas em seu entorno. Os dormitórios ficam na parte superior, tendo um à esquerda e um à direita, as alas “A” e “B”.

Antes de subir as escadas, algumas orientações são passadas no sentido de tentar não responder às convocações dos adolescentes e nem olhar diretamente para eles. Seguem à direita pela escada até se depararem com um extenso corredor e os dormitórios dos socioeducandos à esquerda. Quem as recebe, primeiramente, no corredor, são alguns Agentes Socioeducadores que estão em serviço. Há um clima de tensão no ar. Há dureza nas posturas. Olhares sérios e fixados nos dormitórios que mais se assemelham a celas. A passagem pelo corredor também veio acompanhada dos cumprimentos e indagações curiosas dos jovens: “*E aí, dona²⁹!*”, “*Tu que vai me atender, dona?*”, “*Tu é nova aqui, dona?*”. Ali se instalava certo desconforto em não olhar para os adolescentes e em não os responder. O movimento escolhido pela pesquisadora foi um leve e simpático aceno com a cabeça.

A psicóloga procurava apresentar a pesquisadora a todos os trabalhadores que se faziam presentes pelo caminho. Poder experimentar o processo de aproximação com o campo da pesquisa possibilitou potentes encontros, momentos que oportunizaram contatos com histórias, com os regimentos oficiais, com as políticas, com os arranjos institucionais, com as pessoas que habitavam aquele espaço.

²⁹ “Dona”, é a nomenclatura que os socioeducandos utilizam para se referir às Agentes Socioeducadoras mulheres e demais pessoas do sexo feminino que circulam na unidade, mesmo que não sejam vinculadas diretamente à FASE-RS. Já, o termo utilizado para se referir aos agentes e demais pessoas do sexo masculino, é “Seu”. Em algumas situações, essas expressões também são utilizadas entre os próprios Agentes Socioeducadores para referirem-se uns aos outros.

O ato de observar situações de trabalho produz um duplo resultado, pois, a observação não produz conhecimento somente para o observador, mas produz também uma atividade para o observado, é aquilo que Clot (2010c) vai chamar de diálogo interior. Isso quer dizer que o observado procurará se apresentar da melhor forma possível diante daquilo que o outro quer ver, sendo este um processo que não se vê. É importante que um pesquisador esteja atento e sensível às provocações do campo empírico, incluindo os aspectos que possam escapar ao que é visível aos olhos.

Cada encontro, cada olhar, cada questionamento trazia consigo a impressão de vir acompanhado com um tom, “*o que fazes por aqui?*”, produzindo, assim, questões peculiares, situações não ensaiadas. O primeiro momento produziu tramas muito interessantes junto aos trabalhadores, pois, ao trazer para cada diálogo que a pesquisa que se estava propondo tratava da temática “trabalho”, disparava nos trabalhadores uma instantânea mudança de semblante acompanhada do desejo em colocar com minuciosidade os detalhes do seu cotidiano laboral. O tema do trabalho cria aberturas. Foi, então, a partir de tais circunstâncias que se pôde perceber algo germinando, que se pôde sentir a abertura de brechas para seguir o caminho de pesquisa naquele mesmo espaço.

Ao longo das andanças, expressões relativamente intrigantes indicavam que, “*na Socioeducação não se trabalha faz tempo*”. Inúmeras vozes proferiam que há uma dificuldade nas rotinas de trabalho dentro das unidades no sentido de sentirem-se presos à processos rotineiros e operacionais: abre cadeado, fecha cadeado, abre cela, fecha cela. Nesse seguimento, se a rotina limitada estritamente ao operacional configura um “não trabalho”, que é então trabalhar? O que se faz na Socioeducação? Tais indagações produziram uma potente **abertura** no que tange à questão da atividade, que abarca as diversas dimensões do trabalhar. O que se faz, o que se tenta, mas não se consegue, o que se faz para não fazer, o que se pensa em fazer, aspectos que estão, muitas vezes, além do “fazer coisas”, além do observável a olho nu. E foi a partir desse lastro que se construíram as primeiras discussões coletivas relacionadas às perspectivas que tomam o trabalho pela via da atividade, visando uma quebra paradigmática, uma composição, a criação de um meio, a instalação de um plano

problemático visando a análise do trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação.

Os primeiros movimentos foram se dando com o intuito de construir um *ethos* da confiança (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013) com os trabalhadores Agentes Socioeducadores, de modo a apostar nos resultados da pesquisa como fruto do acompanhamento da processualidade do trabalho na Socioeducação e na potência do encontro entre pesquisadora e trabalhadores. Ao invés de apostar em procedimentos que assegurem o acesso às verdades, o método cartográfico opera com pistas que põem em movimento o processo de pesquisa, por meio da criação de um *ethos* de confiança. A construção de vínculos em uma pesquisa envolve a criação de condições de forma coletiva onde aconteça uma partilha de sentido, questão que não implica apenas os pontos específicos de cada um dos atores envolvidos, mas também a abertura dos efeitos dos encontros que ali se constituem, levando em conta as concepções das diferentes posições em que se encontram. Para que haja essa possibilidade, o suporte teórico e a formalização das etapas e demais combinações não se faz suficiente.

Nesse sentido, ao compor com a pista da confiança, percebe-se que o processo se faz pela abertura ao plano da experiência, de modo a (*com*)fiar, tecer com, através de composição e criação com o outro (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013), pelo aumento da potência de agir, uma dimensão que diz respeito ao regime afetivo de articulação, à experiência compartilhada que amplia a potência de ação, tendo o intuito de lançar a todos os envolvidos em uma trajetória inventiva. A grande pretensão seria propor, por meio destes dispositivos, um processo de pesquisa que visa a construção *com* os trabalhadores da Socioeducação para que seja cogerida junto aos envolvidos a análise da atividade, de modo a produzir uma demanda de análise com os trabalhadores.

Pode-se dizer que alguns dos dispositivos que possibilitaram a entrada e a permanência na unidade foram os pedidos lançados pelos próprios servidores, que emergiram do primeiro encontro. Ao longo das visitas iniciais, a pesquisadora recebeu convites tanto para observar os processos de trabalho quanto para participar de eventos, alguns deles, inclusive, tinham enquanto

objetivo a construção de espaços de confraternização e discussões sobre o tema “saúde e trabalho”.

É importante frisar que, além do ambiente da unidade, outros espaços também foram habitados. Ao longo da trajetória de pesquisa, a equipe executora também se reuniu com trabalhadores de outros setores da Fundação, mais especificamente, com os que compõem as equipes de saúde, trabalho, formação e segurança da Sede Administrativa. Cabe a estes setores cuidarem da categoria “funcionários” na FASE. Nesses encontros, eram produzidos alinhamentos com representantes de cada setor, objetivando o compartilhamento de ferramentas conceituais e metodológicas no que tange a saúde e o trabalho.

Algumas estratégias já adotadas nesse sentido por estas equipes foram compartilhadas em reuniões. Alguns exemplos foram os seguintes: “Intervenções Pós Crise”, que seriam abordagens de cuidado à saúde mental de trabalhadores que passaram por situações delicadas no cotidiano laboral. Colocaram como exemplo um caso que havia ocorrido recentemente, onde Agentes Socioeducadores estavam levando um dos socioeducandos a julgamento. Em um dado momento, tiveram o carro parado por um grupo fortemente armado, que retirou os agentes do carro e fuzilou o adolescente na frente de todos os presentes, sendo esta, uma situação extremamente traumatizante para os envolvidos, que precisaram passar por diversos acompanhamentos e intervenções dos setores responsáveis posteriormente; as CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) que estão situadas dentro das unidades da FASE, sendo compostas por um grande número de membros, que se reúnem em diversos momentos e discutem problemas, com o intuito de encontrar soluções. A CIPA coloca muitos processos em movimento, é considerada por muitos uma boa estratégia; o diálogo com diretores das unidades também é uma estratégia. Comentam que muitos problemas podem ser resolvidos diretamente nesses momentos, não havendo necessidade de recorrer à Sede. Em função disso, a autonomia dessas lideranças vem sendo trabalhada pouco a pouco nas unidades; os Círculos de Construção de Paz, uma estratégia que faz parte das resoluções da Justiça Restaurativa, de acordo com o SINASE. Este espaço acabou sendo classificado enquanto “alívio das tensões dos trabalhadores”. São

grupos que adotaram rodas de conversa e dinâmicas grupais como método, onde são comuns as “queixas e desabaços” de cunho pessoal, entendendo que, a partir disso, é possível promover outras conexões com seus pares; o financiamento do BID (Banco Nacional do Desenvolvimento), que liberou verbas para a execução de um trabalho coordenado por uma consultoria externa. Esta é composta por um grupo de administradores que trabalhou todo o ano de 2017 mapeando processos de trabalho e os cursos de formação existentes na FASE, procurando estabelecer as ferramentas de capacitação que seriam mais interessantes para cada setor específico da Fundação; atendimentos a servidores que apresentam fragilidades psíquicas em decorrência do trabalho, podendo, a partir dessa intervenção, receber encaminhamentos à profissionais externos (psicólogos, psiquiatras) para dar continuidade através de um tratamento de cunho mais individual; e, por fim, a organização de cursos e palestras promovidos pela Coordenadoria de Formação Profissional (CFP) com temas que abrangem questões de saúde física e mental (estresse, ansiedade, doenças cardíacas, uso de drogas, etc).

Frente a isso, alguns espaços foram dedicados ao compartilhamento dos referenciais teóricos, conceitos e métodos por parte da equipe executora aos servidores e, conforme esta partilha ia ocorrendo, um plano de análise e coanálise ia se instaurando junto aos participantes. As pessoas abriam linhas de análise, iam “sacando” como tais perspectivas operavam concretamente, o que ficava evidenciado em depoimentos riquíssimos.

Um trabalhador explicitou em seu compartilhamento o fato de que o ato do trabalho não mora apenas nas prescrições oficiais e naquilo que se faz concretamente: numa manhã, ao chegar na unidade em que atuava, se direcionou a ala de internação, local que indicava o seu posto. Ao passar pelos dormitórios/celas, percebeu que um dos adolescentes gritava seu nome repetidas vezes. Nessa hora, ele diz ter se sentido muito constrangido, principalmente, por pensar qual seria o julgamento de seus pares sobre a atitude do menino. Se preocupou com o fato de talvez pensarem que ele “*estava dando muita abertura para o guri*”, demonstrando certo grau de intimidade. Em função disso, resolveu olhar para o menino e direcionar a ele um questionamento, adotando um tom ríspido: “*o que que tu quer comigo, cara?*”, e seguiu adiante

até encontrar os outros colegas de turno. Assim que se aproximou deles, sentiu uma espécie de aprovação dos pares para que atendesse o chamado do adolescente, pois, já estavam incomodados com os gritos. Decidiu, então, ir até o menino questioná-lo sobre o que queria. Ao se aproximar, o menino disse que havia tido um sonho ruim com o agente, que estava preocupado e que “*era para o Seu se proteger*”. A atitude do socioeducando produziu outro constrangimento no trabalhador, no sentido de levá-lo a questionar a necessidade da rigidez, o porquê de seu ato e o que o sustenta. Um desconforto que o leva a problematizar as suas ações concretas.

O depoimento abriu brechas no sentido de pensar que o trabalho também reside no plano da atividade, em como os trabalhadores efetuam as microgestões cotidianamente em um meio, por vezes, infiel. Não basta apenas nos atermos às prescrições oficiais de determinada função, ao “que deve ser feito” em determinado caso. O que se visa, portanto, é a análise do trabalho que acontece em situação, em ato, onde, quem o exerce se depara com o imprevisível ao contatar o real do trabalho. Um real que envolve as decisões, o olhar dos pares, os sentimentos, os pensamentos, julgamentos, crenças, valores.

Com o passar dos movimentos e encontros, se constatou a importância do estabelecimento de alguns “acordos” com os trabalhadores. Ficou evidente a demonstração de certo receio de serem “atacados” com as pesquisas e que, além de tudo, não gostariam de receber mais “especialistas que se infiltram em seu ambiente laboral” prontos a produzir críticas e/ou ensiná-los sobre suas realidades. Este ponto elucida a complexidade da construção da confiança em um espaço marcado pela vigilância, onde os arranjos institucionais se encontram com a desconfiança. Porém, vale frisar que a criação de um plano envolvendo o *ethos* da confiança, afirma, sobretudo, uma confiança que não se antecede, mas que é produzida na própria experiência. Uma confiança que implica uma relação ética de não dominação do outro, mas sim, de composição. Uma confiança, conforme nos pontua Sade, Ferraz e Rocha (2013) que se dá na potência dos encontros com o campo e nos lançam em trajetórias inventivas. Rolnik (1994) também nos deixa pistas, afirmando que esta perspectiva se refere ao exercício de:

[...] amparar o outro na queda: não para evitar que caia, nem para que finja que a queda não existe ou tente anestesiá-lo os seus efeitos, mas sim para que possa entregar-se ao caos e dele extrair uma nova existência. Amparar o outro na queda é confiar nessa potência, é desejar que ela se manifeste. Essa confiança fortalece, no outro e em si mesmo, a coragem da entrega. (ROLNIK, 1994, p. 8).

Assim sendo, o processo de pesquisa que se afirma aqui não possui a mínima pretensão de prever resultados ou apontar insuficiências no campo. O que compõe a matéria de análise do trabalho são as metamorfoses da atividade ao longo do tempo, incluindo as transformações que a própria análise provoca. Ao longo desse processo não se deve ter a aflição de atribuir uma significação às situações. Aqueles e aquelas que trabalham e que aceitam acolher os pesquisadores como interlocutores das suas palavras e gestos não nos transmitem “verdades” para ser ditas ou mostradas, mas sim, servem-se de nossa presença para, conforme nos pontua Clot (2006), “enfrentar todas as outras vidas possíveis que lhes parecem devidas, redescobrimo então, graças a um efeito indireto, e às vezes de maneira inesperada para eles, os obstáculos e os recursos de um real que lhes escapa” (p. 129).

5.2 CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ATIVIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO

O pesquisar seguiu se movimentando de modo a produzir tramas cada vez mais instigantes no percurso. Pelo menos duas vezes por semana, a pesquisadora fazia o exercício de habitar o espaço físico da unidade CIPCS. Informalmente, muitos diálogos ocorriam durante o turno de trabalho dos agentes. Dentro das alas de internação, nos corredores, na biblioteca, no pátio, na sala da chefia, no espaço do isolamento, na recepção. Em cada ocasião, era perceptível que a discussão estava acompanhada de olhares atentos aos dormitórios dos adolescentes, às tarefas que ocupavam os jovens, onde era preciso estar ligado a cada movimento, a cada rotina, a cada gesto. Era possível sentir a tensão, a rispidez de algumas respostas direcionadas aos socioeducandos, o esforço para calcular o nível de abertura possível a cada interno que se aproximava, a cabeça sempre erguida, o olhar fixado a cada

deslocamento. Com os pares que também compunham o turno, o clima parecia mais ameno. Apareciam nuances mais leves, certa proximidade, intimidade: *“somos como uma família aqui dentro”* (A1)³⁰.

A pesquisadora experienciou diversas situações e diálogos com os Agentes Socioeducadores que convocavam a organização de espaços dialógicos e de análise do trabalho. A peculiaridade destes anseios residia no caráter do que se pretendia em termos de discussão. Ecoavam pelos corredores muitas expressões nesse sentido: *“acho que ia ser muito importante ter momentos para conversar sobre a saúde do trabalhador”*; *“devemos aproveitar já que temos uma psicóloga de fora pra conversar com a gente, se fosse daqui de dentro, não dava pra confiar”*; *“aqui é o lugar certo pra tu detectar todas as doenças desse povo, tá todo mundo meio doido”*; *“esse lugar é um ambiente que adocece”*; *“aqui é um lugar onde tu vai te deparar com muitas bizarrices”*; *“a gente não tem tempo pra falar do que incomoda”*; *“eu fiquei muito tempo encostado por causa do alcoolismo”*; *“tem um monte de colega que se afasta por causa de estresse e depressão”*; *“a gente precisa muito de ajuda psicológica, porque aqui dentro ninguém faz nada por nós”*; *“precisamos pra ontem de um espaço pra falar sobre as dificuldades que vivemos todos os dias”*.

O anseio dos Agentes Socioeducadores parecia fortemente voltado a necessidade de eliminar o sofrimento produzido por aquele exercício tão “duro”, “perigoso”, “complexo” e, para isso, o espaço coletivo parecia interessante, como sendo uma possibilidade de “alívio das tensões”. Levou um tempo considerável até a pesquisadora desconstruir alguns pontos no que tange à concepção de saúde e trabalho que circulava dentro da unidade que, pelas falas mencionadas, carregava uma perspectiva fortemente higienista.

Procurava mencionar, sutilmente e quando tinha oportunidade, outras perspectivas que ampliavam a discussão da saúde que não reduziam o trabalhador a uma posição de passividade, abrangendo, também, outros horizontes que visavam: o fortalecimento do coletivo no e pelo trabalho; o

³⁰ Afim de preservar o anonimato dos Agentes Socioeducadores, passaremos a identificá-los pela letra A (Agente), seguida do número que expressa a ordem de preenchimento dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para exemplificar: A1 será a sigla usada para designar o Agente nº 1 de acordo com a organização dos documentos pela pesquisadora.

patrimônio coletivo que se constrói na experiência laboral; a possibilidade de tais aspectos contribuir para a expansão do poder de agir; a análise coletiva dos processos de trabalho, acolhendo as minúcias e “o que escapa” na experiência cotidiana.

Enfim, mesmo que tais ocasiões ocorressem informalmente, se passou a perceber que os agentes demandavam a organização de um “espaço formal” de discussão sobre trabalho e saúde. A primeira tentativa foi a partir da iniciativa da pesquisadora junto com a psicóloga da unidade (que também era componente da CIPA). Era costumeiro que esta comissão organizasse eventos com temáticas específicas de acordo com as necessidades dos trabalhadores. Então, foi aí que se abriu a primeira brecha para consolidar o momento coletivo tão requisitado. Os componentes da CIPA se organizaram de modo a lançar convites a todos os trabalhadores da unidade CIPCS para uma roda de conversa com a pesquisadora onde seria abordado o tema “saúde e trabalho”. A ideia, também era de apresentar a pesquisa que estava se desenhando na unidade, que abrangia a mesma temática, tendo também o intuito de convidar a todos os presentes para compor o processo.

Nesta ocasião, foi onde se firmou, oficialmente, a combinação entre pesquisadora e pesquisados no sentido de manter espaços semelhantes ao longo do processo de pesquisa. Os Agentes Socioeducadores estavam dispostos a se organizar em grupos para seguir investindo nos momentos coletivos de conversa sobre saúde e trabalho. Após apresentar as perspectivas a que estávamos nos propondo mediante a pesquisa de mestrado, foi “firmado o contrato” e a pesquisadora conversaria com a direção da unidade e chefias dos turnos para verificar como ficaria mais adequado frente aos processos do CIPCS.

Muitas tentativas foram se desenhando a partir dali. Inúmeras idas e vindas ao CIPCS. Nesse vai e vem, a aproximação com uma das chefias se intensificou, a que pareceu mais “aberta” a colaborar com a pesquisa. Este trabalhador, já tinha sido Agente Socioeducador e estava desempenhando o cargo de chefia de turno há pouco tempo. As combinações a respeito dos grupos passaram a ser feitas diretamente com ele, por ser o responsável pelo andamento dos processos e, em função disso, poderia melhor nos orientar.

Enfim, por se mostrar como uma peça estratégica, o chefe passou a estabelecer contato direto com a pesquisadora e a orientá-la a respeito das possibilidades no que tange aos processos de pesquisa conectados com a unidade.

Primeiramente, a chefia orientou sobre medidas de segurança que poderiam acometer a rotina das alas. Ele ficou de avisar previamente caso algum ocorrido remetesse à periculosidade. As circunstâncias iam desde ameaça de motins até alterações de rotina que levavam a agitação dos adolescentes e, dependendo da situação, não seria seguro a pesquisadora adentrar os espaços. Ao longo das idas e vindas, muitas vezes, não foi possível entrar, o que provocou alguns atrasos no cronograma.

Tais imprevisibilidades seguiram ocorrendo no decorrer das tentativas de formação dos momentos coletivos. A chefia, com o intuito de auxiliar a pesquisadora a “recrutar” componentes para os grupos, a acompanhava seguidamente nas alas para conversar com a equipe e fazer os convites. Em função das especificidades laborais na medida de internação, não seria possível liberar os Agentes Socioeducadores durante a carga horária de trabalho, pois, não é possível deixar um número reduzido de pessoas para atender um número tão expressivo de adolescentes, o que, segundo a chefia, poderia colocá-los em perigo. Então, pensamos na possibilidade de organizar os grupos uma vez por semana, uma hora após o horário de término do turno (o grupo teria uma hora de duração, das 19h às 20h). É importante frisar que os convites eram lançados e os agentes estavam livres para se voluntariar a participar. Além de conversar com os trabalhadores em seus postos de trabalho, também penduramos alguns cartazes com a temática dos encontros, convidando-os a compor o espaço.

Com o passar do tempo, notamos que o número de Agentes Socioeducadores que decidiam ficar após o turno para participar dos grupos era muito pequeno (em torno de duas a três pessoas). Os comentários que surgiam a partir disso eram em relação às horas extras que foram cortadas³¹ e, caso o trabalhador se estendesse, não receberia a mais. Entretanto, muitos residiam

³¹ Este fator causou grandes turbulências na Fundação, pois, os Agentes Socioeducadores sempre tiveram o costume de trabalhar muitas horas além do horário formal do turno para receber as horas extras, o que refletia consideravelmente em sua remuneração.

em cidades e/ou bairros distantes e também tinham compromissos após o horário de trabalho, impossibilitando a participação.

Após observar as dificuldades em formar os grupos, a pesquisadora junto com a chefia resolveu criar uma nova estratégia dentro do possível frente à rotina das alas. Foi permitido que alguns Agentes Socioeducadores, por escolha da chefia, fossem liberados na última hora correspondente ao turno. Diante desta possibilidade, dois grupos diferentes foram organizados para que não fosse preciso liberar um grande número de pessoas em um único encontro e não desfaltar as alas. Esta situação produziu alguns efeitos nos movimentos do pesquisar, que acabaram se enredando nas tramas institucionais que remetem ao controle. Não foi possível, nesta situação específica, que os trabalhadores se voluntariassem livremente para compor o espaço coletivo, quem determinava era a própria chefia. A pesquisadora se viu “de mãos atadas” e tentada a ceder as determinações por não ter tido “sucesso” em seus planejamentos anteriores que não fluíram como o esperado. Enfim, nuances do real do trabalho que acometem o ofício do pesquisador e precisaram ser colocados em análise.

O trabalho de pesquisa tomado pela via da atividade, assim como tentamos analisar no campo socioeducativo, também se constrói na relação entre o prescrito e o real. O ato de cartografar se refere a acompanhar processos e movimentos que se dão nas diversas dimensões que abarcam a atividade, incluindo aqui, o ofício do pesquisador. Diante de tais perspectivas, concordamos com De Barros e Da Silva (2013) quando afirmam que não há um repertório a seguir que nos leve a uma obediência irrestrita a procedimentos protocolares e normativas formuladas previamente a entrada no campo empírico, pois, o pesquisador também opera num vazio de normas que pode convocar a criação.

No caso, a pesquisadora sentiu certo desconforto por não poder deixar o estabelecimento dos grupos “fluir livremente”, sentiu que seu agir foi constrangido. Porém, também pôde experimentar concretamente as amarras e tentativas de captura que rondam o trabalho atrelado ao cárcere. Nitidamente, o que prevalece é a lógica da segurança, o que engessa, em certa medida, o ato criador do trabalho.

A partir daí, em meio aos possíveis, os encontros passaram a acontecer duas vezes por semana, com duração de uma hora (na última hora do turno). Eram dois grupos distintos que tiveram cinco encontros cada, tendo em média, seis participantes em cada um (escolhidos pela chefia).

Os primeiros encontros foram importantes no sentido de retomar os processos de pesquisa, o que já estava sendo executado e reposicionar as perspectivas teóricas em relação ao tema saúde-trabalho a qual estávamos nos atendo. Se procurava reforçar que aquele espaço não tinha intenção de promover a distância entre pesquisadora e pesquisados, no sentido da pesquisadora ser colocado em uma posição de “especialista” que estaria ali à caça das desordens psíquicas, mas, que o intuito dos encontros, o que seria importante no processo, era a criação de movimentos onde os agentes poderiam se posicionar enquanto analistas do seu próprio trabalho, de modo a mobilizar os seus “saber-fazer”, questão atrelada a produção da saúde no e pelo trabalho, efetivando movimentos, transformações, o qual implica diretamente a relação de Agentes Socioeducadores com jovens em cumprimento de medida socioeducativa no bojo da Internação Provisória.

A ideia giraria em torno do estabelecimento de espaços de discussão acerca de situações cotidianas do trabalho elegidas pelos trabalhadores, de modo a inseri-los em um processo de coanálise, onde é o trabalho em situação que está em análise³².

O diálogo que se estabelece entre pesquisador e trabalhadores é de suma importância e é onde o primeiro se mantém atento às linguagens do ofício que não conhece (OSÓRIO-DA-SILVA, 2016), onde o intuito é os trabalhadores colocarem o ofício em palavras, é momento para discuti-lo com o outro, sem falar por ele, sem colocar palavras na sua boca. É preciso exercer o papel daquele a quem o trabalho deve ser ensinado, reprimindo a tendência de cobri-los excessivamente dos conceitos colocados por nós e para nós (SCHWARTZ, 1998). O trabalho enquanto ofício precisa ser falado, contado, revivido, para que

³² Os diálogos dos encontros foram gravados e formalizados mediante autorização da direção da unidade, chefias e dos trabalhadores através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

fique o registro do que é a criação do trabalho. É fundamental, sobretudo, falar coletivamente da experiência para que não se cristalize. Assim, com esse movimento, ela se transforma, recorrentemente. A grande questão, é transformar concretamente o ato. Falar, dialogar, são elementos de suma importância nesse processo, entretanto, é preciso ultrapassar para outro plano: o da análise.

Já de partida, não foi tão simples acessar o plano da atividade. Ainda circulava uma ideia sobre o tema saúde-trabalho de modo médico centrado, “terapêutico”, onde prevalecia na discussão o sofrimento e despotencialização que acometia o cotidiano laboral. Sem dúvida, as angústias dos trabalhadores foram sempre acolhidas, acompanhadas com as tentativas de retomada ao cerne da questão, ao aspecto metodológico que se volta a análise das situações concretas do trabalho, visando o acesso às minúcias, ao plano da atividade. Afinal, focar na experiência era o aspecto essencial da pesquisa-intervenção, pois, conforme nos ressalta Clot (2006), a experiência, o ofício, carregam uma história, e sua análise transforma essa história.

O primeiro dispositivo utilizado para iniciar as discussões, seria um momento de apresentação, onde os agentes poderiam falar sobre suas trajetórias, tempo de trabalho na FASE-RS, formações acadêmicas e demais questões que achassem pertinentes para o momento. No decorrer das apresentações, algumas falas tomavam a atenção: *“eu não acredito em Socioeducação”*; *“o adolescente que tá aqui já tem um grau de psicopatia”* (A8); *“É um trabalho que mexe com as nossas crenças. A gente acha que são criminosos, daqui a pouco, acha que são vítimas, depois já vê que é um pouco dos dois”* (A2); *“Eu não sabia que eu ia me sentir bem aqui, com adolescentes que cometeram crimes. Tu olha pro guri e tu pensa no que ele fez, toda aquela barbaridade. Mas, ao mesmo tempo tu fica questionando: ‘o que plantou neles essa ruindade?’”* (A9).

Tais expressões remetiam a indagações a respeito do que é preciso para sustentar esse trabalho. Há, de certo modo, uma perspectiva de julgamento envolvida que pode dizer muito sobre a dinâmica envolvida no ofício do socioeducar. Alguns pontos que se evidenciam neste exercício, pontos estes que “fazem problema as Socioeducação”, foram eleitos para análise. Na sequência,

serão trabalhados elementos que expressam as peculiaridades da atividade neste âmbito.

6.2.2 Peculiaridades da Internação Provisória

A Internação Provisória é tida como uma medida cautelar prevista no Art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicada a adolescentes em conflito com a lei. A utilização desta medida, especificamente, pode ser justificada por vias de indícios suficientes sobre autoria e materialidade do ato infracional e pela demonstração impreterível da medida.

Os Agentes Socioeducadores, principais componentes desta pesquisa de mestrado, atuam, conforme já mencionado, em uma das unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS), cuja denominação é Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), situado na cidade de Porto Alegre/RS.

Esses trabalhadores experienciam cotidianamente as peculiaridades que acometem tal medida e, com o intuito de situar a pesquisadora, trouxeram alguns processos importantes sobre a Internação Provisória:

*Falando um pouquinho do funcionamento da nossa dinâmica aqui. Assim, o adolescente é atendido, é preso, né, ele passa na Delegacia Especializada da Infância e do Adolescente. Depois que ele passa pelas vias de apresentação, ele é trazido até aqui. Aqui ele aguarda as primeiras 24 horas a apresentação dos pais para uma audiência, e é aí que começa o nosso trabalho. A ansiedade da chegada, a abstinência dos primeiros dias, qual o tipo de dormitório ele vai ficar, qual é o tipo de abordagem que tu vai ter, o primeiro contato com o chefe de equipe, as roupas, o jeito que ele chega. Se ele chega machucado, se ele chega sujo, às vezes ele chega drogado, às vezes, ele chega, né, agressivo. E aí, o que que acontece, **é feita uma primeira abordagem pra ele se colocar no lugar dele**³³, saber onde que ele tá. A gente conversa com ele pra saber se ele corre algum tipo de risco aqui, se ele tá envolvido com as facções criminosas, que é uma coisa que a gente sempre tá de olho. E nessa primeira abordagem da chefia, o chefe chama alguns agentes da ala pra vir acompanhar*

³³ Alguns trechos serão grifados por serem considerados destaque no percurso analítico.

*ele até a ala. Chegando aqui na ala, é feita uma segunda conversa, são colocadas todas as regras pra ele saber como é que funciona, por que que as regras são do jeito que são e o que vai acontecer com ele nos próximos dias. Eu acredito que essa previsibilidade que ele vai ter do que vai acontecer nos próximos dias é o que começa a fazer com que ele desacelere. Porque assim como ele pode na mesma tarde ir embora dessa audiência, a probabilidade dele ficar 45 dias conosco é muito grande. E aí, tu já prevê a possibilidade dessa internação ser prorrogada por mais 45 dias. Então, ele sabe que ele vai ter conosco até 90 dias aqui, e aí ele vai assimilando aquilo. Primeiro, ele se revolta com aquela possibilidade, mas, ele sabe que não existe outra forma, ele não tem o que fazer. E aí a gente vai trabalhando essa ideia: “olha, hoje à noite, vai acontecer assim, tu vai ter a refeição de manhã assim, de manhã, de tarde, de noite. Logo depois, tu vai ser matriculado na escola, depois tu vai ter a tua audiência à tarde, tu vai ter pátio de tarde com todos os adolescentes e assim vai funcionar”. Tu explica toda a rotina pra eles, e depois que tu explica tudo, tu diz o que que pode e o que que não pode e, principalmente, por que que não pode as coisas. Em via de regra, todas as coisas que não podem, é pra manter a ordem. Enfim, todos os motivos são **visando a segurança** e a integridade deles. Então, **essa segurança institucional, depende muito dele aderir ou não as regras**. E quando ele não cumpre as regras, a gente apresenta também as punições que são impostas pra que eles entrem no sistema (A2).*

Como se pôde perceber, o trabalhador narra minuciosamente a dinâmica da entrada/chegada na Internação Provisória, demonstrando a tamanha complexidade em conjunto com uma série de detalhes a se prestar atenção. O CIPCS, é o primeiro local onde o adolescente que se encontra em conflito com a lei estabelece contato com a FASE-RS. São os primeiros passos em direção ao cumprimento de sua “pena”. Todas as etapas giram em torno de uma preparação para que esse jovem “compreenda onde está” e, mais, “se coloque no seu lugar”. Há um primeiro processo que visa a tentativa de adequá-los às regras institucionais, prevalecendo o aspecto da segurança.

Este primeiro contato com o adolescente é determinante para o andamento da medida que está prestes a cumprir e é onde ficam evidenciadas as primeiras tramas da tensão educar-punir-vigiar, pontos que se entrelaçam no exercício do Agente Socioeducador e o convocam a agir. É costumeiro o fato de alguns agentes preferirem não ter conhecimento a respeito do delito cometido pelo adolescente, com receio de tal questão influenciar no estabelecimento do vínculo, pautando-se em um julgamento.

Os trabalhadores se veem, constantemente, em situações que precisam construir junto ao jovem, relações mútuas de confiança:

*A2: tu tá junto com ele na hora em que eles estão indo no banheiro coletivo com mais dez gurus dentro do mesmo banheiro, e aí tem gurus que são de facções contrárias, mas que sabem que eles podem fazer o que tem que fazer no banheiro, e podem ficar tranquilos porque tem um agente socioeducador ali. Eles sabem que eles podem tomar banho tranquilos, fechar os olhos embaixo do chuveiro. Eu não sei se vocês já passaram pela experiência de tomar banho sem chave na porta, tu não consegue nem fechar o olho, tu fica pensando que pode alguém abrir. Imagina tu lá e mais dez gurus, e todos criminosos. Quem garante que eu posso fechar o olho pra lavar a cabeça com sabão? **Isso não é visto!** E isso só acontece porque tem alguém ali. E esse alguém que tá ali, né, é alguém que dá a segurança pra eles. E esse alguém que tá dando a segurança pra eles **só não tem vínculo se não quiser**. Porque aquele guri, na cabeça dele, ele deve a vida dele pra aquela pessoa que tá ali, todos os dias, por pior que ela seja, por mais mau humorada que ela seja. Então, todos os dias, é a mesma coisa. Ele vai ganhar a pasta de dente pra colocar na escova dele, se ele deixou cair porque ligou a torneira porque tava meio dormindo, ou não, se aquele agente tiver ali, e estiver disposto a dar mais uma porção de pasta de dente, aquele agente ali, vai saber que ele não é mentiroso. Tem um outro que vai lá, enche a boca de pasta, vai lá e diz que caiu. Então, esse **feeling do trabalho**, são pequenas coisas, assim sabe. Assim como tem um que pede mais papel higiênico pra entupir o vaso, tem aquele que tá com problema de diarreia.*

A3: eles pedem “seguro” pra gente.

PESQUISADORA-MESTRANDA: o que é “pedir seguro”?

A5: “seguro” quer dizer algo do tipo, “eu vou me incomodar com aquele guri, ele tá me incomodando, eu vou me incomodar, a gente vai brigar ou eu vou apanhar”.

A3: é, ele tá pedindo ajuda, ele tá dizendo que não quer se incomodar, que não quer se atrapalhar.

Estabelecer a confiança. Fazer com que o adolescente se sinta seguro na presença do agente para que o agente se sinta seguro na presença do adolescente. Estabelecer confiança implica em ter o “feeling”, em saber “discernir” se posso ou não confiar, se a história contada é fictícia ou não, se vou estar seguro ou não. Há uma complexidade envolvida onde o trabalhador é convocado a correr os riscos da gestão dos processos de trabalho, enfrentando imprevisibilidades em meio a construção de um vínculo que não se dá de antemão, mas se elabora ao longo da experiência cotidiana do trabalhar. Como

essa questão se dá em um contexto tão peculiar como o da Internação Provisória? Como os Agentes Socioeducadores lidam cotidianamente com tais aspectos, na concretude dos atos que forjam a experiência laboral?

6.2.3 A construção do vínculo em meio às tensões educar/punir/vigiar

O processo socioeducativo pressupõe, de acordo com os marcos legais (SINASE, 2006; SINASE, 2013), que o “sucesso pedagógico” das medidas se encontra em uma dimensão disciplinar, onde, só é possível operar o trabalho mediante a manutenção de certa ordem, o que possibilita tocar a rotina operacional sem intercorrências e se mantenha o comportamento dos socioeducandos dentro de uma “linha dócil”. Porém, em função de ser um trabalho que implica relação com adolescentes em conflito com a lei, são necessárias estratégias de aproximação com os jovens para que o mesmo se torne participante ativo do processo socioeducativo e contribua para as regras institucionais seguirem o fluxo. Os regimentos legais da política pública socioeducativa colocam insistentemente sobre a importância do estabelecimento do vínculo com os socioeducandos, expressando, assim, uma das formas de alcançar o dito “sucesso pedagógico”.

Um fator intrigante e que tomou bastante a atenção da pesquisadora, é em relação à peculiaridade da Internação Provisória e os modos como alguns agentes a relacionaram ao estabelecimento do vínculo. Como se pôde constatar anteriormente, há um período específico nesta medida que é inferior em detrimento das chamadas “casas de medida”³⁴, onde o tempo em que o adolescente cumpre a sua medida socioeducativa é mais extenso. Alguns trabalhadores levantaram esse ponto da seguinte maneira:

A2: algumas pessoas vão dizer que não dá pra ter vínculo com o adolescente na internação provisória. Mas eu acredito que não, a gente cria sim esse vínculo.

³⁴ Na Internação Provisória o adolescente fica o período de 45 dias, podendo dobrar o tempo, dependendo da circunstância. Já, em casa de medidas de internação, o jovem pode ficar até três anos, o que expressa um período muito maior.

A1: pois é, com o tempo, eu acho que eles acabam se sentindo seguros aqui, de uma certa forma, acolhidos, às vezes tendo um cuidado que na rua eles não têm. Eles não têm ninguém que acorde eles, que vá dar o remédio pra eles, né.

Segue o diálogo sobre a “impossibilidade” do vínculo nesta esfera:

A7: criar vínculo é um negócio complicado pra gente. Então, nós trabalhamos mais no negócio de não ter a aproximação dos guris. Acho que aqui não dá porque é curto o tempo (A7).

A1: mas eu não sei. Eu discordo um pouco. Eu acho que a gente consegue fazer vínculo com os guris sim (A1).

Porém, uma trabalhadora, ao longo da discussão coletiva, resolve se opor às ideias do seu par. Ela discorda, reforçando a importância de estabelecer a aproximação com o adolescente, mesmo no curto espaço de tempo. Clot (2008) nos aponta algo fundamental e que conseguimos visualizar neste ligeiro diálogo, ele fala da discordância como uma importante fonte para o coletivo, no sentido de que a produção de um comum reforça a relevância das singularidades e não o estabelecimento da homogeneidade. Discordar dos pares é fundamental para que se questione a respeito das lógicas que sustentam o ato e, a partir disso, produzir reflexão, ampliação do raio de ação, produzir coisas outras no e pelo trabalho.

Seguindo na linha de discussão, alguns trabalhadores seguem esmiuçando as diversas nuances que abarcam a construção do vínculo entre Agentes Socioeducadores e adolescentes em cumprimento de medida:

A1: eu entendo que às vezes é muito mais fácil tu cobrar um guri sem ter vínculo do que cobrar um guri com vínculo. E às vezes é muito mais fácil tu cobrar de um guri já tendo vínculo estabelecido do que um que não, entendeu? Eu acho que a falta de vínculo não faz a gente desempenhar um trabalho relativamente bom, né. Eu acho que até pelo contrário. Acho que diante das coisas que a gente tem, que nos são oferecidas, eu acho que a gente consegue fazer um trabalho excepcional com esses guris. Eu com um metro e meio consigo dizer pra um guri, “já era, vai pro teu dormitório”. E a gente faz isso sem um armamento, a gente faz isso só com a lábia, é só com o vínculo, é só conversando, só com a experiência da gente.

A4: os guris que nos trazem problema são aqueles que geralmente falta o vínculo, que ele não deixa a gente...

A1: ...ele não deixa a gente se aproximar.

A2: exato. Então ele já, até porque quando eles vão fazer alguma coisa, a primeira coisa que acontece é a quebra do vínculo. É o olhar, a distância.

Nas últimas falas fica evidenciada a importância e, ao mesmo tempo, a complexidade do fator “vínculo” no cotidiano laboral. Esse fator pode, inclusive, se tornar uma espécie de “termômetro” e/ou “radar” para auxiliar os trabalhadores na detecção de sinais, nas direções sobre como agir. Há uma produção dicotômica de vínculo/aproximação e não-vínculo/distância. O vínculo permitiria, portanto, maior abertura com o adolescente, maior facilidade em se aproximar e também de cobrá-lo, se necessário. Já a leitura da “quebra do vínculo” significa o “distanciamento” do adolescente com as pessoas, como se o jovem conduzisse essa quebra para ter coragem de infringir as regras. A partir disso, esse distanciamento já demonstra sinais que servem para intensificar os parâmetros de vigilância:

A7: a gente já viu nele, “esse menino não tá bem hoje”. E o que que deu? Ele desceu pro pátio e ele quase matou um outro.

A1: quando acontece isso, a gente vê que ele já queria um distanciamento. De manhã ali, ou ele queria arrumar uma situação pra não descer e ter que fazer, de certo ele tinha prometido fazer, ou ele tava quebrando um vínculo pra ter coragem de fazer, né? Por que no momento que tem um vínculo com alguém fica mais difícil de tu sacanear, né? Então, a primeira coisa que eles querem é a distância.

A7: eu não quis mais trabalhar na ala por dois motivos: porque eu fui brutalmente agredida, e daí foi fisicamente e moralmente. O menino que organizou o motim foi o menino que não deu bom dia e que passou com a cabeça baixa. E ele era daqueles assim, de falar até demais. E eu vi que ele não tava bem.

*A1: é que dá sinais. **A cadeia depois de um tempo começa a dar sinais.** Tem o cheiro. O silêncio é ruim. A gente sabe como o guri caminha, como o guri se porta, entendeu? E é aquela coisa, eles vão dizer pra ti, “dona, eu lhe considero muito, mas se for pra ser a bola da vez, se for pra acontecer, vai ser a senhora”. Depois eles até vão te pedir desculpa.*

Os documentos oficiais trazem alguns direcionamentos sobre as formas de se conduzir o processo de construção de vínculos já no momento de acolhida

na unidade: é fundamental que a equipe esteja atenta ao contato inicial com o socioeducando no momento do acolhimento, assumindo atitude facilitadora na devida recepção do jovem, deixando transparecer toda e qualquer regra de funcionamento da casa, tratando o adolescente pelo nome, transmitindo a ele segurança e apoio, dando abertura para os aspectos emocionais que possam se fazer presentes, não emitindo juízo de valor sobre o ato infracional cometido pelo jovem e/ou demais constrangimentos pejorativos (RIO GRANDE DO SUL, 2014), enfim, pontos que também foram evidenciados anteriormente no relato acerca dos processos da Internação Provisória.

No entanto, apesar dos determinados direcionamentos, se percebe que os Agentes Socioeducadores encontram formas bastante singulares de construir a aproximação com o adolescente. Alguns trabalhadores adotam um tom mais brando no diálogo, outros acreditam que o tom mais rígido facilita no mantimento do “respeito”, outros indagam sobre os familiares, sobre a história de vida, outros incluem os jovens em tarefas operacionais dentro das alas, como, por exemplo, os momentos de limpeza, para que juntos cuidem das condições do espaço. Em um dos grupos, a pesquisadora propôs que cada Agente Socioeducador colocasse aos pares o modo como cada um construía o vínculo concretamente:

*Eu acho que normalmente eu tento me aproximar indo **pelo lado da família deles**, perguntando a respeito da família, quem é ou de repente, sei lá, no momento de xingar um adolescente dizer, “olha, e aí, tu vai ficar isolado, e a tua família, e a tua mãe que vai subir essa lomba”, sabe, sempre tentar pegar por esse lado da família, por esse lado emocional, assim (A5).*

Nesta fala, percebemos que a agente usa como estratégia o interesse pela história familiar do socioeducando para obter aproximação, porém, quando há a necessidade de discipliná-lo, também usa das informações para que repense o comportamento fora das regras estabelecidas, produzindo um sentimento de culpabilização.

*A1: eu acho que pra mim, pra se aproximar, tem que dar visibilidade, entendeu? **Jogar limpo. E sobretudo no momento do ingresso**, porque eu acho que o guri quando ingressa, não importa o que aconteceu, eu acho que é um momento que não é bom pra ninguém. **O guri não sabe o que que tá acontecendo**, não sabe daqui a pouco se vai apanhar, se não vai, se alguém vai chegar, se vai comer, se não vai, se vai ter cama. Acho que o*

acolhimento é tão delicado, a gente precisa ter uma atenção pra essas primeiras semanas.

*A4: o que eu faço assim é, se a gente recebe o guri, nós vamos **passar todas as regras, orientar como é o procedimento dentro da unidade**, que ele tem um horário pra todas as refeições, tem hora do banho. Pergunta se ele tem família, se não tem família, que pra nós não importa a situação do delito e, às vezes, eles contam, as vezes eles não contam. Mas, o que importa, é acolher e explicar como é, os horários, as regras, como eles devem nos chamar e que se houver alguma necessidade nós estamos aqui pra ajudar também. Existe os dois lados, existe o limite que ele não teve e nós vamos dar e também vamos auxiliá-lo na necessidade.*

*A8: **eu coloco a questão de ser bem disciplinador**, então o que é certo pra mim é certo, o errado, é errado e eu vou cobrar deles.*

A partir da última fala, as outras duas agentes, que são mulheres, sentiram necessidade de interpelar o colega sobre ele ter dito fazer questão de ser “disciplinador”, convocando para a discussão de gênero pela via da sexualidade:

*A1: **é que homem é diferente, vocês são homens iguais a eles**, então tem a coisa do mais alfa, do homem.*

A4: pra nós as mulheres eles baixam mais a guarda, a partir do momento em que a gente cobra, são raros os gurus nos enfrentam e vem pra cima de nós, já pra cima dos homens eles vão.

De fato, a lógica institucional fomenta um contexto onde não se deve fraquejar no momento de impor medo ou estabelecer a punição. Vinuto et al (2017), em sua pesquisa sobre efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de Agentes Socioeducadores, trazem que há uma evidente demanda de instrumentalização da virilidade no contexto de alas de internação, onde, coragem, frieza e insensibilidade são vistos como valores positivados. Os autores colocam que houve, sobretudo, um consenso entre os adolescentes internados no sentido de só aceitarem repreensão de agentes homens, supostamente por estarem inseridos em uma cultura em que sempre perceberam figuras do sexo masculino como violentas, recebendo ordens de pais, irmãos e demais homens em situação de poder, contrastando com a submissão feminina reproduzida dentro da unidade do estudo.

Ao longo das andanças, foram percebidas falas dos agentes do CIPCS evidenciando fortes distinções no exercício cotidiano de trabalhadores do sexo masculino e feminino. O homem, carrega o estereótipo da força, da virilidade, da coragem. É o que tem capacidade de separar as brigas violentas, de ser ríspido com as palavras. As mulheres, são as que devem acolher, devem ser delicadas. São vistas como um problema quando tentam “se masculinizar” com o intuito de competir com a força masculina, são vistas como mais fracas fisicamente, devendo se posicionar como a figura da “mãe”, da “avó”. Algumas expressões ressoavam, trazendo uma clara tentativa de divisão sexual do trabalho “*se o cara que tava com o guri, deixou ele correr, é porque o guri era muito forte; se foi a mulher, era porque estava se maquiando*”.

Uma situação que expressou fortemente esse ponto, foi trazida por uma Agente Socioeducadora ao longo de seu processo de aproximação com os adolescentes nas alas de internação:

*A6: dificilmente eu falo alto, é muito raro acontecer. Eu, às vezes tenho mania, eu acho que eu tô me policiando mais, pra não ficar chamando eles de “amorzinho”. Aí eu já tenho que dizer, “não fiquem aí achando que a dona tá se molhando pra vocês, hein”, porque daí eles já pensam, “**ai, a dona tá se molhando pra mim**”.*

PESQUISADORA-MESTRANDA: o que é tá se molhando?

*A6: é, tu sabe né, o que significa o termo (risos). Isso há muito tempo atrás existia, agora não existe mais. Mas eu agora brinco com eles também, chamando eles de “**imundície**”. Uns até tão acostumados, outros não aí ficam até bravos, né. Mas depois eu explico que é uma maneira carinhosa, né, eu chamo todo mundo assim. Às vezes os próprios gurus já dizem: “não, a dona chama assim, é uma maneira carinhosa que ela tem de chamar a gente”.*

Esta fala, traz o atravessamento da questão de gênero pela via da sexualidade e expressa com muita clareza o processo de microgestão que a trabalhadora operou na atividade de modo a enfrentar o real do trabalho. Pelo fato de ser uma agente mulher e ter dado um adjetivo carinhoso aos adolescentes do sexo masculino, como uma forma de estabelecer o vínculo, ela se viu em uma situação de constrangimento por poderem interpretar que ela estaria se insinuando e, a partir disso, correr perigo. O fato de se “policiar”, remete a algo que se pensa, mas não faz. Entretanto, o modo de agir, implicou

em outro termo, “imundície”, que possui caráter pejorativo em primeira instância, mas, por ela, foi convertido aos poucos como algo aceitável e também de natureza “carinhosa”. Assim, não há nenhuma “confusão”, não “se abrem brechas” para interpretar de modo errôneo as suas intenções, mantendo a aproximação necessária para se vincular aos jovens.

Seguindo no lastro das estratégias de construção do vínculo, outros trabalhadores seguem expressando seus métodos singulares:

*A9: no meu caso, é difícil porque é **um abismo, a minha idade pra idade desses guri**. Então eu tenho que me abaixar um pouco pra eu me aproximar deles, pra fazer alguma brincadeira. **Eu conheço muito a cidade, então eu já vou sabendo, "de onde tu é cara?"**, "sou lá de tal lugar seu", "lá perto daquele clube, daquele posto de gasolina, mora perto da escola de samba"*

*A1: sim, é muito bacana porque daí **eles começam a chamar, o "seu sábio"**, ele conhece a comunidade, isso é tri bom.*

*A6: sabe que pra mim, é **pela via da limpeza**. E os guris gostam dessa coisa de limpeza.*

*A7: e é diferente também dos outros colegas que fazem limpeza, ela ensina a limpar e ela limpa junto. Ela tira o tênis, bota o chinelinho, arremanga as calça e entra junto na limpeza. A gente ouvia muito, **"ah, a dona só faz limpeza"**, **só que o que ela faz é muito mais eficiente** do que qualquer outra coisa que os outros fazem.*

*A5: é que as pessoas têm um pouco de dificuldade de entender, às vezes, que **cada um usa as armas que tem**, pra fazer o trabalho, entendeu?*

A6: só que eu não faço só limpeza. Eu também exijo disciplina, eu cobro o que tem que cobrar no plantão. Se tiver que levar pro isolamento, eu levo. Se tiver que xingar, eu xingo eles, se tiver que dá um empurrão, eu vou dar um empurrão no guri.

É perceptível que os trabalhadores constroem singularmente processos de estilização que vão dando outros contornos ao patrimônio coletivo do trabalho, para que este não necrose e siga em movimento, ampliando, assim, as possibilidades, o raio de ação frente ao ato do trabalho de modo a não enrijecê-lo. O tom que cada Agente Socioeducador dá para a sua atividade e a possibilidade de promover este intercâmbio com os pares é fundamental se tratando da promoção da saúde no e pelo trabalho. Analisar que existem outros possíveis na e pela atividade, que estão além das prescrições, além dos padrões

pré-estabelecidos, além da necessidade da disciplina que se faz, muitas vezes, por vias rígidas pelos atos do trabalho e, até mesmo, de reprodução de relações de violência, é um fator importante para fortalecer e instrumentalizar o coletivo frente as adversidades e, assim, produzir uma saúde que se produz pelo cuidado do ofício (CLOT, 2013).

Pensar a questão da violência pela análise do trabalho socioeducativo e pela dinâmica saúde-trabalho que implica constrangimento do agir possibilita-nos olhar para estas circunstâncias coletivamente, como algo que se produz nas relações e no cotidiano. Há uma certa violência que se faz presente nas instâncias do encarceramento, uma dinâmica de violência que não se inscreve nas prescrições oficiais, mas que pode se reproduzir nos modos como se criam as estratégias de trabalho imiscuindo-se nas microgestões cotidianas, nos modos de operar, no exercício do trabalho socioeducativo, por isso, é fundamental a produção da análise coletiva.

A produção de saúde, nesse sentido, se dá na experiência, na possibilidade de rachar as durezas instituídas e expandir o agir, criando novas relações entre os termos institucionalizados quanto aos modos de realizar o trabalho socioeducativo, no lastro de uma experiência ética. Nas situações de trabalho do dia a dia, enfrentamentos realizados pelos trabalhadores e discussões entre os pares podem possibilitar a expansão do poder de agir, já nas situações com o clínico do trabalho, são geradas circunstâncias nas quais a posição desta figura estrangeira, cria condições peculiares ao processo analítico. A discussão, a troca, as discordâncias, os intercâmbios, são dispositivos potentes que auxiliam esse processo e, sobretudo, não dependem da presença do especialista. Os próprios trabalhadores podem operar tais ações em seu cotidiano.

Pois bem, se constata que, apesar das durezas institucionais que seguem se inscrevendo no campo da Socioeducação, os trabalhadores encontram modos de enfrentamento perante as surpresas do real. Há certa margem que permite a composição das singularidades para o fortalecimento coletivo, questão que foi colocada em análise junto com os agentes. Entretanto, não se pode negar que há um elemento muito forte que assombra a dinâmica institucional, mesmo frente à criação de novas normas para o trabalho. As estratégias dos

trabalhadores ainda carregam, de certa forma, a necessidade de controle, que se mistura ao processo de estabelecimento do vínculo:

A2: existe uma cultura aqui, que tem alguns guris que nos apoiam na limpeza, né, também pra distribuir as refeições. E, uma brincadeira que nós temos, nós chamamos eles de Cootravipa, que é a empresa de limpeza urbana.

PESQUISADORA-MESTRANDA: como é?

*A2: Cootravipa. Eles falam **CONTRAvipa**, né? Os escolhidos são guris que têm há mais tempo aqui, são guris que apresentam um bom comportamento. O critério é a questão da **confiança**. A gente chama eles como se eles tivessem uma ocorrência disciplinar muito grave. Já saímos chamando a atenção deles, assim. Muitos dos outros guris caem em prantos, ficam nervosos, enfim, quando eles ficam muito nervosos a gente diz que é um trote.*

*A6: a gente faz esse trote com eles e depois de tudo a gente diz que foi uma brincadeira, e a gente fala bastante coisas boas, legais pra eles, né, que eles **conseguiram a nossa confiança***

*A2: é, é tipo um ritual de passagem, né, faz parte de um ritual de passagem se deparar, entrar numa condição pra chegar a totalmente outra. **Eles nos provam que merecem a confiança. Eles deixam de fazer parte do grupo dos guris, e começam a fazer parte do grupo dos agentes.***

Para que serve o vínculo? Aqui, este elemento não se mostra apenas como no estereótipo, onde o vínculo é “bom”. E tal aspecto é fundamental para se analisar junto aos trabalhadores. Nesta esfera, ele também serve como um dispositivo que possui intuito disciplinar. Os próprios marcos legais expressam esse paradoxo, correspondido, em alguma medida, por aqueles que estão na linha de frente junto com o adolescente. Este socioeducando que merece a confiança, é aquele que segue uma linha de docilização, o que obedece às regras da casa e, também, aquele que “se assemelha aos agentes”. Enfrentar o real do trabalho frente ao processo de estabelecimento de vínculos em uma unidade de internação implica, portanto, em vínculo e ordem se entrelaçarem entre si.

6.2.4 Por entre tentativas e arranjos coletivos para o enfrentamento do real

Um aspecto que se faz demasiadamente presente na rotina laboral dos Agentes Socioeducadores é o seguimento de “rotinas”, denominação que é dada para as etapas de determinados processos como, por exemplo, a hora de levar os adolescentes ao banheiro, refeições, aulas, pátio, atendimentos, audiências, visitas, etc. Há uma série de protocolos que devem ser seguidos através de regimentos que dão determinadas direções “do que fazer” em cada uma dessas tarefas.

Em uma das discussões do grupo, os agentes levantaram uma problemática bastante pertinente a ser analisada em relação às ditas rotinas. Os trabalhadores as classificam como sendo bastante rígidas, a ponto de, muitas vezes, engessar o trabalho e o modo como se sentem frente a determinados acontecimentos.

A1: tem uma rotina pra cumprir e tem que ser cumprida, não importa o que aconteça.

A4: é, se um guri morrer aqui dentro, o lanche tem que ser dado na hora. Tá passando o corpo e tão servindo o lanche.

A1: mesmo que um colega seja morto aqui, a janta tem que ser servida às sete horas da noite.

Um colega do sexo masculino, contrapõe as colegas do sexo feminino que se manifestaram anteriormente, justificando a rotina com tons de racionalização: “*Mas isso daí se cria porque, tem assim também, tem uma lógica pra isso daí, entendeu? Se não acontece a rotina, os gurus se agitam*” (H).

O Agente Socioeducador retoma a necessidade da dureza das rotinas às colegas, pois, este processo é o que “segura a casa” dentro dos moldes do controle. Quando “*os gurus se agitam*”, esse controle, necessário para manter os corpos docilizados, se perde, o que contraria, em certa medida, a lógica institucional que precisa ser sustentada pelos agentes.

Quando mencionamos em capítulos anteriores as vozes de trabalhadores que expressavam “*aqui dentro eu não trabalho*”, indicando que “*na Socioeducação não se trabalha faz tempo*”, há um apelo carregado nessas falas no sentido de que se vê dificuldade em produzir renormatizações em meio a protocolos tão enrijecidos. Há algo que se produz, institucionalmente na política

socioeducativa que faz problema no ato concreto do trabalhar, que expressa um paradoxo: ao mesmo tempo em que os trabalhadores fazem uso da rotina como dispositivo disciplinar para manutenção de certa ordem (fundamental para o sucesso pedagógico, conforme documentos oficiais como SINASE e PEMSEIS), também há o efeito no cotidiano laboral de quem atua dentro das unidades de internação, que se vê, por vezes, preso às durezas da rotina, não encontrando, em certas ocasiões, espaço para se desprender de prescrições formais, para a criação de novas normas. Há, portanto, um processo de constrangimento, uma despotencialização no que tange ao poder de agir.

*A8: só que assim, tem vezes que tu tem que agir, não tá escrito em lugar nenhum. Como é que tu vai saber o que tem que fazer? Porque toda situação é diferente, nenhuma é igual. Então, tem vezes que tu não tem como descrever, “oh, primeiro faz isso, depois tu faz isso, depois faz aquilo”, não tem como, isso não tá escrito. E é aí que a gente **tem que agir**, entendeu?*

*A9: **a gente age muito no instinto aqui.***

“A gente tem que agir”. A fala da trabalhadora nos convida a revisitarmos as páginas que posicionam a questão do “agir” nesta dissertação, onde, relembremos que este conceito vai além do “fazer coisas”. Agir implica em acolher as diversas dimensões que abarcam o plano real do trabalho, conforme Clot (2006) já nos pontuou muito bem em sua obra “A função Psicológica do Trabalho”. Agir acolhe o que se faz, o que se deixa de fazer, o que se faz para não fazer, o que se pensa, o que sai fora da expectativa, os erros, etc. Rememoramos esse ponto fundamental para trazer que quando os Agentes Socioeducadores trazem que “*tem que agir*”, que “*aqui se age no instinto*”, estão, de certo modo, expressando que, apesar do cotidiano duro e rotineiro, há margem para o agir, para resistir às capturas, ao que tenta enclausurá-los mesmo já habitando o encarceramento. Os impedimentos também podem convocá-los a produzir coisas outras no e pelo trabalho, a agir, mesmo frente aos desconfortos e às surpresas do real.

No espaço coletivo, os agentes trazem que no cárcere habitam muitas imprevisibilidades, o que produz certa tensão: “*o nosso trabalho, assim, é um lugar que tu entra e tu não sabe se tu vai sair. Aqui as coisas tomam uma proporção, de uma coisa muito pequena pode virar uma coisa gigante*” (A8).

Entretanto, conforme os trabalhadores vão se inserindo e compondo o repertório genérico deste ofício, percebem que o contexto indica certos indícios, expressa sinais. Comentam que conhecer estes sinais os convida a fazer leituras sobre determinados ocorridos e os motivos pelos quais se dão. Em um dos encontros, um trabalhador fala sobre uma briga generalizada no pátio que havia acontecido na manhã daquele mesmo dia. Ele traz que tal episódio só se efetivou, pois, o colega responsável por preencher o livro de registros no turno anterior, não anotou informações e/ou não prestou atenção em sinais importantes que poderiam ter evitado a situação.

É, isso daí é um problema, o registro, porque há falhas, né. Às vezes, a gente fala, “ah, eu não vou registrar, porque, daqui a pouco não é tão importante”, mas tem que registrar tudo, porque pode lá estourar num outro plantão. É, esse livro é o único livro que quando eu chego e eu quero saber como é que tava o plantão ontem. Eu tenho que ir pra esse livro, porque eu parto do princípio que ali é onde tem todas as informações que vão me dar respaldo e vão me dar ferramentas pra eu chegar na ala e trabalhar com os guris depois. Ali tem que constar, “fulano ameaçou fulano, fulano perdeu o pai, o fulano aconteceu isso e isso essa noite, sei lá”. Então tá, esse é o plantão que eu vou receber. Aí a gente sobe todo mundo junto e assume o plantão (A1).

A princípio, há um elemento que norteia os registros, onde os trabalhadores se pautam em uma espécie de julgamento de quais situações são importantes descrever ou não para informar os pares. Se pautam na leitura dos sinais que tanto mencionam para tomar a decisão do que registrar. A pesquisadora segue indagando-os da seguinte forma: quando são surpreendidos com tais ocorridos, procuram organizar espaços para debater sobre o assunto? Os componentes do grupo respondem que esses momentos não são habituais, fazendo menção apenas aos espaços informais de diálogo: “é muito rádio corredor aqui, funciona mais às vezes do que o livro” (A9).

No cotidiano, constata-se que há margem para estabelecer outras alternativas de comunicação, onde não seguem, necessariamente, uma regra formal. No grupo de discussão, os agentes falam a pesquisadora que não enxergam esse momento informal da mesma forma que um espaço organizado exclusivamente para fins de discussão, como, por exemplo, uma roda de conversa sobre uma temática específica. A pesquisadora pontua que, de certa

maneira, os trabalhadores estão conseguindo apostar no debate coletivo mesmo que não percebam. O plano da atividade acolhe as dimensões do real, todos os possíveis na e pela atividade. Então, seja no espaço informal, seja na “rádio corredor”, essas estratégias também são válidas, demonstrando, assim, que a comunicação com os pares não está restrita única e exclusivamente pelo livro de registro, o raio de ação se amplia a partir desse movimento e, é fundamental que esses encontros sejam cultivados.

Os Agentes Socioeducadores, ao se referirem às conversas de corredor, comentam que nesses momentos, o plantão debate muito entre si, porém, a discussão, muitas vezes, não chega ao próximo turno onde um novo plantão assumirá. Para isso, o livro de registros se torna uma ferramenta importante, como uma possibilidade de comunicação com os colegas que não estão em sua convivência³⁵. Entretanto, quando não há a descrição minuciosa de alguns fatos que julgam como cruciais, entendem que isso pode trazer prejuízos diante de algumas ações com os adolescentes.

*O que fica de **nosso grande aliado é o livro**. Só que às vezes não é bem escrito. O plantão ali que o Seu teve que separar a briga que deu ali, que um quase matou o outro, não tinha nenhum registro do guri dizendo que o outro tinha chamado ele de “filha da puta” há uns dias atrás no futebol. E talvez acharam que não foi importante. Se tivesse esse registro, essa movimentação já seria o suficiente pra gente evitar (A4).*

Seguindo nesse lastro, as falas seguintes complementam e expressam a instauração de um problema na concretude do trabalho dos Agentes Socioeducadores a partir da questão dos registros de comunicação entre pares.

*A1: mas é que aí tem outra coisa. **Tem coisas que não cabe, é bom tu não saber o que o guri fez**. É melhor não saber se violentou alguém, etc, porque, senão, tu vai tratar ele diferente.*

PESQUISADORA-MESTRANDA: isso poderia repercutir na forma como alguns iam agir com o guri?

³⁵ Os Agentes Socioeducadores da unidade CIPCS da FASE-RS atuam em turnos distintos. Em um dia, atua um turno no diurno e outro no noturno. No próximo dia, são outros agentes. Para ficar mais claro, um mesmo agente trabalha um dia sim e um dia não. Tais questões demonstram que existem constantes trocas de pessoal para atuar com os adolescentes, por isso, os trabalhadores insistem no registro minucioso de situações envolvendo os socioeducandos para que a cada troca de plantão todos tenham acesso.

A7: com certeza. E se alguém pega o livro e lê isso aí, pode entender que a gente tá querendo perseguir o guri ou tá querendo julgar e a nossa função não é essa. Então, vai ser questionada a minha ação como agente socioeducador.

A3: é, o nosso trabalho não é esse. Mas, quem tá na ala com o guri, quem vai liberar o banheiro, quem vai cobrar as regras é a gente. Só que a gente fica sem muita informação que seria, daqui a pouco, pertinente, ia nos ajudar.

Informar ou não informar o que se sabe e o que se observa? Aqui se expressam algumas nuances dramáticas que acometem o cotidiano laboral no regime fechado. Há um sintoma do enfraquecimento coletivo que, mergulhado nas rotinas enrijecidas, vislumbra poucas possibilidades de problematizar o trabalho. Quando os trabalhadores encontram espaço para fazer a manutenção do patrimônio genérico que fabricam coletivamente na experiência do trabalhar através do diálogo, da criação de um plano analítico, cuidam do trabalho, o raio de ação amplia frente às surpresas do real, sentem-se amparados ao correr os riscos da gestão apostando em novos modos de fazer. É fundamental que um coletivo esteja fortalecido frente a elaboração de novas estratégias, pois, esse movimento, mexe com as estruturas, pode promover “disfuncionamentos”, abalar os poderes. Se ver sozinho para enfrentar forças tão endurecidas é se ver diante de um curto caminho para o sofrimento.

Ao discutirmos há pouco sobre a construção do vínculo nas unidades de internação, pudemos observar que o estabelecimento da confiança se tece de forma bastante complexa, tendo enquanto finalidade o mantimento da ordem, o alcance do sucesso disciplinar que implica, seguindo o pensamento foucaultiano, a docilização e a reforma dos corpos. O adolescente conquista a confiança a partir do momento em que corresponde ao protocolo, quando se assemelha ao que é esperado dele. Diante disso, quando se registram os pontos que denunciam o adolescente, pode ser que isso leve ao encorajamento no sentido do não “investimento e aposta nesse jovem” por, simplesmente, não estar enquadrado no que é necessário para criar o vínculo. Sem o estabelecimento do vínculo (que se entrelaça com a ordem), a lógica produzida em termos de controle e segurança pode sair dos trilhos e produzir efeitos que impactam diretamente no trabalho dos Agentes Socioeducadores.

As peculiaridades de seu exercício, envoltas em meio às tensões educar-punir-vigiar, pode levá-los a determinados arranjos que podem, inclusive, passar pela naturalização de modos violentos de operar.

A2: quando o bicho pega mesmo, assim, via de regra, é a minha voz que fala mais alto no corredor, né? Na hora que eles tão patifando, se escuta até lá da outra ala. Daí é aquela imposição e eles entendem, entendeu?

*A6: mas **aqui a gente não gosta de gritos** na ala, não tem esse costume, a não ser que tenha algo grave acontecendo.*

A2: é, é um grito, é uma coisa meio, falar alto, forte, né. “Senhores! O que que tá acontecendo senhores?! Vocês vão atrapalhar tudo no final, senhores?!”. E é sempre assim, “senhores, com licença, boa noite”.

A6: é, a gente tem o costume dos pronomes de tratamento. Às vezes, até na forma de xingar eles, a gente tenta ser educado.

A2: é eu não gosto de palavrão.

Nesse diálogo, se percebe o surgimento de um debate de valores (SCHWARTZ, 2007) que leva em conta dois modos distintos de operar. O agente do sexo masculino traz em sua fala sobre a necessidade de gritar quando “o bicho pega” como forma de manter a ordem dentro das alas. Na sequência, é interpelado pela colega agente do sexo feminino, uma senhora que já atua há mais tempo na Fundação, onde ela confronta, “*mas aqui a gente não gosta de gritos*”, o que o leva a amenizar o tom e a “voltar atrás”. Se constata, nesse diálogo, tímidas nuances da instauração de um conflito, que se seguisse, poderia levá-los mais a fundo no processo de problematização dos ditos modos violentos (ou não) de operar (com gritos ou sem) e, assim, chegarem ao plano analítico visando a produção de algum efeito nas ações concretas. Todavia, a fala seguinte não permitiu que a discordância (uma das principais fontes do coletivo para deslocar o pensamento), se instaurasse:

Eu falei um pouquinho ali da dona, mas, falando do seu, sabe, eu acho que ele tem uma serenidade pra trabalhar, pra encarar as coisas, e essa serenidade ele consegue passar pros guris. E não só pros guris, mas eu acho que pros colegas também, sabe? Eu já falei pra ele, o plantão é outro quando ele tá de férias, porque parece que ele acalma todo mundo (A5).

Essa sequência na discussão aparece, em suma, com o intuito de mediar a situação que estava tomando contornos contrastados, impedindo a colocação do problema que poderia levar à análise minuciosa da atividade. A pesquisadora também se perdeu por entre a mediação e não colaborou para que a discussão durasse, deixando os diálogos seguirem o seu fluxo. Porém, analisando o fato mais tarde, se deu conta de que uma instigante questão se colocava de forma cada vez mais evidente nos encontros coletivos: a necessidade de apaziguamento entre os pares.

Desde que os grupos iniciaram, os agentes se mostravam demasiadamente cautelosos para manifestar as feitura cotidianas, bem como, para se dirigir aos pares. Em muitas ocasiões, elogios eram direcionados de um colega para outro, entre os componentes de um mesmo turno, ao mesmo tempo, evidenciando um grande esforço para que o conflito não se colocasse. A análise do trabalho como atividade na medida socioeducativa de internação, nos leva a vislumbrar a importância de criar possibilidades de problematização das práticas e dos efeitos dos atos em situação de trabalho e nas peculiaridades que compõem no âmbito do regime fechado, algumas vezes, marcadas por reprodução de violência.

Haveria aí o receio por parte dos trabalhadores em abalar esta estrutura tão enraizada institucionalmente no âmbito do encarceramento? Trazer à tona que a violência, seja de ordem física, psicológica e/ou moral se manifesta entre os diversos operadores (socioeducandos, agentes, chefias, setores) acontece de fato pode “bagunçar as lógicas naturalizadas”? A forte necessidade de apaziguar em meio às durezas institucionais constrange o movimento de reviver o trabalho enquanto ofício, que precisa ser contado, falado, para que não se cristalize e, a partir disso, se possa criar outros possíveis na e pela atividade.

6.2.5 Experimentações a partir do método de Instrução ao Sósia

O curso do pesquisar foi produzindo fortes deslocamentos. Desde os primeiros passos, era crucial reafirmar a postura da pesquisa que se fazia *com* e não necessariamente sobre as trabalhadoras e trabalhadores da

Socioeducação. O ofício de pesquisador-cartógrafo tem a ver com se experimentar. Se refere a erros, tentativas, apostas, acertos, o que nos remete ao real da atividade (CLOT, 2010a), no sentido de levar em conta que o trabalho que se realiza não abrange todos os possíveis do trabalho, como, por exemplo, o que não se consegue fazer, o que se sonha em fazer, o que se faz para não fazer, o que se pensa, os fracassos, os novos planejamentos, etc. Entrar em atividade como pesquisador, convoca a se deixar afetar pelas surpresas, pelo que Schwartz (2002) coloca como aspecto impreparável do pesquisar, pela dimensão do aprender.

A cada encontro, se tornava cada vez mais evidente a dificuldade dos agentes em expressar os atos da esfera laboral concretamente, trazer as minúcias, o “como fazer” no cotidiano. A pesquisadora levou tempo até conseguir construir um plano analítico com os trabalhadores que visasse a colocação de problemas oriundos da atividade em ato. E foi a partir dessa questão que começou a estudar a possibilidade de trazer um método que facilitaria essa expressão coletivamente: a Instrução ao Sósia.

Esse método, inicialmente, foi trazido por Ivar Oddone e, posteriormente, recuperado por Yves Clot, que o reinventou dentro da Clínica da Atividade. O real da atividade não é observável e acessível diretamente, conforme nos pontua Clot (2006), o que traz a necessidade de um aspecto metodológico indireto que permita aos trabalhadores a transformação das experimentações vividas em ato em um objeto que abrange uma nova experiência vivida. Ao longo desse processo, o real encontra possibilidade de se reorganizar e, assim, se modificar.

O exercício de “Instrução ao Sósia” segundo Clot (2006), implica um trabalho em grupo onde um indivíduo se voluntaria recebendo a seguinte tarefa:

Suponha que eu seja seu sósia e que amanhã eu deva substituir você em seu trabalho. Que instruções você deveria me transmitir para que ninguém perceba a substituição?” Delimita-se então uma sequência de trabalho determinada para facilitar a focalização da experiência nos “detalhes” do trabalho, estando-se voltado mais para a questão do “como” do que para a questão do “por que”. (CLOT, 2006, p. 144).

A atividade ao ser transformada em linguagem, passa por um processo de reorganização onde o indivíduo confronta-se consigo mesmo, levando,

portanto, à modificação. No processo de transformação da atividade em linguagem, elas se reorganizam e se transformam. Este exercício não se define pelo resgate de um passado intacto, mas, sim, pela recriação de uma experiência anterior que é revivida no momento presente. Nesse sentido, transmitir é tornar possível um novo ato (CLOT, 2006).

Nos espaços coletivos com os Agentes Socioeducadores, a pesquisadora lançou a proposta, modificando-a em alguns pequenos detalhes. Os trabalhadores foram convidados a fazer a instrução a partir da restituição de algo dentro das discussões do grupo, como forma de adentrar minuciosamente em algo que já passava pelos diálogos, como por exemplo, o vínculo, os registros, etc. A questão é que o convite pareceu não ter convencido muito os participantes do espaço, o que deu outros contornos a aplicação do método. Logo em seguida, uma das trabalhadoras olhou para os colegas, percebeu que não havia voluntários, fitou a pesquisadora e disse: “*eu posso te instruir*” (A5).

A partir disso, já que a Agente Socioeducadora havia se manifestado, não foram direcionadas indagações aos demais para verificar se concordavam ou não. Ficou subentendido que os membros do grupo compreenderam o porquê da iniciativa da agente, dos motivos pelos quais ela gostaria de protagonizar a instrução e, assim, se sucedeu.

PESQUISADORA-MESTRANDA: então, preciso que tu elejas uma situação e eu preciso que tu me instrua detalhadamente, sobre como que eu tenho que fazer.

A5: tá, eu vou pegar uma atividade minha aqui. Hoje eu não estou trabalhando na ala, então eu faço o papel de volante, que é seguir uma lista de atendimentos e chamar os adolescentes para o atendimento com os técnicos. Então assim, tu vai receber uma lista da equipe técnica, de uma técnica ou de mais de uma técnica que vão atender em conjunto. A primeira coisa que tu vai fazer, é definir em qual sala vai ser realizado esse atendimento, então tu precisa primeiro dar uma olhada na lista e ver quem são esses adolescentes que estão na lista. Se tem adolescentes que estão no isolamento, no atendimento especial, tu já sabe que vai ter que usar essa sala que tem ali dentro porque os guris não podem passar aqui no pátio, se não tiver guris do isolamento tu pode passar as técnicas aqui pra dentro pra que elas atendam aqui. Se for a maioria dos adolescentes for da ala dois, é melhor que tu use a sala que fica abaixo da ala dois, se for os adolescentes da ala um, tu vai ter que botar nessa salinha daqui de perto. Depois de definida a sala, de onde elas vão atender, tu confere os

dormitórios e dá uma olhada no contexto geral, o que que está acontecendo naquele horário, se está acontecendo escola na ala um, pátio da ala dois, escola da ala dois, que horário que é, quem é que tá na escola, quem é que tá no pátio e pra definir por qual adolescente que vai começar porque não precisa necessariamente seguir a lista que ela te deu. Se o adolescente tá no pátio, eu, assim, é uma coisa particular, eu não gosto de tirar o guri do pátio para o atendimento, a não ser que ele tenha pedido por aquele atendimento. Então, de repente eu prefiro pegar o que tá lá na ala, que nem todos descem ao mesmo tempo, então pego o guri que está lá na ala sem fazer nada e chamo pra atendimento. Se o guri está na escola, as professoras não gostam que tirem o guri da escola pra ir pro atendimento, então tu começa a jogar. Chamo o guri que tá na ala primeiro, e vai dar tempo de de repente acabar o pátio e, o próximo que estava no pátio, vai naquele momento ou então tu espera dar o intervalo da escola pra chamar o guri no atendimento, pra tentar contentar todo mundo. Tu não tirou o guri do pátio, tu não tirou o guri da escola, mas tu fez o atendimento fluir.

PESQUISADORA-MESTRANDA: e o que que precisa pro atendimento fluir?³⁶

A5: a técnica não ficar parada muito tempo esperando o próximo adolescente e acho que basicamente isso. Pro atendimento fluir bem, sair um e tentar já entrar o outro, até porque talvez tu precise daquela sala daqui a pouco pra outra atividade, pra algum outro atendimento. Também muito importante que não vai ter só aquele atendimento ali. Provavelmente, tem alguma outra técnica que vai te dar outra lista ou então atendimento médico lá dentro ou dentista e tu tem que ver se os gurus não batem, se não tem o mesmo guri em várias listas. De repente, tem que prestar atenção também que de repente tu desceu um e aquele que desceu já pode passar pro outro atendimento lá dentro ou aquele que tá saindo lá tu já passa pra técnica assim que acabar aquele ali. Então tu tem que estar muito atenta a tudo que está acontecendo, vendo de repente se os gurus não saíram pra audiência, então tu tem que ter anotado os gurus que saíram pra audiência também.

PESQUISADORA-MESTRANDA: e tem mais alguma coisa que eu preciso estar atenta?

A5: fora o resto todo que vai estar acontecendo ao teu redor, porque daí tu não vai deixar de atender o portão, não vai deixar de atender o rádio se alguém te chamar, e tu tem que ir anotando aqueles que já foram atendidos, aqueles que tu chamou e desceram e foram atendidos, tu tem que riscar, porque se aconteceu alguma coisa e alguém vai chamar um adolescente que tá na lista pra ti, aquela pessoa que vai te ajudar, ela vai saber

³⁶ É importante frisar que, ao longo da instrução, quem está recebendo as etapas da tarefa pode questionar mais a fundo sobre algo que “fica no ar”, de modo a tornar mais evidente “como tem que ser feito”. Assim, possibilita que se chegue cada vez mais perto da atividade.

que aquele ali já foi chamado. Basicamente isso, é bem tranquilo, acho que tu consegue fazer.

PESQUISADORA-MESTRANDA: será que ninguém vai notar?

A partir daqui, voluntariamente, os demais agentes componentes do grupo começam a adentrar junto com a colega no processo de instrução:

A5: é o coração ali, é o coração de tudo.

A2: tem audiência, tem a pessoa da segurança.

A3: é oficial que sai, tem alguma ocorrência que pode ter. Daí tu tem que parar tudo, tem que tirar as técnicas de referência do ar, de preferência.

A5: e tudo isso sem perder o bom humor, se tu chegar e responder meio atravessado vão perguntar o que que aconteceu comigo, o que aconteceu com a dona que tá respondendo assim pra gente.

PESQUISADORA-MESTRANDA: e como é que eu tenho que fazer pra manter o bom humor?

A5: respira fundo e diz: "eu sou uma só!"

A6: tem os remédios que a gente toma também pra dar uma acalmada (risos).

A3: porque as pessoas são muito ansiosas pra passar aquele portão, não tem paciência, né? Um monte de coisa acontecendo ali ao mesmo tempo.

A5: e no meio disso vai ter alguém que vai chegar ali e vai fazer assim oh (barulho de batida) no portão. E se é na hora do almoço chega todas aquelas contagens, do almoço, a do lanche. Porque daí tu tá cuidando de atendimento e ai chega o almoço, daí tu tem que separar o almoço, contar, porque tem uma quantidade em cada ala de adolescentes. Separa o almoço, separa a sobremesa, que tu sabe, ali pelas 11h45 a colega vai te passar um rádio perguntando se o almoço tá pronto.

PESQUISADORA-MESTRANDA: seria isso de instrução então? Acham que estou bem instruída?

A5: sim.

Na sequência, os pares entram no diálogo de modo a reforçar a importância da posição em que a colega volante se encontra em termos de organização dos processos que acometem a unidade de Internação Provisória.

A6: muita gente não conhece aquela função ali. A gente já escutou muitas vezes, assim, que a pessoa que tá no portão não faz nada. E elas não sabem o que que é aquilo ali. São raríssimas as vezes que a pessoa tá ali sentada, mal sentou pra descansar um pouco as pernas e os braços. Se escuta muito isso.

A2: é que na verdade quem fica ali via de regra são pessoas de alta confiança da chefia, né? Porque acaba fazendo, cumprindo com aquilo que é bem próximo da chefia porque é a chefia, o volante e o isolamento. Essa trinca tem que estar funcionando pra funcionar todo o resto.

A3: eu admiro assim quem fica ali e toma conta de um monte de coisa.

Para finalizar, a pesquisadora indaga a Agente Socioeducadora que protagonizou a instrução a respeito de como se sentiu no exercício:

Eu acho que é bom pra que eu possa me dar conta do tamanho disso, do quanto eu consigo, entendeu? Porque às vezes eu me sinto quase surtando, fico pensando eu tenho me controlar, eu tenho que melhorar, eu me cobro nesse sentido de que eu não estou bem, mas poxa será que realmente eu não estou bem ou não é demais, entende? Acho que é bom pra gente reconhecer que está bem, olha o que eu estou conseguindo fazer, acho que é positivo pra analisar o trabalho nesse outro lado também. Eu estou de parabéns mesmo, olha de quanta coisa eu dou conta, sabe? Eu acho legal (A5).

Este processo de instrução mergulhou em uma série de peculiaridades. Primeiramente, a agente que se voluntariou a instruir, era a única do grupo que habitava em um espaço distinto dos demais colegas: a posição de volante. Os outros agentes atuam dentro das alas de internação e tem um contato mais direto com os adolescentes em cumprimento de medida. São eles que experienciam e organizam lado a lado com os pares e com os socioeducandos todas as rotinas cotidianas. São eles que se veem, de forma mais direta, em meio às tensões que acometem a tríade educar-punir-vigiar, em função de operarem dentro do cárcere, uma posição, diga-se de passagem, mais “tradicional” do Agente Socioeducador. A questão é que dentro da unidade de Internação Provisória, outros trabalhadores que também não habitam diretamente as alas, são agentes. Como, por exemplo, os que estão no papel de volantes, na recepção, etc.

A trabalhadora que tomou a frente no processo de instrução, é uma agente que atua fora das alas de internação. Se analisarmos o movimento feito por ela, constatamos que havia ali uma grande necessidade em ser ouvida pelos demais colegas, pois, sente que em muitas ocasiões, a sua posição é minimizada por não estar tendo o contato direto com o processo de educar-punir-vigiar dos jovens. Na instrução à pesquisadora, que desconhece o que é estar na pele de um Agente Socioeducador concretamente, ela vê a possibilidade de expressar detalhadamente as inúmeras etapas, os sentimentos e a complexidade de suas tarefas diante dos pares, mesmo que não esteja na linha de frente do cárcere. Ela visa demonstrar que sem as responsabilidades que recaem sobre a sua posição, a organização do trabalho estremece e que o seu papel produz efeito em todo o contexto.

O fato de esta trabalhadora tomar esta iniciativa, fala, em alguma medida, da fragilidade coletiva e dos poucos espaços de discussão para a manutenção do trabalho. A trabalhadora vê ali uma oportunidade de falar para os colegas, mas também para si mesma: *“eu estou de parabéns mesmo”, “olha de quanta coisa eu dou conta!”*, ou *“eu sou importante!”*.

Logo em seguida, os pares se sentem convocados a participar do diálogo com a colega de modo a acolhê-la e, assim, reconhecer a relevância de sua posição, inclusive para a atividade deles próprios no dia a dia. Frente a isso, um outro ponto que continuou em evidência é a permanência da linha do apaziguamento, onde os trabalhadores não se lançam no problema, não dão tanta margem para o tensionamento, para durar na questão e, assim, adentrar um plano analítico a respeito da Socioeducação que se faz também em diversos setores e não só dentro das alas, a respeito da fragilidade coletiva, do sentimento de solidão frente à rigidez que assombra a esfera laboral.

O que se busca na clínica da atividade é ampliar o raio de ação das trabalhadoras e trabalhadores pela modificação do estatuto do vivido, no sentido de o indivíduo tomar em suas próprias mãos a sua história, a sua singularidade, para, assim, compor com o coletivo, para se propor a um novo futuro. Sendo assim, o exercício de instrução ao sócia colabora para este movimento. Esta experimentação metodológica permitiu que construíssemos, junto aos

trabalhadores, a criação de meios para cuidar do ofício, do patrimônio genérico do trabalho que envolve todos os atores, todo o contexto.

6. SOBRE CRIAR E PERDURAR ABERTURAS EM REGIME FECHADO

A pesquisa no âmbito da Socioeducação, possibilitou que se cartografasse os movimentos, os processos e a atividade de trabalho em uma unidade de Internação Provisória que compõem a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. Uma pesquisa que, inclusive, se fez enquanto atividade, se deparando com os ineditismos do real do trabalho frente ao exercício de pesquisar-cartografar, passando por inúmeros processos, andanças, aprendizados, aberturas, sentimentos, movimentações, reformulações.

O brotar do primeiro gérmen que nos impulsionou a construir a problemática se referia às complexidades do exercício do Agente Socioeducador, que se vê, constantemente, engendrado em meio às tensões educar-punir-vigiar. Nesse sentido, a questão que nos intrigava era em relação ao poder de agir, em como os trabalhadores ampliam o poder de agir em um contexto que aprisiona, percebendo-se, muitas vezes, presos a práticas protocolares, rotineiras, enrijecidas, que constroem o agir do outro.

O curso do pesquisar nos levou a caminhar lado a lado e a nos apropriarmos *com* os componentes que constroem este cenário, acerca das peculiaridades da esfera socioeducativa. Andanças que, sutilmente, produziam aberturas, mesmo frente às durezas do regime fechado, do encarceramento.

Desde os primeiros movimentos ao adentrarmos o espaço físico da Fundação, os trabalhadores foram imensamente receptivos, principalmente, por se sentirem abrangidos em uma pesquisa que tem enquanto temática o “trabalho”. Essa questão, demonstrou a primeira abertura para a produção do *ethos* da confiança, aspecto bastante delicado frente a um coletivo fragilizado, em um contexto onde “rondam o perigo e, conseqüentemente, as paranoias”. Uma confiança que não viria de antemão, mas seria construída ao longo da experiência, conforme o território existencial fosse sendo habitado.

As andanças em regime fechado foram expressando, a cada passo dado, a pluralidade e complexidade do exercício de socioeducar que se vê, muitas vezes, engendrado nas tramas dos regimentos oficiais, experimentando as

tensões por entre a política Estatal e a política que se faz, efetivamente, pública, esta operada cotidianamente, uma política que se volta a produção de um plano comum. Os trabalhadores em seu exercício vivenciam dramáticas frente às rotinas endurecidas, fazendo ecoar muitas vozes que manifestam “*aqui eu não trabalho*”. Vozes que se perguntam “*onde reside o trabalho na Socioeducação*”.

O estabelecimento dos espaços coletivos foi desafiador inicialmente no sentido de tensionar a concepção de saúde que rondava a unidade e o entendimento dos trabalhadores, reduzindo tal questão a uma perspectiva higienista e individualizante. Se tinha uma clara ideia que a pesquisa vinha para caçar as desordens psíquicas oriundas de um “contexto que adocece” e que precisariam ser extintas, reduzindo os trabalhadores a uma condição de passividade frente aos problemas do trabalho.

Entretanto, valiosas oportunidades se construíram ao longo da experiência de pesquisa-intervenção em função de conseguirmos compor com os trabalhadores, ampliando e produzindo saúde através da análise da experiência concreta, do diálogo e do exercício de problematizações entre os pares. Tais movimentos foram se apresentando enquanto fundamentais para produzir resistências na e pela atividade e para o fortalecimento coletivo, do instrumento genérico que dá subsídios para ampliar o poder de agir, elemento fundamental no que tange a saúde. Juntos, produzimos uma torção na direção de cuidar do trabalho, do ofício, do patrimônio genérico fabricado coletivamente na experiência do trabalhar, para que, a partir disso, se possa cuidar dos trabalhadores (CLOT, 2006; CLOT, 2013).

No decorrer do movimento de pesquisar-cartografar, procurou-se não perseguir dados ou um resultado específico de como o trabalho deveria acontecer, levando a um ideal, mas sim, atentando-se às diversas dimensões que abarcam a atividade, seja em termos da pesquisa e/ou do próprio dia a dia de trabalho nas unidades de internação.

A experiência foi se afirmando na potência de uma perspectiva inventiva que habita o trabalho, mesmo frente às capturas e às normas antecedentes que acometem o fazer. As surpresas do real podem produzir uma sensação de desamparo, porém, em contrapartida, também podem trazer à luz a possibilidade

de criar, produzir novas normas, novas estratégias, novos modos de vida no e pelo trabalho.

Essa dissertação, fruto deste processo de pesquisa-intervenção-cartografia, não tem enquanto pretensão ser tomada enquanto um “fim”, mas, sobretudo, como um meio capaz de nos lançar a novas experiências, a novos caminhos, a novos processos inventivos, à criação, mesmo diante daquilo que tenta enclausurar, amputar, constranger o agir. A análise produzida nos ajuda a conduzir a ideia de que produzir saúde na direção do cuidado do ofício é muito potente no que tange ao enfrentamento dos elementos que envolvem a complexa dinâmica de expansão do poder de agir como condição para a saúde no e pelo trabalho e a contingência de um ofício que, ao mesmo tempo, implica em certo constrangimento do poder de ação do outro, tal como ocorre na Socioeducação. Cuidar do ofício, portanto, é um caminho para produzir e perdurar aberturas, aberturas éticas pela expansão do poder de agir.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Andreza. BAUER, Marcela Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: recomendações para a subsecretaria de atendimento às medidas socioeducativas de Minas Gerais. **Tese de Doutorado**. 2013.

ALTOÉ, Sônia. René Lourau: analista institucional em tempo integral. **São Paulo: Hucitec**, p. 8, 2004.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

AMADOR, Fernanda Spanier; LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; DOS SANTOS, Nair Iracema Silveira. Pesquisar-Agir, Pesquisar-Intervir, Pesquisar-Interferir/Search-Act, Search-Intervene, Search-Interfere. **Revista polis e psique**, v. 5, n. 2, p. 228-248, 2015.

AMADOR, Fernanda Spanier; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; FONSECA, Tania Mara Galli. Clínicas do trabalho e paradigma estético. **Porto Alegre: UFRGS**, 2016.

AMADOR, F.S. Um posfácio, uma conversa. In: OSÓRIO-DA-SILVA, C.; ZAMBONI, J. BARROS, M.E.B. **Clínicas do trabalho e análise institucional**. Rio de Janeiro, Nova Aliança. p. 269-286, 2016.

ARANTES, Esther Maria de M. De “criança infeliz” a “menor irregular”-vicissitudes na arte de governar a infância. **Mnemosine**, 2004.

BARCELLOS, Daisy et al. Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM. **Relatório de pesquisa, realizada no âmbito de um Projeto em parceria com FEBEM-RS, divulgado no site-http://www.ufrgs.br/labors/labor_refebem.pdf**, 2001.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. SPE, p. 150-160, 2014.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Revista Polis e Psique**, v. 2, n. 2, p. 3, 2012.

BECKER, Carlos Augusto Vier. Maioridade Penal. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. **Medida socioeducativa entre a e z**. Evangraf: Porto Alegre, 2014.

BENDASSOLI, P. F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 63-98, mar. 2011.

BRASIL. **Código de Menores de 1979**. Lei n^o 6.697, de 10 de outubro de 1979.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Projeto de Lei Nº 1.627 de 2007 Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, junho de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CANGUILHEM, Georges. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTEL, R. A gestão dos riscos (C. Luz, Trad.). **Rio de Janeiro: Francisco Alves**, 1987.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y. Entrevista. **Mosaico**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 65-70, 2008.

CLOT, Yves. Le travail à cœur. **Pour en finir avec les risques psychosociaux, Paris, La Découverte**, 2010a.

CLOT, Yves. **Trabalho e Poder de Agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b.

CLOT, Yves. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da Clínica da Atividade. **Fractal – Revista de Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 207-234, 2010c.

CLOT, Y, O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. SPE, p. 1–11, 2013.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. Em: FRAGA, & Iuianelli (orgs.). Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Livia do. Por uma invenção ética para os direitos humanos. In: Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol 20, N.2, p. 89-102, 2008.

COUTO, Claudio Gonçalves. Constituição, competição e políticas públicas. **Lua Nova**. São Paulo, nº 65, pp. 95-135, 2005.

CRAIDY, Maria Carmem. Educação. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. Medida socioeducativa entre a e z. Evangraf: Porto Alegre, 2014.

DELEUZE, Gilles; LINS, Daniel. **Espinosa**. Escuta, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v.4. 1997.

DE RESENDE, Gabriel Lacerda; DA SILVA, Rosane Azevedo Neves. O poder de normalização e a produção do indivíduo perigoso. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 3, p. 324-332, 2017.

DE BARROS, Maria Elizabeth Barros; DA SILVA, Fabio Hebert. O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 339-356, 2013.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em estudo**, 10.2: 295-304, 2005.

FAUSTO NETO, Ana Maria; QUIROCA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI, E.; SCHOLLHAMMER, K. E.; HERSCHMANN, M. Linguagens da violência. Rocco, Rio de Janeiro, 2000.

FEIJÓ, Fernando Ribas. Saúde mental e qualidade de vida em trabalhadores da fundação de atendimento sócio-educativo do Estado do Rio Grande do Sul. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, UFRGS. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Lígia M. P. Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado. **Rio de Janeiro: Edições Graal**, v. 4, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. **Rio de Janeiro, Edições Graal**, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel; GALVÃO, Maria Ermantina. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. *Verve*, 12, 270-298, 2007.

FOUCAULT, Michel). **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GIROTTI, Willian Mella. *Ofício de educar em abrigo institucional: diálogos com trabalhadores-educadores*. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS, Porto Alegre, 2015.

GOTARDO, S. M. *Políticas de comunidade nos terrenos da educação*. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2001.

GRANDO, Maristel KG Kasper et al. *As cargas de trabalho em um Centro de Apoio Sócio-Educativo*. **Online brazilian journal of nursing**, v. 5, n. 1, p. 97-105, 2006.

GRECO, Patrícia Bitencourt Toscani, et al. *Distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul*. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Santa Maria. 2011.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético** Trad. *Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão*, 1992.

GUIRADO, Marlene. **Instituições e relações afetivas**. São Paulo: Summus, 1986.

HADLER, Oriana Holsbach. *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre psicologia e segurança*. **Tese (doutorado)** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGPSI - Porto Alegre, 2017.

HERCULANO, José Antonio Haas; GONÇALVES, Marcelo Gomazzi. Educador social: segurança e socioeducador, a conciliação. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 1, p. 74-101, 2011.

KERSTING, Inaiara. " Equipamentos do século XIX, profissionais do século XX e problemas do século XXI": saúde mental dos trabalhadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. 2016.

LEI n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Acesso em 12 de dezembro, 2017 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. Disciplinar e Isolar. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. **Medida socioeducativa entre a e z**. Evangraf: Porto Alegre, 2014.

LHUILIER, Dominique. Filiações Teóricas das clínicas do trabalho. Em: Bendassolli, P. & Soboll, L. A. P. (Org.). **Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. Editora Atlas: São Paulo, 2011.

MENICUCCI, C. G.; CARNEIRO, C. B. L. Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. In: **Revista Serviço Social & Sociedade** no.107, São Paulo, Jul/Set 2011.

NASCIMENTO, Maria Livia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, 2012.

NEVES, J.M.D.; FONSECA, T.M.G. Atividade: um conceito na intercessão das clínicas do trabalho e da filosofia da diferença. In: OSÓRIO-DA-SILVA, C.; ZAMBONI, J. BARROS, M.E.B. **Clínicas do trabalho e análise institucional**. Rio de Janeiro, Nova Aliança. p. 65- 103, 2016.

NEVES, T. I.; PORCARO, L. A.; CURVO, D. R. Saúde é colocar-se em risco: normatividade vital em Georges Canguilhem. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 626-637, 2017.

NIETZSCHE, Friederich. Genealogia da Moral: um estudo polêmico. **São Paulo: Brasiliense. Skinner, BF (1970). Ciência e comportamento humano**, 1987.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia da ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo**. São Paulo: Martin Claret, 2003
- OLIVEIRA, Patrícia Krieger de. Juventude em conflito com a lei e os discursos sobre a redução da maioria penal: uma cartografia. **Dissertação (Mestrado em Educação)** Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.
- OSORIO DA SILVA, Claudia; BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho. **Universitas Psychologica**, v. 12, n. 4, 2013.
- OSÓRIO-DA-SILVA. Clínica da Atividade e Análise Institucional: Inflexões do Transformar para Compreender. In: OSÓRIO-DA-SILVA, C.; ZAMBONI, J. BARROS, M.E.B. **Clínicas do trabalho e análise institucional**. Rio de Janeiro, Nova Aliança. p. 37-65, 2016.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia enquanto método de pesquisa intervenção. Em: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- PONZI, Carolina Tombini; GONÇALVES, Samantha Luchese. Internação. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. Medida socioeducativa entre a e z. Evangraf: Porto Alegre, 2014.
- RAGO, Luzia Margareth & GIMENES, Renato A. de Oliveira (orgs.). Narrar o passado, repensar a história – Coleção Idéias. Campinas, SP, Gráfica do IFCH/UNICAMP, 2000.
- REVEL, Judith. Entre determinismo e liberdade: a construção do comum como novo universal. **Revista Lugar Comum**, p. 35-36, 2012a.
- REVEL, Judith. Resistências, subjetividades, o comum. **Lugar Comum**, v. 1, n. 35-36, 2012b.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. Contra a arrogância da história: Michel Foucault e o "efeito" de verdade. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 4, n. 07, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL (BRAZIL). PROGRAMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO; SEMILIBERDADE. **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul, PEMSEIS**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, 2002.

ROLNIK, S. *Hal Hartley e a ética da confiança*. 1994. Disponível em: http://www.caosmose.net/suelyrolnik/pdf/confianca_corrigido.pdf

ROSA, Helena de la Rosa da. A política de assistência social em movimento: uma análise pelo trabalho como atividade. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

SADE, C., FERRAZ, G. C., & ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: Experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25 – n. 2, p. 281-298, 2013

SALEK RUIZ, Valéria et al. François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica/Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 3, 2013.

SANTOS, Mariana Chies Santiago; SZUCHMAN, Karine. Direitos Humanos. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. Medida socioeducativa entre a e z. Evangraf: Porto Alegre, 2014.

SCHWARTZ, Yves. **Reconnaissances du travail**: pour une approche ergologique. Paris: PUF, 1998.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação-ISSN 1516-9537/e-ISSN 2238-037X**, v. 7, p. 38-46, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Disciplina epistêmica disciplina ergológica paideia e politeia. **Pro-posições**, v. 13, n. 1, p. 126-149, 2002.

SCHWARTZ, Yves. A abordagem ergológica do trabalho e sua contribuição para a pesquisa em administração. **Seminário Internacional de Administração**, 2003.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. Trabalho e Uso de Si. Em: Schwartz, Y. & Durrive, L. (Org.). Trabalho e Ergologia. **Conversas sobre a atividade humana**. Niterói: UFF, 2007.

SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um ergoengajamento. Em: Bendassolli, P. & Soboll, L. A. P. (Org.). **Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. Editora Atlas: São Paulo, 2011.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 3, 2013.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva?. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2015.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 84-93, 2016.

SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & sociedade. São Paulo, SP. Vol. 16, n. 2 (maio/ago. 2004), p. 12-19**, 2004.

SOUZA, Alice de Marchi Pereira de. Doutrina da Proteção Integral. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. **Medida socioeducativa entre a e z**. Evangraf: Porto Alegre, 2014.

VASCONCELOS TEIXEIRA, Danielle; BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. Clínica da atividade e cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, 2009.

WACQUANT, Loïc. Insegurança social e surgimento da preocupação com a segurança. **PANOPTICA**, v. 5, n. 2, p. 198-213, 2010.

ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo. Revan: Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.